

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

37

Neste Número:

Estudos Legislativos

Sociologia do Trabalho

Novos Movimentos Religiosos



RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ, IUPERJ)

Guita Grin Debert (UNICAMP)

Ilse Scherer-Warren (UFSC)

Lourdes Sola (USP)

Lúcia Lippi de Oliveira (CPDoc-FGV)

Miguel W. Chaia (PUC-SP)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 542-0248
Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica
MMFREIRE – Editoração e Arte

ISSN 0100-199X

bib

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sumário

O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente	3
Fernando Limongi	
A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações	39
Nadya Araujo Castro Marcia de Paula Leite	
Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos	61
Maria Julia Carozzi	
Teses e Dissertações	79

Colaboram neste número:

Fernando Limongi é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo – USP e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

Marcia de Paula Leite é professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e colaboradora do Labor/Instituto Eder Sader.

Maria Julia Carozzi é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Católica da Argentina – UCA.

Nádia Araujo Castro é professora do Departamento e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

**O Novo Institucionalismo e os
Estudos Legislativos**
A Literatura Norte-americana Recente*

Fernando Limongi

Introdução

O Congresso norte-americano é o congresso mais estudado do mundo. Provavelmente, sobre este tema se concentra a mais volumosa literatura existente em Ciência Política. Desta forma, qualquer revisão da literatura sobre o tema será sempre parcial. A revisão apresentada neste artigo, portanto, não se pretende exaustiva ou tem pretensões de oferecer um balanço da produção recente. A unidade dos trabalhos revisados é dada pela origem comum dos autores considerados. Em certo momento, todos eles participaram de um mesmo movimento. À época, os participantes deste movimento se auto-intitulavam Novos Institucionalistas e daí o porquê do título do artigo.

Como discutirei mais extensamente na primeira seção deste trabalho, o movimento foi diretamente impulsionado e motivado pelos primeiros ataques desferidos pela teoria da escolha racional aos modelos explicativos até então dominantes na Ciência Política: o comportamentalismo (*behavioralism*) e o pluralismo. Institucionalismo porque, em contraste com as teorias explicativas anteriores, o foco da explicação desloca-se das preferências para as instituições. Isto é, para a análise

de processos políticos, as variáveis independentes mais relevantes passam a ser as instituições, em lugar das preferências dos atores políticos. Novo porque era necessário distingui-lo do institucionalismo praticado antes do advento da revolução comportamentalista (*behavioralism*), o institucionalismo dominante na Ciência Política norte-americana antes da Segunda Guerra Mundial.

O recorte da literatura apresentado é bastante singular, uma vez que o grupo perdeu a sua unidade inicial e, mais do que isto, acabou por perder a própria bandeira do Novo Institucionalismo. Em realidade, atualmente vários grupos de cientistas sociais reclamam para si o título de os praticantes mais representativos e autênticos do Novo Institucionalismo. Já há algum tempo os autores aqui tratados não reclamam para si tal distinção. Em particular, no interior da Ciência Política, o título de praticante do Novo Institucionalismo passou a ser reivindicado por aqueles que se opõem ao individualismo metodológico. Isto é, hoje em dia o rótulo *Novo Institucionalismo* tende a ser associado a seguidores do institucionalismo proposto por March e Olsen (1984) ou por aqueles que aceitaram o convite de Skopold e outros de trazer o Estado de volta às suas análises.

* Este artigo foi escrito como parte da pesquisa Terra Incógnita: Funcionamento e Perspectivas do Congresso Brasileiro, desenvolvida no Cebrap com suporte financeiro da Mellon Foundation. Agradeço a todos os membros da equipe por seus comentários e, em especial, a Argelina Figueiredo, que não apenas leu e comentou as segundas versões do texto como ainda me convenceu de que valia a pena publicá-lo. A bolsa concedida pelo CNPq facilitou os trabalhos.

Esta digressão em torno de rótulos e auto-intitulações é um esclarecimento necessário ao leitor, para que ele não procure nas páginas que se seguem o que nelas não encontrará. O título do artigo pode levar o leitor a engano. Eventualmente, um título melhor poderia ser encontrado, mas o problema está em que o grupo de autores estudado neste artigo perdeu o rótulo do Novo Institucionalismo ao mesmo tempo que perdeu a sua unidade inicial. Desta forma, não há movimento, nome ou instituição de ensino e pesquisa sobre a qual eles se congregam. Hoje, provavelmente, o único ponto a reunir o grupo é a opção metodológica, qual seja, o individualismo metodológico. Mas tal opção não é privilégio deste grupo. Assim, não há outra razão, além, é claro, das minhas preferências, para reuni-los em um artigo revisando a literatura. Só restava, portanto, reuni-los sob a bandeira que empunharam e vieram a perder: a do Novo Institucionalismo.

O artigo está organizado da seguinte forma. A primeira parte trata da origem do movimento, enfatizando a sua gênese a partir das principais questões que definiram a agenda de pesquisas que estes autores se propuseram a enfrentar. As três partes que se seguem são dedicadas a apresentar, de forma sistemática e tão didática quanto possível, as três grandes correntes em que o movimento veio a se dividir. A primeira destas, e em verdade a dominante, é a chamada versão distributivista. Para autores identificados com esta corrente, congressistas guiados pela lógica eleitoral estarão interessados, quase que exclusivamente, em aprovar políticas de cunho clientelista. Do ponto de vista institucional, a questão está em saber como isto é possível. Como se verá, para este argumento as instituições desempenham papel central, possibilitando que os congressistas sejam capazes de atender suas clientelas.

Recentemente, a hegemonia da explicação distributivista foi sacudida por duas dissidências no interior do movimento. A primeira delas consolidou-se na chamada versão informacional. Para esta versão, as instituições devem atender a necessidade do Po-

der Legislativo de decidir com base no maior volume de informação disponível. O Congresso, portanto, deve ser capaz de motivar os congressistas para que eles se tornem especialistas em certas áreas políticas e, o que é mais difícil, para que usem as informações de que dispõem de maneira benéfica para todos.

A terceira versão a ser aqui tratada é a partidária. Para as duas versões resumidas acima, os partidos não contam. Contam apenas os interesses individuais dos congressistas. A versão partidária questiona esta premissa e chama a atenção para a importância dos partidos como elementos estruturadores da atividade legislativa. Em especial, as instituições próprias ao Congresso norte-americano são analisadas a partir do ponto de vista partidário e, desta forma, vistas como expressão e forma do controle dos partidos sobre a atividade legislativa.

O tom do texto é claramente didático. Minha preocupação é a de introduzir uma literatura, ao que eu saiba, pouco conhecida no Brasil. Reduzo as tecnicidades a seu mínimo. Dedico alguma atenção a uns poucos modelos, justamente aqueles em que resultados expressivos podem ser alcançados de maneira bastante simples. Estes casos ilustram o poder e alcance da análise formal desenvolvida por este grupo de autores.

As menções ao Congresso brasileiro serão poucas. As referências serão meramente ilustrativas. No entanto, em que pese a sua ausência, este artigo foi escrito com um olho no Congresso brasileiro. Não são muitos os estudos que o tomam como objeto. Se se pretende alterar esta situação, travar conhecimento com o debate que se desenvolve entre os estudiosos do Congresso mais estudado de todo o mundo me parece um bom começo. É com esta esperança que escrevi este texto.

As Origens do Novo Institucionalismo

Congressistas, como todo e qualquer indivíduo, têm seus interesses particulares e pautam suas decisões por estes mesmos

interesses. Ao decidirem sobre as políticas a serem adotadas, não pensam no bem comum ou qualquer outro valor elevado. Eles até podem fazê-lo, mas, como qualquer outro mortal, procuram maximizar sua utilidade, e esta, para congressistas, depende basicamente da sua reeleição. Mesmo que movido pela busca do bem comum, o congressista terá que se reeleger para poder perseguir este objetivo. Logo, políticos preferirão sempre aquelas políticas que afetam mais diretamente, e de forma positiva é lógico, as suas chances de reeleição. Em uma palavra, congressistas são individualistas e se movem de forma a assegurar sua reeleição.

Dada a fraqueza dos partidos políticos norte-americanos no que tange à disciplina de seus membros no interior do Congresso, esta premissa — a de que o ponto de partida para explicar os resultados das políticas propostas pelo Congresso deva ser o interesse individual do político em se reeleger — parece bastante razoável e incontroversa. As políticas ou leis votadas pelo Congresso devem ser entendidas, portanto, como decisões coletivas a que se chega a partir da agregação de decisões ditadas pelo interesse individual. Qual o resultado de uma decisão coletiva tomada a partir da agregação de preferências individuais? Que características apresentarão estas decisões? Em especial, serão elas, as decisões, estáveis?¹

A situação descrita encontra claro paralelo na situação de mercado. Nesta, as decisões também são tomadas descentralizadamente, cada um perseguindo seus interesses particulares. No mercado, sabe-se, este sistema de decisões descentralizadas produz um resultado ótimo: ganhos de troca são exauridos e nenhum dos atores pode melhorar sua posição sem prejudicar a de outro. A questão está em saber se as decisões não-econômicas, as políticas para ser mais preciso, reproduzem estas características.

A agenda de pesquisas dos Novos Institucionalistas foi constituída sob o impacto de respostas radicais a estas questões: os resultados obtidos por teóricos da escolha social. De acordo com estes resultados, as escolhas

feitas pela sociedade em esferas não-econômicas apresentam uma série de características negativas. Dois trabalhos contribuíram decisivamente para a constituição da agenda de pesquisas dos Novos Institucionalistas: o de Kenneth J. Arrow (1963) e o de Richard D. McKelvey (1976).

O resultado apresentado por Arrow ficou conhecido como o Teorema da Impossibilidade: impossibilidade de uma decisão social única e estável. Isto porque, dada uma certa configuração das preferências individuais, a decisão social entre, digamos, três opções pode ser não-transitiva. Se as preferências de três indivíduos hipotéticos a compor a sociedade forem as seguintes:

I	II	III
X	Y	Z
Y	Z	X
Z	X	Y

e a sociedade decidir qual das três alternativas adotar votando inicialmente entre X e Y , e depois entre Y e Z e entre Z e X , teremos que $X > Y > Z > X$.² Isto significa que a decisão social é inconsistente (porque não-transitiva) e indeterminada. Dito de outro modo, mesmo que as preferências individuais sejam conhecidas, é impossível saber qual a preferência da coletividade.

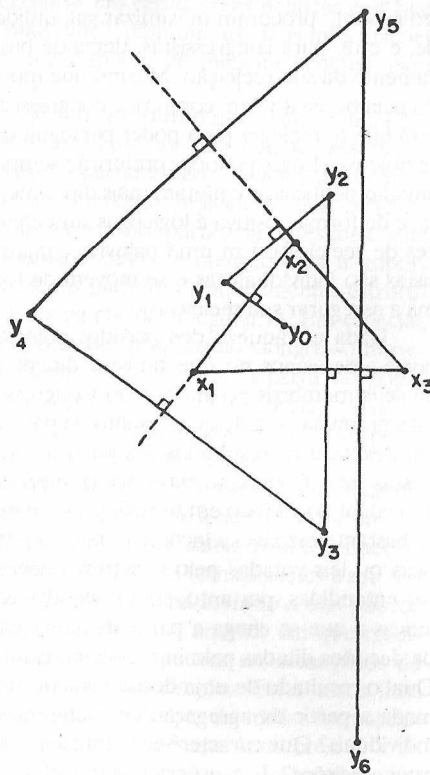
Vale observar que o teorema de Arrow não estabelece qualquer limitação prévia às possíveis preferências individuais. O teorema trabalha com a presunção de que toda e qualquer preferência individual é legítima e possível. Logicamente, preferências sociais intransitivas não ocorrem para toda e qualquer distribuição das preferências individuais. Para dar o exemplo extremo, se todos unanimemente concordam que $X > Y > Z$, não há lugar para a circularidade na preferência social. Vale notar, ainda, a peculiaridade do processo decisório suposto por Arrow: a decisão é tomada por maioria de votos, por uma confrontação pareada e exaustiva das opções. Uma outra forma de dizer o mesmo é notar que em Arrow não se considera o custo do próprio processo de decisão.

Este, como nas demonstrações formais sobre as propriedades do mercado, é assumido como instantâneo. O processo só termina quando uma decisão configura uma situação de equilíbrio, isto é, em que nenhum ator tem incentivos para mudar unilateralmente sua posição. Não há equilíbrio com a configuração das preferências exposta anteriormente porque, para toda e qualquer decisão, sempre haverá um indivíduo que pode melhorar sua situação oferecendo uma nova proposta a voto.

Se a decisão social é indeterminada e pode apresentar ciclos como os descritos antes, segue que há espaço para a manipulação das preferências por aqueles que têm o poder de determinar a agenda. Voltando à configuração das preferências já citada, imagine que cabe ao indivíduo I decidir a agenda. Como ele prefere X a todas as demais alternativas, ele primeiro contraporá Y a Z , e depois X a Y , obtendo X como a escolha social. Se couber ao indivíduo II decidir a agenda, ele certamente saberá como obter Y como a preferência social. O indivíduo III também não terá problemas para assegurar que a opção que prefere a todas as demais seja aquela escolhida pela sociedade.

O segundo teorema a marcar profundamente os Novos Institucionalistas, aquele apresentado por McKelvey, formaliza e amplia as conclusões desta influência da agenda sobre a escolha social. Este teorema ficou conhecido como o Teorema do Caos, ou como o Teorema do Tudo é Possível. A Figura 1, tomada de Ordeshook (1988, p. 75), apresenta graficamente os resultados de McKelvey. Os pontos X_1 , X_2 e X_3 representam os pontos ideais — o ponto de maximização da satisfação dos indivíduos 1, 2 e 3, respectivamente. As premissas corriqueiras sobre as preferências são feitas de tal sorte que a relação de preferência dos indivíduos pelas alternativas pode ser aferida pela distância entre a alternativa e seu ponto ideal. Comparando duas alternativas, o indivíduo escolherá aquela mais próxima de seu ponto ideal, independentemente da direção.

Figura 1
Representação Gráfica do
Teorema de McKelvey



Pois muito bem: compare as alternativas Y_0 e Y_6 . Está claro que Y_0 é preferida pelos três indivíduos a Y_6 . No entanto, se as decisões são tomadas por maioria, é possível partir do ponto Y_0 e chegar a Y_6 . Confrontando Y_0 com Y_1 , notamos que os indivíduos 1 e 2 preferirão Y_1 a Y_0 , e que se Y_2 for confrontada com Y_1 , Y_2 receberá os votos favoráveis de 2 e 3. Seguindo da mesma forma com as alternativas restantes, atingiremos o ponto Y_6 .

McKelvey demonstra formalmente que, para usar o exemplo acima, pode-se escolher Y_6 aleatoriamente, isto é, Y_6 pode ser qualquer ponto do espaço decisório. Daí o nome do teorema: Tudo é Possível. Em havendo

um indivíduo que escolhe a agenda, em tese, este indivíduo pode obter como resultado final o que lhe interessar ou der na cabeça.

A importância e impacto destes teoremas para a Ciência Política são profundos e diretos. O estudo do processo decisório no interior do Poder Legislativo foi uma das áreas mais influenciadas por eles. Em primeiro lugar, eles colocam em questão a própria estabilidade das decisões tomadas coletivamente. Imagine que a maioria de uma legislatura prefira A a B, digamos, prefira não subsidiar a agricultura a fazê-lo. Escolhe-se entre A e B e, por suposto, A é a escolha do plenário. Não segue, porém, que a decisão por A seja estável. Ela pode vir a ser derrubada por uma proposta C, digamos, subsídio à agricultura e à indústria. A proposta C é preferida por aqueles que preferem B a A e é capaz de recrutar apoio suficiente de representantes ligados à indústria que votaram por A. O processo, no entanto, pode prosseguir, pois aqueles que votaram por A certamente preferirão subsidiar apenas a indústria do que fazê-lo como proposto em C. Onde uma proposta D pode constituir maioria e derrubar C. Este processo de formação de coalizões *ad hoc* não tem fim, daí por que decisões por majorias sejam inerentemente instáveis.

Estes teoremas colocam em questão a forma usual, ao menos até então, de trabalhar dos cientistas políticos, qual seja, a de inferir resultados a partir das preferências individuais. A conclusão a que chega McKelvey é de que pode não haver qualquer relação entre as preferências individuais e o resultado final. Um definidor de agenda astuto será capaz de obter qualquer resultado, independente da configuração inicial das preferências.

No entanto, se a análise teórico-formal aponta para a instabilidade das decisões por maioria, a realidade está longe de confirmar estas previsões. Em uma legislatura, como de resto na maioria das organizações, não se observa um processo como o descrito acima. O programa de pesquisas dos Novos Institucionalistas pode, então, ser resumido da se-

guinte forma: qual a origem da estabilidade das decisões sociais? Por que as previsões sombrias de Arrow e McKelvey não se materializam?

A rota partilhada pelos Novos Institucionalistas não é, por suposto, a única possível. Há outras respostas ao problema introduzido por Arrow e McKelvey. Há uma alternativa, digamos assim, mais sociológica: a distribuição das preferências pode ser tal que decisões sociais não sejam instáveis. Por exemplo, a socialização pode limitar o campo das preferências possíveis. Para usar as expressões cunhadas por Shepsle, há aqui duas alternativas: demonstrar a existência do equilíbrio a partir das instituições (*structure induced equilibrium*) ou a partir das preferências (*preference induced equilibrium*). Os Novos Institucionalistas optam pela primeira alternativa, e esta opção, talvez mais que qualquer outra, serve para distingui-los de outras correntes teóricas.

Os Novos Institucionalistas mantêm a premissa de Arrow e McKelvey: as preferências individuais não permitem inferir qual a escolha social. E acrescentam: a escolha social depende diretamente da intervenção das instituições. Para entender melhor o ponto talvez seja útil comparar esta premissa com aquelas das quais partem as análises calçadas no pluralismo ou na análise sistêmica *à la* David Easton. Para estas perspectivas, o papel desempenhado pelas instituições é praticamente nulo. O que importa ao analista é saber quais as preferências existentes na sociedade. As instituições apenas processam estas preferências de forma neutra, retornando decisões de acordo com a correlação de forças dos interesses existentes na sociedade. Para os Novos Institucionalistas as instituições têm papel autônomo, próprio. Não apenas "induzem" ao equilíbrio, como também têm influência direta na determinação do resultado político substantivo.

Em que pese a importância conferida às instituições no interior de seu arcabouço explicativo, e por paradoxal que possa parecer, os Novos Institucionalistas não apresentam, ou mesmo se preocupam em apresentar,

uma definição precisa do que se deve entender por instituições. O que esta literatura sugere é que regras, leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais implicam a existência de constrangimentos e limites ao comportamento. Em última análise, estes constrangimentos e limites acabam por explicar os próprios resultados do comportamento. Nesta literatura, o termo instituição tende a ser empregado com este significado genérico. A prática de não definir explicitamente instituições, assumindo um entendimento tácito sobre o significado do termo, será seguida neste texto.

Em resumo, o trabalho dos Novos Institucionalistas é marcado pela busca da demonstração de que as instituições que organizam o processo decisório são (a) elas mesmas responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos e (b) influenciam os resultados políticos substantivos.

O Modelo Distributivista

O modelo distributivista tem por ponto de partida a motivação dos parlamentares. Parlamentares, basicamente, querem se reeleger. As ações dos congressistas devem ser compreendidas tendo por referência este desejo. Em especial, suas preferências quanto a políticas públicas só são inteligíveis se referidas à necessidade de garantir sua reeleição.³ As chances de um deputado se reeleger são uma função positiva das políticas por ele obtidas em benefício direto do seu eleitorado.

Um aspecto institucional desempenha importante papel no modelo: o voto distrital. Por intermédio deste se estabelece que os interesses do eleitorado a serem atendidos são localizados, identificáveis às características econômico-sociais do distrito. Decorre daí que as políticas públicas preferidas pelos congressistas serão aquelas que oferecem benefícios localizados e tangíveis a uma clientela eleitoral claramente identificada. Os custos de tais políticas, de outro lado, tendem a ser dispersos por toda a população. Este tipo de política é a preferida por parlamentares, pois lhes garante maiores dividendos eleitorais.

Nestes modelos, o voto do eleitor também é economicamente informado. Ele compara os benefícios que espera receber dos diferentes candidatos, desconta os custos das políticas propostas em termos de taxaço e escolhe, obviamente, aquele que lhe oferecer maiores benefícios. Eleitores preferirão políticos que lhes oferecem benefícios tangíveis e dispersam os custos.

Note-se que a premissa crucial de que parte o modelo não é tanto o desejo de reeleição do deputado, mas sim a de que a melhor estratégia eleitoral a ser adotada é a descrita acima. Para que o ponto fique claro definamos claramente o que se deve entender por políticas distributivistas. A origem do termo, nesta acepção, pode ser remetida à classificação tripartite oferecida por Theodore Lowi (1964). Este autor identifica três tipos possíveis de políticas públicas: distributivas, redistributivas e regulatórias. O uso do termo pelos Novos Institucionalistas não dista muito do emprestado a ele por Lowi. No entanto, na pena dos institucionalistas o termo ganha contornos muito precisos que necessitam ser enfatizados. Uma definição formal do que se deve entender por distributivismo nesta literatura pode ser encontrada em Collie (1988, p. 427), para quem este

“ [...] is generally understood to be a policy that is subdivided into discrete parts so that 1) the benefits targeted for one population or area can be varied without affecting those going to others and 2) the costs are assumed by the general population. In short, distributive policy refers to cases where benefits are particularistic but costs generalized.”

Note-se que a forma concisa apresentada ao final — benefícios particularistas e custos generalizados — é um pouco mais geral que a formulação inicial, pois não sublinha o caráter geográfico, ligado ao fato de a relação congressista/eleitor estar circunscrita ao distrito eleitoral. De fato, de acordo com a formulação de Weingast, Shepsle e Johnsen (1981, p. 644), a precisão e limitação geográfica da população alvo definem a política distributivista:

"A distributive policy is a political decision that concentrates benefits in a specific geographic constituency and finances expenditures through generalized taxation. [...] While it is clear that all policies have a geographic incidence of benefits and costs, what distinguishes a distributive policy is that benefits are geographically targeted. In contrast, a nondistributive program, say an entitlement program, though having a geographic incidence, is fashioned with non-geographic constituency in mind, for example, socioeconomic groups."

As políticas preferidas pelos congressistas, vale recordar, assumem esta característica em função do imperativo eleitoral ao qual estão submetidos. Para garantir sua reeleição, congressistas devem lutar para levar benefícios para seus distritos. Daí a relação entre os congressistas ser basicamente de conflito, cada um querendo levar a maior quantidade de benefícios possíveis para seu eleitorado. Uma descrição sucinta deste sistema, de acordo com Shepsle (1986, p. 69), encontra-se na seguinte passagem:

"In the policy game in a legislature like the U.S. Congress or a State legislature, to take a prominent example, there is an attitude of live and let live. Each legislative agent seeks to obtain benefits for his constituency and, even in failure, he can claim credit for having fought the good fight. Each agent behaves essentially this way and expect all others to behave similarly. Although there are some exceptions, the general rule does not impose sanctions on those who seek to place the distributive and regulatory powers of the state in the service of their constituents."

Embora imersos em uma situação conflituosa, lutando por se apropriar de recursos escassos, os congressistas podem sair ganhando se cooperarem, posto que as políticas que interessam o representante do distrito A só serão aprovadas se contarem com o apoio do representante do distrito B. De fato, pode-se dizer que existe um mercado de votos no interior do Congresso. Políticas são aprovadas mediante a troca de votos: eu voto pela política que lhe interessa desde que você vote pela política que me interessa. Es-

ta troca de votos é conhecida na literatura por *logroll*.

O mercado de votos tem um ponto em comum com o mercado econômico: trocas são mutuamente vantajosas. No entanto, a troca de votos padece de instabilidade, o que a distingue da troca econômica. Votações não são concomitantes. Entre o meu voto em apoio à política de seu interesse e o seu à política que me interessa há um lapso de tempo que ameaça a sorte do nosso acordo. Que garantia tenho eu de que você honrará seu compromisso? Afinal de contas, a política de seu interesse já está aprovada e não há nada que você possa ganhar votando pela política que me interessa. Estamos de volta à instabilidade das maiorias.

O papel das instituições que regulam as relações entre congressistas será justamente o de garantir estabilidade a este processo de troca de votos através do qual, em última análise, congressistas são reeleitos. Muitos dos trabalhos dos Novos Institucionalistas iniciam-se com a seguinte citação:

"The organization of Congress meets remarkably well the electorate needs of its members. To put it another way, if a group of planners sat down and tried to design a pair of American national assemblies with the goal of serving members' electoral needs year in and year out, they would be hard pressed to improve on what exists." (Mayhew, 1974, pp. 81-2)

Seguindo uma tradição que data pelo menos do clássico estudo de Woodrow Wilson (1914, p. 79), os distributivistas identificam no *sistema de comissões* o eixo estruturador das atividades legislativas do Congresso norte-americano. Na versão distributivista, as comissões estruturam e permitem a ocorrência estável das trocas de apoio necessárias à aprovação de políticas distributivistas. Dois traços do sistema de comissões são essenciais para que ele venha a desempenhar este papel: o processo através do qual os congressistas são distribuídos pelas diferentes comissões e os poderes legislativos a elas garantidos.⁴

Antes de prosseguir com a caracterização da versão distributivista, será útil discu-

tir, ainda que de forma abreviada, o que se deve entender por sistema de comissões. É usual que legislaturas se subdividam em um certo número de comissões. Trata-se, basicamente, de uma divisão interna de trabalho, através da qual o grupo (o plenário) comissiona a subgrupos (as comissões) tarefas. Cada comissão tem jurisdição sobre uma área política específica; por exemplo, há uma Comissão de Agricultura, uma de Obras Públicas etc. As comissões, em geral, tendem a recortar o espaço político de forma exaustiva e não concorrente, de forma que cada uma tenha monopólio sobre a apreciação das matérias sob sua jurisdição e não haja matéria que não seja afim a uma e apenas uma comissão.⁵

Cabe às comissões a apreciação em primeira instância de toda e qualquer matéria que recaia sob sua jurisdição. Assim, as comissões têm o poder de decidir a sorte da maioria das matérias, pois a elas cabe selecionar, entre um sem-número de proposições, quais as que merecem ser enviadas a plenário, obviamente após serem objeto de estudos e aperfeiçoamento. Ademais, as comissões não têm prazo fixo para apreciar qualquer matéria, donde a decisão quanto ao destino das matérias sob sua jurisdição poder ser detida de forma unilateral. Medidas a que a comissão se opõe não alcançam o plenário.⁶

Se é verdade que "Congress at work is Congress in its committees rooms" (na célebre frase de Woodrow Wilson), segue que a sorte eleitoral dos congressistas será decidida pelo seu trabalho nestas comissões. Ora, se assim é, os congressistas deverão procurar estar nas comissões cuja competência política melhor lhes capacite a atender os reclamos dos membros de seus distritos. Um deputado de um distrito rural por certo não se interessará em fazer parte da comissão que trata de problemas referentes à remodelação dos grandes centros urbanos. Como poderia ele garantir desta forma a sua reeleição? Logo, congressistas oriundos de distritos agrícolas procurarão integrar a Comissão de Agricultura e assim por diante.

Assim, o mecanismo através do qual se dá a distribuição dos membros da Casa pelas diferentes comissões passa a ser central para a determinação dos resultados dos trabalhos legislativos. As normas de funcionamento do Congresso norte-americano garantem aos partidos a prerrogativa de distribuir seus membros pelas comissões. Uma vez composta a lista partidária, esta é submetida ao plenário, a quem cabe, em última instância, o poder formal de distribuir seus membros pelas diferentes comissões. Boa parte do debate entre as três perspectivas aqui consideradas gira em torno da seguinte pergunta: que interesses de fato prevalecem nesta distribuição? O interesse individual de cada congressista, o do plenário, o dos partidos?

Para os distributivistas a resposta é clara e inequívoca: os interesses individuais dos congressistas prevalecem. Na sua visão, tanto a intervenção do partido como do plenário são *pro forma*; em geral, os congressistas conseguem obter os postos que mais desejam, isto é, conseguem ser alocados à comissão cuja competência legislativa mais diretamente influencia suas chances eleitorais.

O estudo clássico dentro desta perspectiva é o de Keneth A. Shepsle, *The Giant Jigsaw Puzzle. Democratic Committee Assignments in the Modern House* (1978), que trata do processo através do qual o Partido Democrata distribui seus membros pelas diferentes comissões. Entre os dados analisados por Shepsle encontram-se os requerimentos dos congressistas em primeiro mandato,⁷ onde estes listam as suas preferências quanto às comissões a integrar. Shepsle verifica que a taxa de atendimento às reivindicações apresentadas pelos congressistas é bastante elevada. Estuda, ainda, a relação entre as características ecológicas dos diferentes distritos e as comissões a que pertencem seus representantes e, por último, a relação entre o *background* profissional do congressista e a comissão da qual é integrante. O autor conclui que o processo de distribuição dos congressistas pelas comissões é governado pelo que ele chama de "*the interest-advocacy-accomodation syndrome*", ou seja, pelo

interesse de cada congressista em estar na comissão que melhor atenda seus interesses de se reeleger. "Most members for most of their careers are on the committees they 'want'. Most revealed preferences, that is, are accommodated — if not initially, then eventually." (Shepsle, 1978, p. 236).

Dado este mecanismo de auto-seleção, as comissões tenderão a ter uma distribuição de preferências bem mais homogênea do que a que se verifica em plenário. Além do que, as demandas de seus membros por políticas na área sob sua jurisdição tenderão a ser muito superiores àquelas verificadas em plenário. Ou seja, cada uma das comissões é composta pelos membros com maiores interesses em ver políticas distributivistas na área sob sua jurisdição aprovadas.

As conclusões de Shepsle, em realidade, não destoam de conclusões a que chegaram outros autores ao estudar o mesmo tema anteriormente. O próprio Shepsle cita as conclusões a que chegara Roger H. Davidson em estudo de 1974:

"If it is true that war is too important to be left to generals, it follows equally that it is unwise to leave agricultural policy to the farmers, banking regulation to the bankers, communications policy to the broadcasters, or environmental protection to the environmentalists. Yet this is what frequently passes for 'representative policy making in the House.'" (*apud* Shepsle, 1978, p. 247)⁸

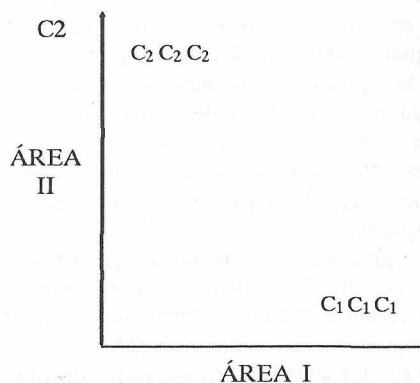
Em artigo mais recente, Shepsle, escrevendo com Weingast, reafirma as conclusões básicas a que chegou em seu estudo de 1978:

"Most legislators gravitate to the committees and subcommittees whose jurisdictions are more important to their geographic constituencies. As a consequence, committees are not collections of legislators representing diverse views from across the nation or collections of disinterested members who develop objective policy expertise. Rather, committees and subcommittees are populated by legislators who have the highest stake in a given policy jurisdiction, what we have termed 'preference outliers'. Hence farm-state members of Congress dominate the agriculture committees, urban legislators predominate on the banking,

housing and social welfare committees; members with military bases and defense industries in their districts are found on the armed services committees; and westerners are disproportionately represented on the public works, natural resources, and environmental committees. In short, the geographic link, forged in the electoral arena, is institutionalized in the committee system of the legislature." (Shepsle e Weingast, 1984, p. 351)

Tendo em vista a homogeneidade interna das comissões e seu interesse em aprovar políticas distributivistas que atendam seus eleitores, o conflito distributivista deixa de ser posto em termos dos congressistas tomados individualmente para ser reposto em termos de comissões. Dada esta composição das comissões, a situação pode ser representada graficamente (ver Figura 2).

Figura 2
Preferências das Comissões



C₁ = membro da Comissão I
C₂ = membro da Comissão II

Na Figura 2 estão representadas as preferências dos membros das Comissões I e II. Vemos que os membros da Comissão I têm preferências (demandas) extremadas na dimensão política sob a alçada de sua comissão e apresentam preferências (demandas) moderadas com relação à dimensão sob a alçada da Comissão II. A posição dos membros

em II é a oposta. Assim, para que a explicação distributivista se complete, basta que as comissões detenham direitos parlamentares especiais que garantam que sua vontade prevaleça sobre a do plenário. Dito de outra maneira: para permitir que os ganhos de troca sejam obtidos, o plenário concede poderes às comissões, de tal forma que, em última análise, a vontade destas venha a ser ratificada pelo plenário.

A literatura identifica diversas fontes institucionais que explicam o poder das comissões. A primeira delas é conhecida como o "poder de fechar as portas" (*gatekeeping power*). O envio de qualquer matéria a plenário depende de decisão interna da comissão; logo, as comissões podem obstruir, fechando suas portas, a tramitação de matérias contrárias à sua vontade. Para entender o ponto é preciso ter em mente que a passagem das matérias pelas comissões é obrigatória. Uma vez introduzida uma matéria à apreciação da Casa, ela é imediatamente remetida à comissão com jurisdição sobre aquela matéria. A decisão de quando remetê-la a plenário é da alçada interna da própria comissão. Dito de outra maneira: as comissões não têm prazo para apreciar a matéria. Por exemplo, se não a considerarem relevante, seus membros podem relegá-la ao esquecimento.⁹

Quando as comissões optam por remeter uma matéria a plenário, após, obviamente, terem trabalhado longamente sobre ela, adaptando-a aos interesses de seus membros, elas contam com garantias de que o plenário não poderá alterar livremente suas propostas. Em especial, a possibilidade de o plenário vir a alterar a lei escrita pela comissão via emendas é limitada. Logo, a comissão tem garantias de que sua vontade e a distribuição de benefícios que fez, expressa em sua versão da lei, serão aprovados em plenário.

Para melhor entendimento deste ponto, algumas peculiaridades do Congresso norte-americano precisam ser explicadas. Para lidar com o número excessivo de leis a requerer manifestação do plenário foram criados alguns expedientes que possibilitassem a vo-

tação rápida de leis não controversas. Reservam-se dias especiais para a votação em bloco das leis menores,¹⁰ as leis privadas como as de imigração ou aquelas que envolvam pequenos gastos. Um outro expediente utilizado para descongestionar a pauta é o procedimento conhecido como *suspensão das normas* (*suspension-of-the-rules*). Este expediente é controlado pelo *speaker* — cargo equivalente a Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil — e consiste em limitar significativamente o tempo de debate, excluir a possibilidade de apresentação de emendas e, em contrapartida, exigir dois terços dos votos para aprovação.¹¹

As leis maiores e controversas deveriam ser apreciadas pelo plenário na ordem cronológica em que são remetidas pelas diferentes comissões. Porém, a despeito dos expedientes citados acima, o número destas é excessivo, o que implica a incapacidade do plenário de estabelecer prioridades. Existe, no entanto, uma comissão especial que, justamente, tem o poder de incluir uma matéria na pauta. Trata-se da Comissão de Resoluções (*Rules Committee*).¹² De fato, este acaba por ser o método pelo qual a maior parte das matérias relevantes é apreciada. Esta comissão atua propondo resoluções que forçam a inclusão da matéria na pauta e, ademais, estabelecem as condições para a aceitação de emendas e o tempo de debate. As resoluções propostas pela Comissão de Resoluções dependem da aprovação do plenário.

De maneira bastante simplificada, estas resoluções podem ser dispostas em um contínuo que vai do impedimento à apresentação de emendas à livre aceitação de emendas. Para fins de análise, a literatura tende a identificar três tipos básicos de resoluções: (a) resolução fechada (*closed rule*): o plenário não pode emendar o projeto da comissão, cabendo-lhe apenas aceitar ou rejeitar a lei conforme proposta. Trata-se, obviamente, da situação mais restritiva à atuação do plenário; (b) resolução modificada (*modified or special rule*): o plenário pode emendar apenas partes previamente estabelecidas; (c) resolução aberta (*open rule*): ausência de qual-

quer restrição à apresentação de emendas em plenário.

Está claro que apenas nos casos (a) e (b), as chamadas resoluções restritivas, a Comissão de Resoluções garante vantagens à comissão, posto que nestes casos o plenário não será capaz de desfazer ou mesmo alterar significativamente o projeto, ou parte dele, elaborado pela comissão. Dito de outra maneira: sob resolução aberta a comissão não tem qualquer garantia de que sua versão da lei não será totalmente alterada pelo plenário. Para a explicação distributivista, a importância dos diferentes tipos de resolução está diretamente relacionada à questão da instabilidade das maiorias. A limitação à capacidade do plenário emendar define não apenas que as preferências da comissão prevalecerão sobre as do plenário; mais do que isto, garante a própria estabilidade do pacote distributivista arrumado no interior da comissão. Maiorias, lembremos uma vez mais, são instáveis, em especial quando se trata de dividir o bolo dos benefícios distributivos. Weingast resume a visão sobre o ponto:

“Restrictive rules avoid all-out fights and restrict the negotiation to the pre-floor stage. Because they often completely control the motions allowed in the floor, restrictive rules not only reduce uncertainty (as emphasized by Bach and Smith), they greatly enhance the enforcement of logrolls and other bargains. In particular, they limit the ability of another faction from tempting one of the parties of the original bargain to defect and support a new amendment.” (apud Krehbiel, 1991, p.161)

Em realidade, como se vê, na versão distributivista a Casa acaba por delegar às comissões a prerrogativa de legislar na área sob sua jurisdição. Isto porque, em geral, de acordo com a presunção dos distributivistas, a Comissão de Resoluções determina a apreciação da maior parte dos projetos sob resolução restritiva (fechada ou modificada). A intervenção do plenário é limitada ao mínimo. A autonomia das comissões para legislar na área sob sua jurisdição acaba por ser absoluta.

Assim, a não representatividade da

comissão em relação à Casa determina o resultado substantivo das políticas a serem adotadas, pois as comissões são constituídas por aqueles membros com demandas extremadas por políticas na área. As políticas adotadas divergem daquelas que a maioria adotaria. Isto é, um sistema descentralizado de decisões leva a resultados subótimos. O gasto público a emergir deste sistema será excessivo e não seria adotado pela maioria se posto a voto.

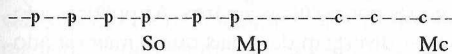
Em geral, o argumento é complementado com a identificação de dois outros atores tão interessados quanto os membros da comissão no provimento de políticas distributivistas e em sua ampliação para lá do razoável: grupos de interesse e agências burocráticas. Nesta versão do argumento, o eleitorado é substituído por grupos de interesses ou pelo grupo politicamente ativo no distrito. Estes três atores se reuniram nos chamados *iron triangles*. Outras denominações são *whirlpools*, *cozy triangles*, *subgovernments* e *subsystems*.

Concluimos, assim, a reconstrução das principais peças do argumento distributivista. As conclusões do modelo são sintetizadas por Morris Fiorina (1989, p. 122) na seguinte passagem:

“Committee members enjoy the opportunity to exercise great influence in a particular area — given the pattern of committee assignments, often an area of considerable concern to their districts. The agency receives support from the committee. The clientele gains benefits from the program, and the circle closes when the clientele provides support for friendly committee members. Heterogeneity of interests across districts and states underpins the system. One congressman cares about federal water projects but not federal workers, while another congressman has the opposite concern. Both are politically better off if they implicitly trade for the right to exert disproportionate influence in the area of greater concern.”

Vejamos, no entanto, até que ponto estas conclusões são autorizadas. A Figura 3, tomada de Krehbiel (1988), nos auxiliará na tarefa de precisar o poder institucional das comissões.

Figura 3
Preferências e o Poder Institucional
das Comissões



Nesta figura temos representadas as preferências dos membros de uma legislatura com relação a uma determinada questão. A letra *p* representa as preferências dos congressistas não-membros da comissão, membros apenas do plenário, de onde o *p*. A letra *c* representa as preferências dos membros da comissão. *So* representa o *status quo*, isto é, o posicionamento da lei atualmente em vigor. Os significados de *Mc* e *Mp* serão explicados abaixo.

A análise da figura baseia-se em algumas simplificações quanto às preferências individuais. Em primeiro lugar, indivíduos votam tendo por referência única e exclusivamente suas preferências na área em questão, isto é, independentemente de suas preferências em outras áreas; votos em questões relativas à educação pública não envolvem considerações e possíveis barganhas sobre política energética.¹³ Uma simplificação adicional diz respeito à consistência interna das preferências individuais: à medida que nos afastamos do ponto preferido pelo indivíduo, a preferência deste por aquela opção cai monotonicamente de forma simétrica em ambas as direções.¹⁴

Uma vez feitas estas simplificações quanto às preferências individuais, pode-se aplicar o Teorema do Eleitor Mediano para saber qual o resultado das decisões coletivas.¹⁵ Segundo este teorema, a decisão social corresponderá ao ponto preferido pelo eleitor mediano. É fácil entender por quê. O eleitor mediano, por definição, divide a população em duas metades iguais, uma à sua direita e outra à sua esquerda. Assim, qualquer proposta que atenda às preferências de alguém à sua direita será derrotada pela maioria formada pelo eleitor mediano e aqueles que estão à sua esquerda. O inverso

ocorre com uma proposta partindo da sua esquerda. Se o *status quo* estiver à direita do eleitor mediano, sua preferência em coalizão com aqueles à sua esquerda será preferida pela maioria e não se formará uma maioria capaz de derrotá-la.

Pois muito bem: na Figura 3 *Mc* e *Pc* representam justamente os pontos preferidos pelo eleitor mediano da comissão e do plenário, respectivamente.

Note-se que, em relação a este último, os votos dos membros da comissão devem ser levados em conta. Sabemos, assim, que se a decisão dependesse da vontade unilateral da comissão, o ponto *Mc* seria o escolhido. De outra forma, não havendo qualquer poder institucional das comissões, *Mp* será o ponto escolhido. Consideremos, inicialmente, as situações em que o plenário aprecia a lei sem poder emendá-la (resolução fechada). As situações possíveis podem ser definidas a partir da localização de três pontos: a posição do eleitor mediano da comissão (*Cm*), a do eleitor mediano do plenário (*Pm*) e a do *status quo* (*So*). As possibilidades são as seguintes:

a) *So* entre *Pm* e *Cm*. O plenário sempre preferirá *So* à posição preferida pela comissão. Logo, a comissão não tem como melhorar a sua situação enviando a lei à apreciação do plenário. Qualquer lei relatada pela comissão será derrotada pelo *status quo*, posto que este está mais próximo da vontade de *Pm* que *Cm*. A comissão não tem possibilidades de explorar estrategicamente¹⁶ o seu monopólio de relatar as leis. O mais próximo de sua preferência que pode obter é o ponto *So*. Onde a comissão preferir “fechar as portas”, não relatando a lei.

b) Se, no entanto, é a comissão que se encontra na posição intermediária, então esta pode votar sinceramente e sua posição derrota *So*, pois o plenário prefere *Cm* a *So*. Nesta situação, a comissão vê a sua vontade prevalecer sobre a do plenário, feita a ressalva de que o plenário está em melhor situação após a aprovação da nova lei do que antes. Apenas o plenário preferiria um movimento de afastamento mais radical de *So*.

c) A situação é mais complicada quando *Pm* ocupa a posição central. As distâncias $|Cm - Pm|$ e $|Pm - So|$ determinarão o resultado em plenário. Se o primeiro termo é menor que o segundo, a comissão não tem qualquer problema: ela relatará *Cm* e esta posição derrota *So*. Neste caso, a comissão vota sinceramente. Se o inverso ocorrer, *So* mais próximo de *Pm* que *Cm* de *Pm*, a comissão poderá relatar a lei colocando-a estrategicamente, isto é, a comissão é capaz de manipular a distância entre a lei que relata, digamos *Ce*, e *Pm*, onde *Ce* é a preferência estratégica da comissão. Pela disposição das preferências a comissão prefere *Pm* a *So*, mas prefere trazer o resultado final tão próximo quanto possível de *Cm* e será desta forma que escolherá *Ce*, isto é, uma versão da lei que seja mais atrativa ao plenário do que *So* ao mesmo tempo que a desloca para tão perto quanto possível da sua verdadeira preferência, *Cm*. Formalmente, se

$$Pm - So = X,$$

então *Ce* estará colocado a $X - \epsilon$ à direita de *So*, onde ϵ é tão pequeno quanto possível.

Quando a lei é apreciada em plenário sob resolução aberta, isto é, quando o plenário não tem a sua capacidade de emendar limitada, tudo o que a comissão pode fazer é obstruir a tramitação de leis, ou seja, fechar as portas. Pois, se a comissão relatar leis em desacordo com a vontade dominante em plenário, este pode, via emendas, torná-las compatíveis com suas preferências. Quando o eleitor mediano da comissão prefere o *status quo* à posição do eleitor mediano em plenário, a comissão estará melhor obstruindo a tramitação do projeto. Mantido o modelo espacial, esta condição pode ser escrita da seguinte forma:

$$|Cm - So| < |Cm - Pm|$$

Está visto, então, que as comissões têm um poder institucional, mas um poder não tão amplo como aquele vislumbrado por

Fiorina na passagem citada. Ainda seguindo as formulações de Krehbiel, qualifiquemos de forma mais precisa este poder. Krehbiel distingue o *poder positivo e negativo* das comissões. O poder será *positivo* quando permitir à comissão alterar a política de acordo com suas preferências e em direção contrária à preferência do plenário. Será *negativo* quando a comissão pode frustrar a vontade da maioria mantendo o *status quo* ou mitigando a alteração desejada pela maioria. O que a análise acima revela é que em nenhum caso o poder da comissão pode ser chamado de *positivo*. Mesmo na condição (c) acima, quando a comissão altera o *status quo* ao enviar um projeto estrategicamente concebido, a mudança se faz no sentido preferido pela maioria.

A análise de Krehbiel desferiu forte golpe nas pretensões dos distributivistas, uma vez que demonstrou formalmente que a capacidade de as comissões fazerem valer seus interesses distributivistas na área sob sua alçada, se real, não tem bases institucionais. O poder institucional das comissões é basicamente negativo, um poder de veto, de engavetamento das propostas contrárias às suas preferências. Dito de outra maneira, a existência de bases institucionais do poder das comissões fica no aguardo de demonstração mais completa. Por certo, os distributivistas não abandonaram a liça, apresentando novos modelos que procuram demonstrar a existência de um poder positivo das comissões. Entre estes, dois se destacam e merecem comentários: os modelos propostos por Shepsle e Weingast (1987a) e por Baron e Ferejohn (1989a e 1989b).

Sem dúvida, o modelo apresentado por Shepsle e Weingast é o mais festejado e aceito destes. O artigo tem o sugestivo nome de "The Institutional Foundations of Committee Power". A introdução e motivação do artigo seguem as conclusões de Krehbiel já apresentadas: o poder de "fechar as portas" ou de propor toda e qualquer legislação a ser apreciada pelo plenário não é suficiente para caracterizar o poder positivo das comissões. Os autores consideram, e rejeitam, uma ex-

plicação alternativa: a de que o poder das comissões basear-se-ia na deferência recíproca dos membros das comissões quando atuando em plenário, um acordo cooperativo auto-sustentado, em que membros da comissão A aprovam os projetos da comissão B aguardando que os membros de B façam o mesmo posteriormente, quando um projeto da comissão A vir a ser apreciado. Os autores notam que, ainda que seja possível argumentar a favor de estratégias de cooperação deste tipo, como, por exemplo, aquelas detectadas por Axelrod, estas seriam necessariamente instáveis, pela ausência de mecanismos efetivos de punição para as ações não-cooperativas. Ademais, se for esta a fonte do poder das comissões, não se poderá chamá-la propriamente de institucional. Os autores argumentam que apenas a existência de um poder institucionalmente definido pode garantir a estabilidade do poder empiricamente observável das comissões. E é este poder institucional cuja existência eles procurarão demonstrar formalmente.

O modelo que propõem considera, de forma estilizada é claro, a tramitação de uma matéria na Casa dos Representantes norte-americana. Em sua tramitação a matéria passaria por quatro estágios básicos: (a) uma comissão elabora e envia a lei a plenário; (b) o plenário aprecia a lei e, neste modelo, pode fazê-lo sob resolução aberta; (c) após ser considerada e modificada pelo Senado, forma-se a Comissão de Conferência (*Conference Committee*) para adequar as duas versões da lei e, por último, (d) a lei é votada pelo plenário sob resolução fechada.¹⁷ Segundo os autores, a existência da Comissão de Conferência e o fato de a apreciação dos trabalhos desta pelo plenário se dar sob resolução fechada estabelecem o poder institucional das comissões. Vejamos por quê.

Antes de mais nada, porém, cabe explicar a própria existência da Comissão de Conferência. Sendo o Poder Legislativo norte-americano bicameral, existe a possibilidade de que sejam aprovadas duas versões diferentes da mesma lei; uma lei iniciada e aprovada na Casa dos Representantes vai à apre-

ciação do Senado que, ao aprová-la, pode modificá-la. Se o fizer, teremos como resultado duas versões diversas para a mesma lei. Para chegar a uma versão única, forma-se a Comissão de Conferência, onde membros das duas Casas têm assento. O objetivo desta comissão é justamente o de chegar a uma versão única da lei.¹⁸

O aspecto central que garante um resultado favorável às comissões advém do critério utilizado para preenchimento dos postos na Comissão de Conferência. Segundo Shepsle e Weingast (1987a), esta é formada, basicamente, por membros da comissão que apreciou a lei em primeira instância. Onde qualquer alteração da lei em plenário seria irrelevante, pois os membros da comissão teriam como revertê-la no terceiro estágio da tramitação da lei. Em realidade, o plenário sabe de sua irrelevância e, antecipando sua derrota futura, pouco modifica as leis oriundas das comissões. A antecipação da ação provável da Comissão de Conferência reduz a atuação do plenário, e, assim, mesmo que esta não venha a ser formada — se a lei aprovada pelo Senado não modifica a lei aprovada pela Câmara —, a vontade da comissão prevalece. A antecipação da possível ação da Comissão de Conferência é suficiente para garantir o resultado.

O modelo baseia-se na premissa de que a passagem pela Comissão de Conferência é a única forma através da qual as desavenças entre as duas Casas podem ser resolvidas. Em realidade, neste modelo, como em vários outros apresentados pelos distributivistas, as normas e regras pelas quais a Casa opera são tomadas como exógenas. Dito de outra maneira: a Casa nunca escolhe as regras sob as quais vai decidir as matérias. Tampouco se pergunta por que a Casa adotaria este tipo de regra. As regras são dadas e fixas.

As premissas básicas do modelo foram contestadas empiricamente por Krehbiel (1987b). Este notou, primeiro, que as regras da Casa não estabelecem que membros da comissão terão assento privilegiado na Comissão de Conferência. Elas garantem assento aos membros da maioria a aprovar a

lei. Portanto, se o plenário modificar a lei, os responsáveis por esta modificação terão lugar na Comissão de Conferência. O autor observou ainda que existem inúmeras alternativas institucionais à Comissão de Conferência e que estas alternativas são usadas com alguma frequência.¹⁹

O modelo proposto por Shepsle e Weingast abandona a demonstração mais tradicional entre os distributivistas, que tende a identificar o poder institucional das comissões com o seu controle sobre os estágios iniciais da tramitação. Neste modelo, o poder das comissões reside no controle que elas detêm sobre o estágio final da tramitação das matérias. Baron e Ferejohn retornam ao modelo mais tradicional. No modelo que propõem, as comissões têm poderes derivados de seu controle sobre a proposição de matérias. O tratamento que dispensam, no entanto, é absolutamente original, abrindo novas e promissoras perspectivas para a análise da atividade legislativa mediante o uso da teoria dos jogos. Por esta razão, faço uma exposição um pouco mais detalhada do modelo que propõem.

Como em todos os modelos distributivistas, o problema básico posto é o de dividir uma certa unidade de benefícios entre os n membros da legislatura. No entanto, Baron e Ferejohn formalizam o conflito distributivista no interior dos chamados modelos de barganha bilateral, onde os atores apresentam uma certa “impaciência”, isto é, preferem uma certa quantia hoje à mesma quantia amanhã. Nos modelos econômicos, a “impaciência” expressa a usual preferência temporal, posto que o dinheiro ganho hoje pode ser aplicado e valerá mais amanhã. No contexto político, mais especificamente, pensando em congressistas, a “impaciência” pode ser relacionada às necessidades eleitorais: dado que se reeleger é uma função dos benefícios distribuídos a seu distrito, postergar decisões acarreta perdas eleitorais aos congressistas. Suas chances de reeleição serão maiores se o benefício for distribuído antes da eleição.

A simples introdução da “impaciência”

altera radicalmente a estrutura do conflito distributivista.²⁰ É fácil perceber que há uma atração maior por chegar a um acordo rapidamente, pois postergar o acordo impõe custos que ambas as partes pretendem evitar. O modelo é bilateral, isto é, envolve basicamente dois atores, um que tem a prerrogativa de fazer a primeira oferta — o direito de proposição — e um outro que acata, altera ou rejeita a proposta feita. Sob resolução fechada, ao ator a quem cabe agir em segundo lugar só resta aceitar ou rejeitar a proposta feita. Sob resolução aberta, as opções abertas são mais complexas: o segundo ator pode aceitar a proposta, não apresentando emendas e submetendo-a a voto, ou pode oferecer uma emenda, isto é, submeter à apreciação do plenário uma divisão alternativa dos benefícios. A emenda, por seu turno, será objeto da mesma decisão de que foi objeto a proposta inicial. A rejeição, no caso da resolução fechada, e a consideração de uma emenda sob resolução aberta implicam adiar a decisão por uma legislatura, envolvendo, assim, custos para todos.

Quanto à resolução fechada, o detentor do direito de proposição pode distribuir benefícios de forma a obter o apoio do número de membros estritamente necessário para a aprovação de sua proposta.²¹ Se o número de membros da legislatura for ímpar, e considerando o voto do proponente, temos que ele só precisa distribuir benefícios para $(n - 1) / 2$ membros. Os restantes $n / 2$ podem ser deixados sem qualquer ganho. Vê-se, assim, que os benefícios a serem distribuídos não precisam ser muito grandes, posto que o beneficiado deve comparar o que lhe é oferecido com o que poderia ganhar na próxima rodada.

Imagine uma legislatura onde $n=3$ e os membros são altamente “pacientes”, isto é, não descontam o futuro. Cada membro tem igual probabilidade de ser reconhecido como o proponente da divisão da unidade de benefício. Assim, aquele que faz a proposta pode oferecer $1/3$ dos benefícios a um membro m_2 e zero a m_3 . Os restantes $2/3$ podem ficar com o proponente. O $1/3$ dos benefícios con-

feridos a m_2 é suficiente para obter seu voto favorável à proposta, e esta, assim, se vê aprovada pela maioria da legislatura. Se os congressistas são “impacientes” e descontam o futuro a ∂ ao ano, onde $0 < \partial < 1$, temos como solução $\partial / 3$ para m_2 e $1 - (\partial/3)$ para o propositor. Vê-se, assim, que os ganhos do propositor crescem com a “impaciência” dos congressistas, isto é, com as perdas decorrentes da ausência de acordo.

De maneira mais genérica: se a legislatura é composta por n membros, o resultado, quando não houver paciência, é o seguinte: o propositor obtém o voto favorável de $(n - 1) / 2$ membros oferecendo uma parcela dos benefícios igual a $1 / n$ para cada um deles, retendo para si o restante, nada menos que $1 - (n - 1) / 2n$. Para uma legislatura de 500 membros, o propositor poderá ficar com 50,1% dos benefícios. De fato, se deixamos n tender ao infinito, os ganhos do propositor aproximam-se de 50%.²² Se se desconta o futuro temos o seguinte resultado:

$(n - 1) / 2$ membros recebem, cada um, ∂/n da unidade de benefício e o propositor fica com $1 - \partial(n - 1) / 2n$ do total. Os ganhos do propositor aumentam com a paciência.

Para concluir, o propositor, sob resolução fechada, fica com a parte do leão. Seus ganhos estarão sempre entre $1/3$ e $1/2$ do total dos benefícios. Os autores demonstram, ainda, que se o poder de fechar as portas é adicionado ao monopólio da proposição estes ganhos serão maiores, tendendo à unidade. A existência do poder de fechar as portas neste modelo implica uma alteração da regra através da qual se decide quem terá o direito de fazer a primeira divisão. Se este direito couber sempre à mesma pessoa, a expectativa de ganhos futuros dos outros membros cai quase a zero e o propositor estará em condições de explorar esta situação. Basta uma parcela ínfima de benefícios para induzir os não autorizados a iniciar a matéria a aprovar a distribuição oferecida. Eles não têm por que esperar maiores ganhos no futuro e aprovam a distribuição proposta.

A situação estratégica e a análise, por decorrência, se complicam sobremaneira se

a proposta é apreciada sob resolução aberta. A complicação advém do fato de aquele que faz a primeira proposição poder decidir as chances de aprovação de sua proposta. Se ele pretender abocanhar a unidade do benefício, ele pode estar certo que sua proposta será emendada. Em realidade, se não distribuir benefícios a pelo menos $(n - 1) / 2$ membros, o propositor pode estar certo de não ter sua proposta aprovada por maioria. De outro lado, se distribuir os benefícios igualmente por todos os membros, ele estará certo de ter sua proposta aprovada. Isto é, aquele que faz a proposta inicial pode escolher um número k de membros a quem distribui benefícios, onde $(n - 1) / 2 < k < n - 1$. A escolha de k determina a probabilidade de aprovação de sua proposta inicial porque os restantes $(n - 1)$ membros da legislatura têm iguais chances de serem selecionados para decidir a sorte de sua proposta.

Embora outros parâmetros sejam importantes, em especial o valor de ∂ e o tamanho da legislatura, o apresentado basta para afirmar que, em geral, resolução aberta garante uma distribuição mais universalista dos benefícios — dificilmente k será igual a $(n - 1) / 2$. Ainda assim, o propositor pode garantir para si maiores ganhos, o que depende da diferença entre k e $n - 1$.²³ No entanto, uma vez que a escolha de k envolve riscos, sob resolução aberta sempre há a possibilidade de que a matéria não venha a ser aprovada. Assim, quanto mais se aproxima de zero, maiores os riscos de apreciação sob resolução aberta.

Os autores concluem que este risco é suficiente para induzir a legislatura a operar sob resolução fechada. Esta conclusão segue do preceito distributivista segundo o qual o maior problema que os congressistas enfrentam é o de assegurar para seus eleitores ganhos distributivos e para si, desta forma, a reeleição. Assim, a paciência dos congressistas pode ser assumida como alta, posto que da distribuição de benefícios depende sua reeleição. Postergar a decisão por uma legislatura pode ser fatal. O congressista po-

de não estar em plenário quando a distribuição voltar a ser considerada.

Concluimos, assim, a revisão dos principais modelos apresentados pela versão distributivista. O apelo desta versão vem de sua simplicidade: congressistas querem se reeleger e para isto precisam contentar suas clientelas. A organização interna do congresso propicia o atendimento deste interesse: as comissões têm monopólio de proposição em sua jurisdição e são compostas por membros cuja sorte eleitoral mais diretamente depende da provisão de benefícios de cunho clientelista nesta jurisdição. Evitando a instabilidade inerente às maiorias em situações conflituosas, poderes legislativos especiais são transferidos às comissões, de tal sorte que barganhas são consumadas no interior destas e não em plenário.²⁴ A conclusão que segue é óbvia: um governo cujo tamanho excede o nível ótimo. No mercado, um sistema descentralizado de decisão, em que cada indivíduo persegue seu interesse individual, leva ao bem comum. O mesmo não ocorre no mundo político: o interesse individual conspira contra o bem comum. Em uma palavra: na política, a ação individual racional leva a resultados coletivos irracionais.

A Versão Informacional

Muito provavelmente, é um exagero falar em uma versão informacional do Novo Institucionalismo e confrontá-la com a versão distributivista, como se ambas se encontrassem em estágio de desenvolvimento similar. O mais correto talvez fosse falar do trabalho recente de Keith Krehbiel. Não há, por certo, uma massa de trabalhos e de autores comparável à que se verifica no interior da versão distributivista. O que temos são alguns poucos artigos assinados pelo próprio Krehbiel, em co-autoria com Thomas Gilligan, além do seu livro *Information and Legislative Organization* (1991). Ademais, a responsabilidade por colocar a perspectiva informacional em contraste com a distributivista deve-se ao próprio Krehbiel.

No entanto, este destaque ao trabalho de Krehbiel se justifica. Krehbiel notabili-

zou-se como um dos pioneiros do movimento dos Institucionalistas, sendo responsável por algumas das contribuições mais importantes para a análise formal da relação entre comissões e plenário. Embora seu trabalho nunca fosse totalmente afinado com a versão distributivista, sua crítica pode ser tomada por uma dissidência interna no interior do movimento. Dissidência comandada por uma das figuras mais ilustres do movimento.

De outro lado, seu trabalho lança pontes com uma outra perspectiva analítica bastante enraizada, qual seja, a perspectiva organizacional que tem em Nelson Polsby e Joseph Cooper seus maiores expoentes. Isto é, conquanto opere no interior do Novo Institucionalismo, o trabalho de Krehbiel permite recuperar uma tradição de estudos legislativos que fora relegada ao esquecimento com a ascensão do Novo Institucionalismo.

Por certo, a justificativa maior para expor a perspectiva informacional advém da qualidade deste trabalho. A perspectiva informacional se constrói em diálogo direto com a versão distributivista. Cada uma das perspectivas parte de premissas próprias, facilmente identificáveis; no diálogo entre elas o debate teórico ocupa posição de destaque. Ademais, um outro aspecto importante deste debate se dá no campo da verificação empírica. Cada uma das teorias leva a predições particulares quanto a determinados aspectos como a composição das comissões e suas prerrogativas legislativas. Ou seja, a resolução do conflito entre as teorias permite o recurso ao teste empírico.

Do ponto de vista teórico, a perspectiva informacional começa por afirmar sua fidelidade a dois postulados fundamentais da organização legislativa: o do primado da decisão majoritária e o da incerteza quanto aos resultados das políticas adotadas. Pelo já exposto, percebe-se que estes dois postulados não se coadunam com a explicação distributivista. Vejamos em detalhe o significado destes dois postulados e suas implicações.

O postulado majoritário estabelece que as escolhas feitas pela legislatura devem, em última análise, ser escolhas feitas pela maio-

ria de seus membros. Mais importante, o postulado aplica-se aos dois domínios de escolhas em que o Poder Legislativo opera: tanto ao votar leis como ao escolher as regras e procedimentos a ordenar seus trabalhos.

A validade do postulado para ambos os domínios é estabelecida a partir de um raciocínio simples. A Constituição estabelece que as decisões do Poder Legislativo obedecerão à regra da maioria. Estabelece também que o Legislativo disporá sobre as regras internas de seu funcionamento. As decisões quanto às regras procedurais, portanto, devem obedecer ao princípio da maioria. Assim, ao menos em princípio, todas as decisões internas da Casa, sejam substantivas ou procedurais, têm por base a vontade da maioria.

A implicação deste postulado é melhor compreendida tomando por referência alguns aspectos procedurais e seus efeitos sobre as decisões referentes a políticas públicas substantivas. Tomemos o poder das comissões de manter as portas fechadas como exemplo. Se este poder for efetivo, temos uma decisão procedural que não obedece à regra da maioria. Uma minoria, a comissão, pode impor à maioria a sua escolha de política pública. Se assim for, o postulado majoritário estará desmentido. Krehbiel nota que o poder das minorias de fechar as portas não pode se opor à vontade da maioria: a maioria tem recursos contra a decisão da comissão de fechar a porta, o chamado *procedimento de retirada (discharge procedure)*. Com a assinatura da maioria dos membros da Casa é possível apresentar um requerimento pedindo a retirada da matéria da comissão; se o requerimento for aprovado pela maioria, qualquer um dos signatários pode apresentar novo requerimento solicitando a apreciação imediata da matéria pelo plenário.²⁵

Vista deste ângulo, é possível perceber o quanto a explicação distributivista se baseia na premissa de que alguns procedimentos não-majoritários viciam a escolha de políticas substantivas, de tal sorte que elas acabam por representar a vontade de minorias e não

a da maioria. A composição das comissões é um ponto em tela. Segundo a versão distributivista, as comissões são compostas a partir de um processo de auto-seleção em que os partidos e o plenário abrem mão de suas prerrogativas. Para Krehbiel, a fidelidade ao postulado majoritário decorre do fato de que as listas partidárias devem ser votadas e aprovadas pelo plenário. Em última instância, a maioria é quem decide. O mesmo ocorre com as resoluções propostas pela Comissão de Resoluções: estas só têm validade quando aprovadas pela maioria em plenário. Assim como para o caso da distribuição dos membros pelas comissões, a versão distributivista considera tal aprovação meramente *pro forma*.

A disputa entre as duas versões acaba por se resumir a saber quão importante são estas referências à vontade da maioria e o quanto elas acabam por influenciar as decisões substantivas tomadas pela Casa. Conquanto reconheça que na maioria dos casos a referência à vontade da maioria é remota,²⁶ a premissa a partir da qual Krehbiel (1991, p. 16) estrutura sua análise é clara:

“Majorities determine policy choice and procedural choice, and no choice of the latter can undermine the fundamental principle of majoritarianism in democratic, collective choice institutions.”

No argumento desenvolvido por Krehbiel, o postulado majoritário funciona de uma forma negativa e positiva. Em sua forma negativa ele é usado para problematizar a explicação distributivista. Se o resultado de um processo decisório coletivo é contrário aos interesses da maioria e esta detém poderes que lhe permitem reverter o resultado, por que não o faz? Dito de outra maneira, há algo de incoerente na base da explicação distributivista, uma vez que ela se baseia em uma delegação irrestrita dos poderes da maioria às minorias encasteladas nas comissões. O problema está em que o resultado deste processo é contrário à vontade da maioria. Se é assim, por que a maioria não altera a organização interna da Casa?

Colocado de outro modo: dada a refe-

rência última ao princípio da maioria, tratar as instituições como exogenamente determinadas, como fazem os distributivistas, deixa de ser legítimo. As regras a regular as decisões no interior da legislatura são frutos da decisão majoritária de seus membros e, como tal, devem ser ligadas às suas preferências. Sendo direto: por que o plenário optaria por amarrar as suas mãos apreciando matérias sob resoluções restritivas?

O postulado majoritário, em seu lado positivo, permite a Krehbiel tratar a legislatura como um ator único, dotado de um único interesse. Krehbiel trata a vontade da legislatura como correspondendo à vontade de seu eleitor mediano. Como já vimos, este teorema aplica-se quando o espaço decisório é unidimensional e as preferências têm um único ponto máximo. Neste sentido, Krehbiel escapa do problema da instabilidade inerente às maiorias. Ao mesmo tempo, tal operação torna legítimo falar no interesse da legislatura, no singular, posto que esta opera por maioria e o resultado da decisão por maioria corresponde à vontade do eleitor mediano.²⁷

O segundo postulado, o da incerteza quanto aos resultados das políticas, também serve para diferenciar a perspectiva informacional da distributivista. Para os distributivistas, parlamentares sempre sabem com certeza quais os resultados das políticas que adotam. Não há incertezas. Todos os deputados são igualmente capazes de discriminar com absoluta correção quais os dividendos eleitorais de suas decisões. Para a perspectiva informacional, congressistas decidem sem saber ao certo quais serão os resultados das políticas que aprovam. O ponto de partida é o de que a informação é distribuída de forma assimétrica entre os membros da Casa, isto é, alguns membros têm maiores conhecimentos que os outros acerca dos efeitos das políticas em determinadas áreas.

Assim, se para a perspectiva distributivista as instituições são vistas enquanto uma forma de garantir que os ganhos da troca possam ser auferidos, para a perspectiva informacional o problema passa a ser o de ga-

rantir que as decisões sejam tomadas com base na utilização da maior quantidade possível de informação. Em tese, todos os congressistas se beneficiam se o nível de informação for maior e, conseqüentemente, a incerteza quanto aos resultados da política adotada for diminuída. Se congressistas têm aversão a riscos (preferem ganhos certos a incertos, ainda que estes possam ser maiores), eles terão interesse em reduzir a incerteza que cerca a adoção de políticas. A redução da incerteza é, assim, um bem coletivo.

Reconhecer o fato de que a redução da incerteza é um bem coletivo não é o mesmo que afirmar que não há problema quanto à escolha institucional. A assimetria de informações implica a existência de espaço para o uso estratégico desta informação. Indivíduos racionais, com suas preferências particulares, podem optar por não fazer públicas as informações de que dispõem. Decisões quanto ao desenho institucional influenciam esta disposição. Isto é, instituições serão tanto mais eficientes quanto mais induzirem os portadores de informações a torná-las públicas. Para tanto, deve ser de seu interesse particular fazê-lo. Ademais, deve ser do interesse particular do congressista acumular conhecimentos em uma determinada área, isto é, tornar-se um especialista.

Neste sentido, é possível identificar uma diferença normativa substancial entre a perspectiva informacional e a distributivista. Para esta última, o ponto de referência para a avaliação dos trabalhos legislativos é um nível ideal (eficiente) de intervenção do governo na economia. A organização ótima do Congresso seria aquela que coibisse o desejo dos congressistas de oferecer mais e mais políticas clientelistas para seus eleitores. Do ponto de vista dos parlamentares e seus interesses eleitorais, a organização não poderia ser mais adequada. Ou seja, o interesse público e o dos congressistas não coincidem. Já para a perspectiva informacional, o ponto de referência é a redução da incerteza ou, o que é o mesmo dito de outra forma, garantir que decisões sejam tomadas com base no maior volume de informação disponível, as-

segurando, assim, que os ganhos advindos da maior especialização de seus membros sejam realizados. Em uma palavra: uma organização será dita eficiente se for capaz de estimular e retribuir a especialização.

A despeito de serem apresentadas formalmente e do recurso à teoria dos jogos, as idéias subjacentes à perspectiva informacional apresentada por Krehbiel estão longe de ser originais.²⁸ Em boa medida, Krehbiel recupera muito das antigas preocupações com o bom funcionamento do Poder Legislativo, abandonadas pela análise cínica e realista dos distributivistas. Se substituirmos informação e as tecnicidades próprias à teoria dos jogos por deliberação, veremos que o que Krehbiel está a falar não é assim tão novo. Tomar decisões a partir da deliberação pública de seus membros é uma das características que define o Poder Legislativo. Para a perspectiva distributivista, não há deliberação no sentido preciso do termo. Congressistas sabem o que querem e as relações que mantêm uns com os outros limitam-se ao estritamente necessário para a obtenção de objetivos exogenamente determinados. Para a perspectiva informacional, congressistas têm incertezas e alteram suas crenças a partir da troca de informações. Quanto maior a quantidade de informação tornada pública, via debate e deliberação, tanto melhor a qualidade da decisão. A decisão é endogenamente determinada a partir da interação entre os membros da legislatura. Quanto maior esta interação, melhor a política pública a ser adotada.

Assim como para a perspectiva distributivista, para a perspectiva informacional o sistema de comissões é o eixo estruturador da atividade legislativa. As comissões são vistas, em maior acordo com as análises históricas de sua evolução, como recursos da Casa para, via divisão do trabalho, obter maior especialização de seus membros. No entanto, a especialização só será benéfica para o conjunto se os membros da comissão forem induzidos a partilhar seus conhecimentos com o plenário e não forem capazes de garantir para si ganhos de cunho distributivista. Dito

de outra maneira: se uma maior especialização de seus membros pode representar um ganho para a Casa, pode também representar um risco. Especialistas tentarão reservar para si todos os ganhos resultantes desta especialização. Os interesses dos especialistas, em geral, estarão em desacordo com os da maioria.

Desta forma, o que a versão distributivista vê como a razão de ser do sistema de comissões — assegurar um sistema de trocas que garanta ganhos distributivistas — é visto pela perspectiva informacional como um risco a ser evitado pela organização. Um risco que o grupo tem de enfrentar se pretende obter os ganhos advindos com a maior especialização de seus membros. A boa organização legislativa será aquela que consegue minimizar as perdas e maximizar os ganhos da especialização. Nas palavras de Krehbiel (1991, p. 6):

“The challenge of legislative organization within the informational framework is thus distinctly different from capturing gains from trade for the distributive benefit of high-demand minorities. Rather, is to capture gains from specialization while minimizing the degree to which enacted policies deviate from majority preferred outcomes. As in the distributive perspective, the solution is institutional. However the focus in informational approaches is on choosing rules and procedures that provide incentives for individuals to develop policy expertise and to share policy relevant information with fellow legislators, including legislators with competing distributive interests. Thus, legislative organization in the informational perspective consists of a set of rules and procedures that allocate resources and assign parliamentary rights to legislators who can be expected to use resources efficiently and to exercise rights consistent with both individual and collective goals.”

Se estes são os objetivos de uma organização legislativa racionalmente concebida (*rationally designed legislative organization*), vejamos o que daí decorre em termos da composição das comissões. Krehbiel apresenta três princípios a serem seguidos:

a) Quanto mais extremas forem as pre-

ferências da comissão de especialistas *vis-à-vis* as preferências dos não-especialistas, menos informativa será a comissão. Quando especialistas e não-especialistas têm objetivos similares, os especialistas terão maiores incentivos para revelar as informações que detêm privadamente. Deste princípio segue que, em geral, as comissões não serão compostas por membros com as mais altas demandas na área ou por aqueles com preferências extremas.

b) Comissões compostas por especialistas posicionados em pólos opostos do espectro político serão mais informativas do que aquelas compostas por especialistas de uma posição apenas. Quanto maior o número de fontes independentes a que se pode recorrer, tanto maior será a informação recebida, sobretudo quando os “informantes” são adversários. Decorre deste princípio que as comissões serão heterogêneas quanto às suas preferências.

c) Se o custo de especialização é menor para aqueles que possuem preferências extremas, a legislatura poderá recorrer a eles para compor as comissões. A legislatura faz, assim, uso da especialização anterior de seus membros. A presunção é de que, por exemplo, representantes de distritos rurais terão custos menores para se especializar nesta área do que os vindos de distritos urbanos. Está claro o *trade-off* envolvido nesta escolha: há uma correlação positiva entre preferências extremadas (não representativas do todo) e a especialização técnica; confiar o trabalho a especialistas pode impor perdas ao grupo.

Os pontos (a) e (b) são facilmente interpretáveis. O que eles nos dizem é que a composição ótima da comissão é aquela em que esta é um microcosmo do plenário. Quanto mais representativa do plenário ela for, tanto mais informação ela tornará pública na elaboração do projeto.²⁹ Ademais, se a comissão for capaz de chegar a um consenso, este será representativo do consenso possível em plenário. A diferença entre plenário e comissão reduz-se ao número de membros e à maior especialização do órgão que, justa-

mente, tem o menor número de membros. Em termos formais, se a comissão é um microcosmo do plenário, as posições do eleitor mediano em um e outro serão bastante próximas.

Postos nestes termos, os princípios (a) e (b), em que pese a sofisticação formal com que são apresentados, têm muito de óbvio. A importância de afirmá-los, no entanto, advém de sua contraposição direta às afirmações da versão distributivista. Para esta última, as comissões são, essencialmente, não representativas das preferências que prevalecem no plenário. Mais do que isto, seus membros tendem a se situar no extremo da distribuição: aqueles que querem mais políticas públicas na área. Ao afirmar que as comissões devem ser representativas das preferências a prevalecer em plenário, o que beira o óbvio, a perspectiva informacional chama a atenção para o que há de ilógico na estrutura do argumento distributivista: por que a maioria (o plenário) delegaria a minorias não representativas o poder de decisão? Está claro, no entanto, que a obviedade destes princípios decorre da premissa de que parte a perspectiva informacional: de que existe um interesse comum a congregar todos os parlamentares, qual seja, o de reduzir a incerteza, e de que a organização interna do Poder Legislativo visa este fim.

O ponto (c) aponta para um princípio organizacional mais diretamente relacionado ao objetivo informacional assumido por Krehbiel. Comissões devem ser compostas por especialistas. Para a legislatura, é racional aproveitar a capacitação anterior de seus membros. Vale observar que Krehbiel, ao contrário do que faz Shepsle, não considera o *background* profissional como um indicador das preferências do congressista. A especialização prévia, na visão de Krehbiel, não determina que a preferência do congressista deva necessariamente ser por maior intervenção estatal. Mesmo que assim seja, não há a presunção de que especialistas tenham as mesmas preferências: especialistas podem vir dos dois pólos do espectro político.

A ênfase de Krehbiel na necessidade de

especialização técnica dos componentes das comissões lhe permite explicar uma das características marcantes do sistema de comissões da Casa dos Representantes norte-americana, qual seja, o sistema de antiguidade (*seniority*), por intermédio do qual os presidentes (*chairman*) das comissões e subcomissões são os membros do partido majoritário mais antigos nestas. O resultado desta norma é que os congressistas não têm interesse em mudar de comissão ou subcomissão, já que a antiguidade nestas é fundamental para sua carreira. A teoria distributivista explica por que membros procuram certas comissões e, eventualmente, por que não gostariam de trocar de comissões (ou subcomissões). Não explica por que a antiguidade seria o critério que decide quem deve ocupar sua presidência. A perspectiva informacional explica melhor esta norma: a norma da antiguidade é um incentivo à especialização. Ao desestimular a troca de comissões e incentivar o trabalho contínuo em uma mesma comissão, a legislatura beneficia-se da maior especialização de seus membros. Para que o ponto fique claro, basta imaginar o contrário: uma legislatura em que os membros tivessem incentivos para trocar de comissões a todo tempo.

Uma legislatura organizada racionalmente, interessada em capturar ganhos de especialização técnica que levem à redução da incerteza, não estará preocupada apenas com a composição de suas comissões. Uma legislatura deste tipo deverá estar preocupada também com os incentivos que oferece aos membros das comissões. O sistema de antiguidade não é a única forma de fazê-lo. Neste ponto, da mesma forma que os distributivistas, as atenções de Krehbiel voltam-se para as prerrogativas e vantagens oferecidas às comissões em sua relação com o plenário. Para a perspectiva informacional, as diferentes resoluções da Comissão de Resoluções são centrais para que a legislatura induza os membros à maior especialização.

De acordo com a perspectiva informacional, resoluções restritivas (fechadas e/ou modificadas), isto é, aquelas que limitam a

atuação do próprio plenário, incentivam a especialização das comissões, assim como as tornam mais informativas. É fácil perceber por quê. Se os projetos oriundos das comissões recebem este tratamento especial, tanto maior será o incentivo para que seus membros se dediquem a seu trabalho. Eles terão garantias de que seu trabalho não será tornado letra morta quando apreciado em plenário. Desta forma, há incentivos à especialização. Há incentivos, também, para ser mais informativo. A recompensa é a garantia das auto-restrições que o plenário se impõe. O plenário limita sua própria atuação de modo a diminuir sua incerteza quanto aos resultados da adoção de determinadas políticas. O plenário sofre perdas, posto que os membros da comissão procurarão garantir ganhos distributivistas para si.

O plenário só estará agindo racionalmente ao conferir privilégios às comissões quando estas forem representativas. Caso contrário, estará beneficiando membros que têm preferências não sintonizadas com as dominantes em seu seio. Assim, de acordo com Krehbiel, espera-se uma associação positiva entre o uso de resoluções restritivas, de um lado, e a especialização e representatividade das comissões, de outro.

No entanto, o plenário não tem por que oferecer garantias à comissão de que seu projeto será examinado sob algum tipo de resolução restritiva. Em tendo esta garantia, os membros perderão o incentivo de ser realmente informativos e tenderão a garantir para si o máximo de ganhos distributivistas. O plenário se resguarda o direito de agir após conhecer a proposta enviada pela comissão, o que lhe garante uma vantagem estratégica *vis-à-vis* a comissão: esta precisa informar o plenário ao máximo para estar certa de obter uma resolução restritiva.

Desta forma, a perspectiva informacional reinterpreta as vantagens legislativas usualmente conferidas às comissões. Como no caso da composição das comissões, a perspectiva informacional distingue-se da distributivista ao apresentar uma diferente justificativa para a existência da instituição.

Ademais, as predições do modelo também são diversas e passíveis de tratamento empírico.

Uma parte considerável do trabalho de Krehbiel é voltada para o teste das predições alternativas dos dois modelos. Quanto à composição das comissões, onde a versão distributivista prevê comissões compostas por membros cujas preferências são não representativas do corpo, porém homogêneas, a versão informacional prevê preferências mais afinadas com o eleitor mediano da legislatura e, ademais, heterogêneas. Não é o caso de entrar em detalhes desta análise. Um ponto apenas merece destaque: a análise de Krehbiel difere da de Shepsle e dos demais estudos empíricos sobre o tema cuja base de dados é a demanda dos congressistas por posições nas comissões. A suposição é de que se pode inferir o comportamento futuro do congressista a partir de sua demanda. Como o congressista é orientado pelo desejo de se reeleger e para se reeleger ele quer oferecer benefícios a seus eleitores, a inferência parece legítima. No entanto, nenhum estudo distributivista demonstra, ou mesmo testa empiricamente esta inferência.

A análise de Krehbiel toma o comportamento do congressista como objeto de análise, comparando os membros e não-membros da comissão. Sua base de dados é construída a partir das avaliações da atividade dos congressistas feitas pelos diferentes grupos de pressão. De posse das notas dadas por estes grupos a todos os parlamentares, Krehbiel compara médias e variâncias para membros e não-membros das comissões. A conclusão a que chega é de que, para a maior parte dos casos,³⁰ a teoria informacional explica melhor que a distributivista a composição das comissões.

Ademais, Krehbiel reinterpreta um dos achados mais fortes de Shepsle: o de que o passado profissional do congressista é um dos fatores explicativos mais importantes na determinação da comissão a que este virá a se filiar. Para Shepsle, o *background* profissional é tomado como indicação dos interesses a serem defendidos pelo parlamentar e

indício de sua não representatividade. Para a perspectiva informacional, o mesmo achado tem explicação alternativa: a legislatura usa a especialização prévia dos congressistas e diminui, assim, os custos de especialização em que precisa incorrer. Neste caso, os achados das duas versões são os mesmos; as interpretações é que são diferentes.

As duas versões também diferem quanto às predições que fazem sobre o uso de soluções restritivas. A versão distributivista, neste ponto, tende a ser menos precisa. O argumento tende a ser genérico: para permitir e garantir ganhos advindos das trocas de apoio, as comissões receberão tratamento especial para seus projetos. Em especial, os projetos das comissões estarão garantidos contra a possibilidade do plenário desmontar, via emendas, o pacote distributivista por elas acertado.³¹ As hipóteses postas pela perspectiva informacional são mais complexas e envolvem o emprego de diferentes soluções, de acordo com as circunstâncias, como a especialização de uma comissão, a sintonia entre as suas preferências e as do plenário, e a heterogeneidade de preferências no interior da comissão. Como vimos, Krehbiel prevê uma associação positiva entre cada um destes elementos e o recurso a soluções restritivas. Mediante sofisticada e complexa análise empírica ele encontra fortes indícios em apoio às suas hipóteses e, por decorrência, aponta para a fragilidade das previsões feitas pelos distributivistas.

Concluo esta seção sublinhando a importância do trabalho realizado por Krehbiel. Seu livro é exemplar. Teorias divergentes são apresentadas e confrontadas. Diferentes predições são submetidas à prova dos fatos. E neste ponto reside uma de suas principais virtudes. Ao apresentar evidências empíricas, mais do que ao discutir a teoria, seu trabalho levanta sérias dúvidas sobre a plausibilidade do modelo distributivista. O apelo da teoria distributivista, a simplicidade e plausibilidade de suas premissas — congressistas que pensam só em se reeleger e que, portanto, só se ocupam de políticas clientelistas — não resistem ao teste empírico. O

mundo da política parece ser governado por racionalidades menos estreitas e simplistas.

A Versão Partidária

Ainda que bastante diversas, as versões distributivista e informacional guardam um ponto essencial em comum: o reconhecimento da centralidade das comissões enquanto os eixos estruturadores da atividade legislativa. Tal reconhecimento tem como requisito básico a concomitante afirmação da fraqueza dos partidos políticos. Em geral, partidos e comissões tendem a ser pensados como apontando para modelos opostos de organização legislativa.

A versão partidária rejeita esta dicotomia. De acordo com seus proponentes, o sistema de comissões deve ser entendido tomando por referência os próprios partidos. Ao invés de ver as comissões como uma forma de organização legislativa que independe dos partidos, estes autores propõem que elas sejam entendidas como uma forma de governo partidário. Nas palavras de Cox e McCubbins (1993, p. 2):

“This book reevaluates the role of parties and committees, and the interactions between them in the post-World War II House of Representatives. Our view is that parties in the House — especially the majority party — are a species of ‘legislative cartel’. These cartels usurp the power, theoretically resident in the House, to make rules governing the structure and process of legislation. Possession of this rule-making power leads to two main consequences. First, the legislative process in general — and the committee system in particular — is stacked in favor of majority party interests. Second, because members of the majority party have all the advantages, the key players in most legislative deals are members of the majority party, and the majority party central agreements are facilitated by cartel rules and policed by cartel’s leadership.”

Neste sentido, a versão partidária pode ser tomada como a versão mais heterodoxa das três aqui analisadas. A opinião de que os partidos norte-americanos são fracos é bastante disseminada e, sem exagero, beira o

consensual. Esta fraqueza manifestar-se-ia tanto na arena eleitoral quanto na legislativa.³² No entanto, é preciso relativizar a empreitada dos autores. A hipótese não é a de que os partidos norte-americanos sejam comparáveis aos europeus. Note-se que, na passagem acima, a afirmação é de que os partidos agem por intermédio das comissões.

Uma parcela considerável dos trabalhos dos autores é voltada para a crítica do que eles chamam de modelo explicativo centrado na autonomia das comissões. Este modelo, como vimos, sustenta-se em dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, o de que as comissões são compostas por meio de um processo de auto-seleção, conforme sustenta, por exemplo, Shepsle. O segundo ponto é a norma da antiguidade, segundo a qual a presidência das comissões é ocupada pelo membro mais antigo do partido majoritário na comissão.

Como já discutimos o primeiro ponto anteriormente, concentrarei a exposição no segundo ponto.³³ A consequência da existência da norma da antiguidade para uma explicação que procure privilegiar os partidos é clara. Sob o império desta regra, os partidos perdem o controle sobre um dos postos-chave para a organização da atividade legislativa. Aquele que ascende à posição de presidente da comissão nada deve ao partido e permanecerá no cargo independentemente de sua afinidade com a linha partidária.

A empreitada com a qual Cox e McCubbins se defrontam neste ponto é das mais espinhosas. A relação entre a norma da antiguidade e a limitação que ela representa à atuação do partido não poderia ser mais direta e clara. Ademais, trata-se de um ponto extremamente bem documentado: as violações desta norma no pós-guerra contam-se nos dedos de uma mão; no mais das vezes, a presidência da comissão sempre coube ao seu mais antigo membro do partido dominante.

Ao concentrarem-se no ponto final do processo, as análises que apontam para a não violação da norma da antiguidade podem perder a atuação anterior do partido. O

partido pode selecionar ao longo do tempo, não reconduzindo à comissão os congressistas menos afinados com a linha partidária. O mais antigo na comissão seria, assim, um membro necessariamente fiel ao partido, selecionado ao longo do tempo. Embora a recondução à comissão também seja uma regra estabelecida e aceita, ela não é tão forte como a da antiguidade. Os autores, no entanto, não são capazes de encontrar uma ação quantitativamente significativa dos partidos. Violações no direito de recondução nos estágios iniciais do processo são mais frequentes que ao final. Mas não se pode dizer que deixam de ser exceções.

No entanto, a aplicação da punição a membros desviantes é suficiente para demonstrar a possibilidade de o partido vir a punir seus membros. Desta forma, a questão passa a ser outra: se têm este poder, por que os partidos o usam tão raramente? A explicação usual é de que os partidos, em especial os órgãos partidários que poderiam punir os membros desviantes — a Comissão de Comissões e o *caucus* — são controlados por seus membros mais velhos, justamente aqueles com interesse em manter a norma da antiguidade. Nesta versão, o partido dividir-se-ia em duas facções: os jovens e os velhos. Os autores propõem uma explicação alternativa, baseada na cisão entre as facções regionais do Partido Democrata:³⁴ a divisão entre o Sul e Nordeste. Como esta divisão rachava literalmente as instâncias decisórias do partido, não havia possibilidade de este sequer considerar questões relativas à disciplina partidária. Se a hipótese for correta, a ocorrência de violações da regra da antiguidade deve estar correlacionada à solução dos conflitos internos do partido. Os autores revisitam as evidências para testar esta hipótese e encontram evidências em apoio a ela.

É impossível recuperar este debate empírico nos limites deste artigo. Importa frisar a linha de argumentação oferecida pelos autores. As evidências em favor da desimportância dos partidos políticos são reinterpretadas tendo por referência a divisão interna do partido majoritário. Os partidos foram me-

nos importantes no período em que o Partido Democrata esteve cindido em suas duas facções regionais.

Os autores apresentam o mesmo tipo de argumento ao analisarem as votações nominais. A conclusão da volumosa literatura sobre o tema é bastante conhecida: a existência de um declínio secular da importância dos partidos na determinação dos votos dos congressistas. Os autores revisitam evidências empíricas, distinguindo dois tipos de votos partidários: as votações que envolvem temas no interior da agenda partidária e aquelas referidas a temas fora desta agenda. A inclusão de uma votação na agenda partidária depende da atuação das lideranças partidárias. Uma votação deve ser tomada como relevante para medir a unidade partidária quando suas lideranças de alguma forma se envolvem e atuam no sentido de influenciar o resultado. Ademais, para que seja de fato parte da agenda partidária, é necessário que o outro partido se posicione de maneira oposta. Em termos de operacionalização da variável analisada, os autores tomam como indicadores do envolvimento do partido os votos de seus líderes (*leaders and whips*). Desde que estes votem na mesma direção, o voto será considerado parte da agenda partidária.

Utilizando-se desta distinção, a conclusão dos autores é previsível. No interior da agenda partidária não ocorre declínio da coesão partidária. A coesão partidária é menor e declinante com o tempo fora da agenda partidária. A participação relativa das votações no interior da agenda partidária no total das votações, no entanto, é declinante até meados dos anos 70. Ou seja, à medida que o cisma entre as duas facções regionais do Partido Democrata se tornava mais e mais explosivo, menor era a capacidade do partido de incluir temas em sua agenda.

À medida que a cisão partidária se torna menos relevante — as duas facções regionais do Partido Democrata deixam de ser tão distintas com as modificações sócio-econômicas ocorridas no sul dos EUA, ao mesmo tempo que o Partido Republicano con-

segue, finalmente, penetrar e lançar raízes nesta região —, o quadro se altera radicalmente. A agenda partidária se alarga. Se a série histórica é estendida para os anos 80, a análise tradicional — a que não distingue a agenda partidária — revela uma inversão da tendência secular notada anteriormente pela literatura: a coesão partidária cresce significativamente a partir de meados dos anos 70. A conclusão dos autores encontra-se na seguinte passagem:

“These results seem to us precisely those that would be expected were a system of ‘conditional party government’ (Rhode, 1991) in operation throughout the postwar era. The gist of conditional party government is that the party leadership is active only when there is substantial agreement among rank and file on policy goals. If this hypothesis is true, one would expect that decreases in party homogeneity should lead, not to decreases in the level of support given to leaders when they take a stand, but rather to leaders taking fewer stands. This is essentially what we find.” (Cox e McCubbins, 1993, p. 155)

A conclusão a que chegam, portanto, é similar à obtida ao analisarem as violações ao sistema de antiguidade. Um partido cindido, a ponto de seus líderes votarem em direções opostas, por definição não é capaz de agir de maneira concertada. A referência à existência de um governo partidário condicional (*conditional party government*) no pós-guerra tem por objetivo precisar o alcance do argumento. Partidos não podem ser desconsiderados. Em boa parte do período estiveram, digamos assim, dormentes porque divididos. A inferência de que eles tenham poderes nulos é incabida. Não se trata, por certo, de puxar o argumento para o outro extremo, de se afirmar a existência do governo partidário à européia. Por isto o qualificativo condicional — um governo partidário condicional.

Vale notar que o condicionante apresentado pelos autores tem algo de paradoxal: o partido será efetivo quando as preferências forem homogêneas. Há algo de estranho em observar que as lideranças de um partido só serão capazes de agir quando as preferências dos membros do partido forem homogêneas.

Neste caso, no limite, as lideranças e o próprio partido são desnecessários. Partidos se definem justamente pela sua capacidade de disciplinar a ação de seus membros. Parece bastante complicado falar em um governo partidário, mesmo que condicional, quando os líderes do partido majoritário votam em direções opostas nas questões mais candentes, como aquelas envolvendo os direitos civis e a Guerra do Vietnã.

De toda forma, o trabalho empírico de Cox e McCubbins é bastante convincente: uma vez superada a cisão radical entre as facções regionais do Partido Democrata, há uma reversão dos indicadores usualmente utilizados para demonstrar a fraqueza crescente dos partidos. Em lugar de declínio, nota-se a ascensão dos partidos. Em especial, a indicação de presidentes de comissões e das subcomissões passa a ser mais diretamente controlada pelo partido e as votações nominais mostram uma crescente coesão partidária.

Até aqui expus os pontos em que a versão partidária revê as interpretações tradicionais sobre a importância dos partidos políticos no interior do Congresso norte-americano. Esta parte do trabalho pode ser resumida como a reinterpretação das evidências tradicionalmente usadas para provar a fraqueza dos partidos norte-americanos. O ponto a ser apresentado a seguir é, talvez, o mais importante do trabalho dos autores. Estes mostram que a principal fonte de poder dos partidos no interior do Congresso advém de sua capacidade de controlar a agenda decisória, isto é, de determinar quando e o que será objeto de decisão.

O poder das comissões, no argumento clássico, advém justamente de seu controle sobre a agenda. O poder de fechar as portas é basicamente um poder deste tipo: a comissão decide unilateralmente o que será ou não objeto de decisão. Como vimos, o argumento distributivista depende de tornar irrelevante a tramitação dos projetos após a sua passagem pelas comissões. Ou bem ao plenário é negada a possibilidade de ação, porque este considera o projeto sob resolução fechada, ou então ele antecipa a atuação

revisora da Comissão de Conferência e deixa de atuar. A vontade da comissão acaba por prevalecer e a agenda decisória é totalmente ditada pelas próprias comissões.

Ao discutir a existência da Comissão de Resoluções, já apresentei razões que permitem questionar esta visão: as matérias enviadas pelas comissões a plenário não são incluídas automaticamente na pauta. Em realidade, se esperarem por sua vez, de acordo com a ordem de chegada, o resultado, muito provavelmente, é que nunca serão votadas pelo plenário. Para que sejam votadas, portanto, é necessário que sejam objeto de tratamento diferenciado. Basicamente, o *speaker*, o líder do partido majoritário e a Comissão de Resoluções são as três instâncias com poder para conferir prioridade à apreciação de projetos.³⁵

Ou seja, o *speaker*, o líder da maioria e a Comissão de Resoluções estão em posição análoga à das comissões. Eles detêm o poder, por exemplo, de fechar as portas. Isto é, podem muito simplesmente deixar de incluir na pauta aqueles projetos que considerarem contrários às suas preferências, ou melhor, contrários às preferências do partido que representam.

Em realidade, o poder destes é superior ao das comissões, uma vez que estas precisam, ao decidir o que fazer com uma lei, antecipar a ação dos atores situados no estágio ulterior. De nada adiantará, por exemplo, a uma comissão dominada por uma aliança entre republicanos e democratas conservadores enviar a plenário uma lei à direita das preferências dos que têm poder de incluí-la na pauta. Se a considerarem inferior ao *status quo*, estes não a incluirão na pauta e a matéria será engavetada. Portanto, as comissões precisam antecipar a ação daqueles que decidem a sorte da matéria no estágio seguinte de sua tramitação.

O tempo disponível para apreciação de matérias em plenário desempenha um papel importante para os resultados. Quanto mais o tempo para apreciação das matérias for escasso, maior o poder de agenda do partido no final do processo, posto que mais fino e

exigente pode ser o critério que utiliza para incluir matérias na pauta. Desta forma, a decisão das comissões do que enviar à consideração do plenário torna-se mais dependente da concordância do partido majoritário. Espera-se que as matérias sejam incluídas na pauta de acordo com as preferências do partido majoritário.

Em boa medida, ao levantar a existência deste poder partidário de determinar a agenda nos estágios finais da tramitação da matéria, os autores descobriram um verdadeiro ovo de Colombo. A analogia entre este poder de agenda e o poder das comissões é muito forte para não ter sido notada anteriormente. Muito provavelmente o foi. A novidade está em tratar o *speaker*, o líder da maioria e a Comissão de Resoluções como representantes do partido.

Conclusão

As versões aqui reconstruídas são oferecidas por seus autores em oposição umas às outras. Em especial, tanto a versão informacional como a partidária constroem-se em oposição direta à versão distributivista. A confrontação entre as diferentes versões não se limita ao campo teórico. Uma parte considerável do debate é empírico. Cada uma das versões implica um conjunto de predições postas a teste.

Desta forma, tudo parece indicar que as três versões são mutuamente exclusivas. Quanto a isto não há dúvidas. Será muito difícil conciliar as três versões, ainda que os pontos de contato não deixem de existir. Por exemplo, algumas das predições podem ser igualmente explicadas pelas três perspectivas. Há, por certo, uma diferença de grau, mas as três não são refutadas pela constatação de que algumas comissões são preenchidas por congressistas com preferências extremas na área. A hipótese distributivista é confirmada desta forma; a informacional argumenta que, em alguns casos, esta é a única forma de obter os ganhos de especialização, enquanto a partidária afirma que para garantir a máxima probabilidade de reeleição da maior parte de seus membros é racional

que o partido forme comissões com altas doses de clientelismo.

A deferência para com a comissão também pode ser explicada pelas três teorias. Pode ser ditada pelo reconhecimento da maior especialização desta, pode ser ditada pelo interesse na reciprocidade de tratamento entre comissões desejosas de aprovar políticas clientelistas, como pode ainda demonstrar a capacidade do partido majoritário de impor a sua vontade.

Um argumento histórico pode permitir compatibilizar alguns aspectos das três versões. De fato, como notam enfaticamente os proponentes da versão partidária, a Casa dos Representantes mudou muito a partir de meados dos anos 70. Não por acaso, por esta época, a Casa passou por importantes reformas institucionais, entre elas a criação de subcomissões com poderes análogos aos das comissões. Assim é que a história da Casa dos Representantes no pós-guerra tende a ser dividida em período pré e pós-reforma.

Shepsle nota que os modelos distributivos descrevem basicamente o Congresso que toma corpo no pós-Segunda Guerra e que desaparece com as reformas dos anos 70. O processo de mudança ganhara força já nos anos 60. O equilíbrio existente no passado é caracterizado como repousando sob uma "conspiracy between jurisdiction and geography" (Shepsle, 1989, p. 262). O que quebrou tal equilíbrio? Shepsle apresenta três processos independentes como causadores da ruptura. O primeiro é o crescimento do *staff* a serviço do congressista. Através de seu *staff* o congressista passou a ser mais independente, ganhando maiores possibilidades de atuar em várias frentes ao mesmo tempo. A deferência do congressista individual para com a comissão não precisa mais ser a norma a guiar os congressistas. O plenário acaba por ser revalorizado e o número de emendas às propostas das comissões cresce.

O segundo processo identificado por

Shepsle diz respeito a mudanças econômicas e demográficas e seus efeitos sobre os distritos eleitorais. Ao longo dos anos 60, mais e mais estas mudanças sócio-econômicas

"produced congressional districts that were neither purely rural nor so purely urban as they had been. Increasingly, the districts were mixed, often including a major city and a number of towns, as well as perhaps some rural areas. Members interests began to reflect this heterogeneity." (Shepsle, 1989, p. 244)

O terceiro processo é o da transformação da representação democrata sulista: mais e mais o Sul e o Nordeste passaram a se assemelhar. O conservadorismo democrata no Sul foi quebrado com a entrada dos negros na arena política e com as transformações econômicas lá ocorridas. O comportamento dos deputados sulistas, que era bem mais próximo dos republicanos, começou a se assemelhar ao dos democratas do Norte-Nordeste. Como consequência, os republicanos fizeram suas primeiras investidas bem-sucedidas no Sul. O resultado deste processo foi uma crescente homogeneização dos partidos e do grau de conflito entre eles. A conclusão de Shepsle, neste ponto, acompanha a dos defensores da versão partidária: em função destas transformações ocorreu uma concentração de poderes nos órgãos partidários — o *caucus* e o *speaker* — às expensas das comissões e seus presidentes.

Para Shepsle, o novo Congresso que emerge das reformas dos anos 70 não está em equilíbrio: há uma tensão entre o partido e a iniciativa individual dos congressistas, ancorada em seu imenso *staff*.³⁶ Como ele afirma em uma passagem: "Party, it would seem, is on the rise. But so, too are the member enterprise."

(Recebido para publicação
em março de 1994)

Notas

1. Ao longo deste artigo usarei estável como sinônimo para a existência de equilíbrio, um termo com um significado técnico preciso. Dizer que uma decisão corresponde a um equilíbrio significa que nenhum dos participantes do grupo pode melhorar a sua posição unilateralmente, donde a estabilidade.
2. Leia-se *preferido a* onde aparece >.
3. Entre os estudiosos do Congresso, a primeira formulação explícita desta premissa deve-se a Mayhew (1974). Fenno (1973) já havia reduzido os objetivos dos congressistas a três: reeleição, influência e fazer boas políticas. Mayhew afirma que se reeleger “has to be the *proximate* goal that must be achieved over and over if other ends are to be entertained [...] For analytic purposes, therefore, Congressmen will be treated in the pages to come as if they were single-minded reelection seekers” (Mayhew, 1974). Economistas já haviam chegado a tal conclusão bem antes. Por exemplo, o livro de Anthony Downs (1957).
4. Como veremos ao longo deste artigo, boa parte do debate, tanto teórico como empírico, entre as três versões do Novo Institucionalismo consideradas neste texto gira em torno destas duas questões.
5. De fato, esta foi a prática dominante até meados dos anos 70. A partir de então, passou-se a reconhecer a competência concorrente das comissões para determinadas matérias. Tal alteração complica o esquema explicativo dos distributivistas.
6. Há limites a este poder. Ver adiante.
7. Como os veteranos tendem a permanecer nas comissões que ocupavam na legislatura anterior, a explicação da distribuição dos calouros é suficiente para explicar quase todos os casos.
8. Davidson é co-autor com Walter J. Oleszek de um dos mais importantes e utilizados *text-books* sobre o Congresso norte-americano, *Congress and its Members*, onde esta posição é reafirmada. Ver Davidson e Oleszek (1990, pp. 203 e segs.).
9. Críticos desta visão notam que este poder não é absoluto. Ver a crítica de Krehbiel adiante.
10. As leis são separadas em quatro diferentes calendários para fins de apreciação do plenário: Privado, Consenso, Casa e União (*Private, Consent, House e Union*), os dois primeiros tratando das leis não-controversas.
11. Para uma descrição dos diferentes calendários e outros expedientes para descongestionar a pauta, ver Davidson e Oleszek (1990, pp. 315 e segs.). Volto ao tema adiante.
12. Optei por traduzir *Rules Committee* por Comissão de Resoluções porque este comitê propõe o que no Congresso brasileiro se chamaria de resoluções legislativas.
13. Dito de uma maneira mais técnica: o espaço decisório é unidimensional, donde as preferências dos indivíduos podem ser dispostas em uma reta.
14. Tecnicamente, para que esta condição seja verdadeira, é necessário que as preferências possam ser representadas por funções contínuas com um único ponto máximo, decrescendo monotonicamente e simetricamente em ambas as direções.
15. Note-se que, através destas premissas, estamos escapando dos problemas postos por Arrow e McKelvey. Isto é, sob estas premissas a indeterminação da escolha social desaparece.

16. Votar estrategicamente significa não apresentar a sua preferência real (sincera) com o fim de obter resultados mais próximos do preferido. O voto estratégico parte da antecipação do voto dos outros e dos efeitos possíveis de diferentes opções.
17. De acordo com Cox e McCubbins (1993), falta a este modelo um estágio essencial, aquele em que a matéria é incluída na agenda para apreciação em plenário. Isto é, após ser remetida pela comissão, sua inclusão na agenda decisória não é automática, dependendo de decisões do *speaker* e da Comissão de Resoluções, ambos os órgãos controlados pelo partido majoritário. Ver adiante.
18. O Brasil também é bicameral, mas adota outra mecânica para resolver as possíveis desavenças entre as Casas. Aqui, cabe à Casa iniciadora a última palavra. Por exemplo, a legislação iniciada e aprovada na Câmara segue para a apreciação do Senado e, se modificada, retorna à Câmara, que acata ou rejeita a modificação proposta. Sua decisão, salvo veto presidencial, é final. Note-se que o Senado no Brasil, ao contrário dos EUA, também tem a capacidade de iniciar legislação, caso em que terá a última palavra.
19. Descrevê-las nos levaria apenas a considerar as minúcias regimentais do Casa dos Representantes.
20. Em verdade, esta pequena alteração garante que se escape das previsões de Arrow e McKelvey. Lembre-se que nos teoremas apresentados por estes dois autores o processo de votação não acarreta custos.
21. O termo técnico na literatura para maiorias exatas é coalizão vitoriosa mínima (*minimal winning coalition*), termo cunhado por Riker (1963).
22. Assim, a parcela dos benefícios auferidos pelo propositor decresce com n . Por outro lado, a desigualdade entre seus ganhos e os dos outros membros cresce com n . Isto é, quanto maior a legislatura, mais desigual a distribuição dos benefícios.
23. E depende também de ∂ . Quanto mais os membros forem impacientes, $\partial \rightarrow 0$, maiores os ganhos do propositor.
24. Note-se que a origem destas instituições não é discutida pelos distributivistas. O convite a uma explicação de tipo funcionalista é bastante forte: estas instituições existem porque são as que melhor atendem ao interesse dos congressistas em se reeleger.
25. No Brasil, matérias também são inicialmente remetidas às comissões que, em geral, não têm prazo para sua apreciação. A retirada da matéria da comissão pelo plenário pode ser feita mediante aprovação do requerimento de urgência. Enquanto o emprego do requerimento de retirada é extremamente raro na Casa dos Representantes, a urgência é usada com frequência na Câmara dos Deputados. Nos Estados Unidos, para que o requerimento seja considerado, deve contar com a assinatura individual da maioria simples dos membros. No Brasil, se requer o apoio de 2/3 dos membros da Casa, mas a assinatura dos líderes partidários tem peso ponderado de acordo com a bancada que representam.
26. A questão não pode ser resolvida empiricamente. Ao menos, não de maneira fácil. Isto porque trata-se de aquilatar o peso que a existência da referência última à regra da maioria tem sobre o comportamento dos autores. A expectativa de que a maioria pode fazer uso das suas prerrogativas pode constranger a ação dos atores sem que a maioria faça uso destas mesmas prerrogativas. Como no modelo de Shepsle e Weingast, a expectativa de uma ação que, ao final, não se realiza pode ser suficiente para gerar o resultado.
27. Esta identificação entre a preferência do eleitor mediano e a da legislatura permite a Krehbiel, por exemplo, fazer a seguinte afirmação: "Committees are exclusively instruments of the legislature that perform for the legislature. Committee composition is deter-

mined by the legislature; it is not governed by self-selection, as commonly presumed in distributive approaches" (Krehbiel, 1991, p. 80). Para a versão distributivista, falar da legislatura como um ator único e dotado de *uma* vontade não é legítimo. O que existe é uma coleção de indivíduos com interesses díspares. Krehbiel apresenta a clássica resposta contra a crítica de que seu modelo se baseia em uma simplificação excessiva da realidade: todos os modelos empregam premissas simplificadoras. Ver Krehbiel (1991, p.101).

28. Ponto, vale notar, enfatizado pelo próprio Krehbiel.
29. Vale notar que Krehbiel estipula que o processo eleitoral garante a diversidade de preferências e interesses no interior da legislatura. Esta é uma característica exógena ao modelo.
30. As médias dos membros não distam muito das dos não-membros e a variância não é significativamente menor entre os membros.
31. Na versão apresentada por Baron e Ferejohn, o *status* especial é garantido para que os congressistas evitem perdas com o possível atraso na aprovação da distribuição dos benefícios.
32. A afirmação de que partidos não contam é explícita. Em Weingast e Marshall (1988, p. 137) encontramos a seguinte afirmação: "Parties place no constraints on the behavior of individual representatives. Parties were strong around the turn of the century when they possessed reward system and sanction mechanisms to control the behavior of members. Specifically, party organizations determined entry into competition for the local seat, the positions of power within the legislature, and the distribution of legislative benefits (e.g., a representative obtained legislative benefits only if he supported party measures). None of these conditions now holds. In what follows, we therefore treat the individual as the decision making unit." Krehbiel (1992, pp.101-2 e 260-1) também desconsidera os partidos de maneira explícita.
33. A conclusão dos autores quanto ao primeiro ponto é a seguinte: "Our results, based on substantially larger data set than previously available, indicate that loyalty to the party leadership is statistically and substantively important determinant of who gets what assignment." (Cox e McCubbins, 1993, p. 186). O teste segue a metodologia utilizada por Krehbiel: com base em avaliações dos *lobbies*, a posição do eleitor mediano do partido é determinada e a distribuição dos membros pelas comissões é, assim, comparada à partidária.
34. A análise pode concentrar-se exclusivamente no Partido Democrata porque a presidência da comissão cabe ao partido majoritário na Casa dos Representantes e o Partido Democrata controlou a maioria por quase todo o pós-guerra.
35. "All bills reported from committees are listed in chronological order on one of several calendars, lists that enable the House to put measures into convenient categories. [...] There is no guarantee that the House will debate legislation put on the calendars. The speaker and majority leader largely determine if, when, and in what order bills come up [...] Because house rules requires bills to be taken up in the chronological order listed on the calendars, many substantial bills would never reach the floor before the Congress adjourned. The Rules Committee can put major bills first in line." (Davidson e Oleszek, 1990, pp. 314-17).
36. Para alguns distributivistas, nada teria se alterado com as reformas: as subcomissões e um maior *staff* só reforçam o individualismo e a descentralização decisória. Esta é a posição de Fiorina (1989) e do próprio Shepsle em outro artigo (Shepsle e Weingast, 1984).

Bibliografia

- Arnold, R. Douglas
1979 *Congress and the Bureaucracy — A Theory of Influence*. New Haven, Yale University Press.
1990 *The Logic of Congressional Action*, New Haven, Yale University Press.
- Arrow, Kenneth J.
1963 *Social Choice and Individual Values*. 2ª ed., New Haven, Yale University Press.
- Austen-Smith, David e Riker, William H.
1987 "Asymmetric Information and the Coherence of Legislation". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 897-918.
- Baron, David P. e Ferejohn, John A.
1989a "Bargaining in Legislatures". *American Political Science Review*, n. 83, pp. 1181-206.
1989b "The Power to Propose". In Peter C. Ordershook (ed.), *Models of Strategic Choice in Politics*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Brady, David W.
1988 *Critical Elections and Congressional Policy Making*. Stanford, Stanford University Press.
- Brady, David W.; Cooper, Joseph e Hurley, Patricia A.
1987 "The Decline of Party in the U.S. House of Representatives, 1887-1968". In Matthew McCubbins e Terry Sullivan (eds.), *Congress: Structure and Policy*, New York. Cambridge University Press.
- Bryan D. Jones (ed.)
1989 *Leadership and Politics: New Perspectives in Political Science*. Lawrence, University Press of Kansas.
- Cain, Bruce; Ferejohn, John e Fiorina, Morris
1987 *The Personal Vote. Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Harvard University Press.
- Collie, Melissa P.
1988 "The Legislature and Distributive Policymaking in Formal Perspective". *Legislative Studies Quarterly*, n. 13, pp. 311-42.
- Cooper, Joseph e Brady, David W.
1981 "Institutional Context and Leadership Style: The House from Cannon to Rayburn". *American Political Science Review*, n. 75, pp. 411-25.
- Cox, Gary W.
1987 *The Efficient Secret. The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cox, Gary W. e McCubbins, Matthew D.
1986 "Electoral Politics as a Redistributive Game". *Journal of Politics*, n. 48, pp. 370-89.
1993 *Legislative Leviathan. Party Government in the House*. Berkeley, University of California Press.
- Davidson, Roger H. e Oleszek, Walter J.
1976 "Adaptation and Consolidation: Structural Innovation in the U.S. House of Representative". *Legislative Studies Quarterly*, vol. I, n. 1.
1990 *Congress and its Members*. 3ª ed., Washington, Congressional Quarterly Press.

- Dodd, Lawrence C. e Oppenheimer, Bruce I.
1993 *Congress Reconsidered*. 5^a ed., Washington, Congressional Quarterly Press.
- Downs, Anthony
1957 *An Economic Theory of Democracy*. New York, Harper & Row.
- Fenno, Richard F.
1971 "The House Appropriations Committee as a Political Systems: The Problem of Integration". In *Comparative Legislative Systems*, New York, The Free Press, pp. 222-44.
1973 *Congressmen in Committees*. Boston, Little Brown.
- Ferejohn, John A.
1986 "Logrolling in an Institutional Context: A Case Study of Food Stamp Legislation". In Gerald C. Wright, Leroy N. Rieselbach e Lawrence C. Dodd (eds.), *Congress and Policy Change*, New York, Agathon Press.
- Fiorina, Morris P.
1987a "Alternative Rationales for Restrictive Procedures." *Journal of Law, Economics, and Organization*, n. 3, pp. 337-43.
1987b *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, Yale University Press.
1989 *Congress: Keystone of the Washington Establishment*. 2^a ed., Yale University Press.
- Fiorina, Morris P. e Shepsle, Kenneth
1989 "Formal Theories of Leadership: Agents, Agenda Setters, and Entrepreneurs". In Bryan D. Jones (ed.), *Leadership and Politics: New Perspectives in Political Science*, Lawrence, University Press of Kansas.
- Gilligan, Thomas W. e Krehbiel, Keith
1987 "Collective Decisionmaking and Standing Committees: An Informational Rationale for Restrictive Amendment Procedures". *Journal of Law, Economics, and Organization*, n. 3, pp. 287-335.
1988 "Complex Rules and Congressional Outcomes: An Study of Energy Tax Legislation", *Journal of Politics*, n. 50, pp. 625-54.
1989a "Assymmetric Information and Legislative Rules with a Heterogeneous Committee". *American Journal of Political Science*, n. 33, pp. 459-90.
1989b "Collective Choice without Procedural Commitment". In Peter C. Ordershook (ed.), *Models of Strategic Choice in Politics*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
1990 "Organization of Informative Committees by a Rational Legislature". *American Journal of Political Science*, n. 34, pp. 331-64.
- Grofman, Bernard (ed.)
1989 *The Federalist Papers and the New Institutionalism*. New York, Agathon Press.
- Hall, Richard L.
1987 "Participation and Purpose in Committee Decision Making". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 105-27.
- Hamm, Keith E.
1983a "Patterns of Influence Among Committees, Agencies, and Interest Groups". *Legislative Studies Quarterly*, n. 8, pp. 379-426.
- Kiewiet, D. Roderick e McCubbins, Mathew D.
1991a "Congressional Appropriations and the Electoral Connection", *Journal of Politics*, n. 47, pp. 59-82.

- 1991b *The Logic of Delegation. Congressional Parties and The Appropriations Process.* Chicago, University of Chicago Press.
- Krehbiel, Keith
- 1987a "Sophisticated Committees and Structure-Induced Equilibria in Congress". In Mathew McCubbins e Terry Sullivan (eds.), *Congress: Structure and Policy*, New York, Cambridge University Press.
- 1987b "Why are Congressional Committees Powerful?". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 929-35.
- 1988 "Spatial Models of Political Choice". *Legislative Studies Quarterly*, n. 8, pp. 259-319.
- 1989 "Unanimous Consent Agreements: Going Among in the Senate". *Journal of Politics*, n. 48, pp. 306-29.
- 1990 "Are Congressional Committees Composed of Preference Outliers?". *American Political Science Review*, n. 84, pp. 149-63.
- 1991 *Information and Legislative Organization.* Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- Krehbiel, Keith e Rivers, Douglas
- 1990 "Sophisticated Voting in Congress: A Reconsideration", *Journal of Politics*, n. 52, pp. 548-78.
- Longley, Lawrence D. e Oleszek, Walter J.
- 1989 *Bicameral Politics.* Conference Committees in Congress. New Haven, Yale University Press.
- Lowi, Theodore J.
- 1964 "American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory". *World Politics*, n. 16, pp. 676-715.
- McCubbins, Mathew e Sullivan, Terry (eds.)
- 1987 *Congress: Structure and Policy*, New York, Cambridge University Press.
- McKelvey, Richard D.
- 1976 "Intransitivities in Multidimensional Voting Models and Some Implications for Agenda Control". *Journal of Economic Theory*, n. 19, pp. 472-82.
- McKelvey, Richard D. e Ordershook, Peter C.
- 1986 "Information, Electoral Equilibria, and the Democratic Ideal". *Journal of Politics*, n. 48, pp. 908-37.
- Mann, Thomas E. e Ornstein, Norman J. (eds.)
1981. *The New Congress.* Washington, American Enterprise Institute for Public Policy Research.
- March, James G. e Olsen, Johan P.
- 1984 "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life". *American Political Science Review*, n. 78, pp. 734-49.
- Mayhew, David R.
- 1974 *Congress: The Electoral Connection.* New Haven, Yale University Press.
- Mills, Gregory e Palmer, John L. (eds.)
- 1984 *Federal Budget Policy in the 1980s.* Washington, The Urban Institute Press.
- Miller, Gary J. e Moe, Terry M.
- 1986 "The Positive Theory of Hierarchies". In Herbert F. Weisberg (ed.), *Political Science: The Science of Politics*, New York, Agathon Press.

- Moe, Terry M.
 1984 "The New Economics of Organization". *American Journal of Political Science*, n. 28, pp. 739-77.
 1987 "An Assessment of the Positive Theory of 'Congressional Dominance'". *Legislative Studies Quarterly*, n. 12, pp. 475-520.
 1989 "The Politics of Bureaucratic Structure". In John E. Chubb e Paul Peterson (eds.), *Can the Government Govern?*, Washington, Brookings Institution.
- Ordershook, Peter C.
 1988 *Game Theory and Political Theory. An Introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ordershook, Peter C. (ed.)
 1989 *Models of Strategic Choice in Politics*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Ordershook, Peter C. e Schwartz, Thomas
 1987 "Agendas and the Control of Political Outcomes". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 179-200.
- Ostrom, Elinor
 1991 "Rational Choice Theory and Institutional Analysis: Toward Complementarity". *American Political Science Review*, n. 85, pp. 237-43.
- Polsby, Nelson W.
 1968 "The Institutionalization of The U.S. House of Representatives". *American Political Science Review*, n. 62, pp. 148-68.
 1983. *Consequences of Party Reform*. Oxford, Oxford University Press.
- Rhode, David A. e Shepsle, Kenneth A.
 1987 "Democratic Committee Assignment in the House of Representatives: Strategic Aspects of a Social Choice Process". In Mathew McCubbins e Terry Sullivan (eds.), *Congress: Structure and Policy*, New York, Cambridge University Press.
- Rieselbach, Leroy N.
 1977 *Congressional Reform in the Seventies*. Morristown, General Learning Press.
- Riker, William H.
 1963 *The Theory of Political Coalitions*. New Haven, Yale University Press.
- Schwartz, Thomas
 1987 "Votes, Strategies, and Institutions: An Introduction to the Theory of Collective Choice". In Mathew McCubbins e Terry Sullivan (eds.), *Congress: Structure and Policy*, New York, Cambridge University Press.
- Shapiro, Martin
 1987 "The Concept of Information: A Comment on Gilligan and Krehbiel's 'Collective Decisionmaking and Standing Committees'". *Journal of Law, Economics, and Organization*, n. 3, pp. 345-50.
- Shepsle, Kenneth A.
 1978 *The Giant Jigsaw Puzzle. Democratic Committee Assignments in the Modern House*. Chicago, University of Chicago Press.
 1986a "The Positive Theory of Legislative Institutions: An Enrichment of Social Choice and Spatial Models". *Public Choice*, n. 50, pp. 135-78.
 1986b "Institutional Equilibrium and Equilibrium Institutions". In Herbert Weisberg (ed.), New York, Agathon Press.

- 1987 "Institutional Arrangements and Equilibrium in Multidimensional Voting Models". In Mathew McCubbins e Terry Sullivan (eds.), *Congress: Structure and Policy*, New York, Cambridge University Press.
- 1989 "The Changing Textbook of Congress". In John E. Chubb e Paul Peterson (eds.) *Can the Government Govern?*, Washington, Brookings Institution.
- Shepsle, Kenneth A. e Weingast, Barry R.
- 1984 "Legislative Politics and Budget Outcomes". In Gregory Mills e John L. Palmer (eds.), *Federal Budget Policy in the 1980s*, Washington, The Urban Institute Press.
- 1987a "The Institutional Foundations of Committee Power". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 85-103.
- 1987b "Why are Congressional Committees Powerful?". *American Political Science Review*, n. 81, pp. 929-45.
- Smith, Steven S.
- 1989 *Call to Order. Floor Politics in the House and Senate*. Washington, The Brookings Institution.
- Sundquist, James L.
- 1981 *The Decline and Resurgence of Congress*. Washington, The Brookings Institution.
- 1983 *Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the United States*. Washington, The Brookings Institution.
- 1986 *Constitutional Reform and Effective Government*. Washington, The Brookings Institution.
- Tsebelis, George
- 1993 The Core, The Uncovered Set, and Conference Committees in Bicameral Legislatures. UCLA and Hoover Institution, Manuscript.
- Weingast, Barry P.
- 1979 "A Rational Choice Perspective on Congressional Norms". *American Journal of Political Science*, n. 23, pp. 245-62.
- Weingast, Barry R. e Marshall, William
- 1988 "The Industrial Organization of Congress", *Journal of Political Economy*, n. 96, pp. 132-63.
- Weingast, Barry R.; Shepsle, Kenneth A. e Johnsen, Christopher
- 1981 "The Political Economy of Benefits and Cost: A Neoclassical Approach to Distributive Politics". *Journal of Political Economy*, n. 89, pp. 642-64.
- Weisberg, Herbert F. (ed.)
- 1986 *Political Science: The Science of Politics*. New York, Agathon Press.
- Wilson, Woodrow
- 1914 *Congressional Government*. London Constable.

**A Sociologia do
Trabalho Industrial no Brasil:
Desafios e Interpretações***

*Nadya Araujo Castro
Marcia de Paula Leite*

**Os Parâmetros de Constituição
do Campo de Estudos sobre o
Trabalho Industrial no Brasil**

Dois desafios principais sentaram as bases da moderna Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil, um de natureza histórica e outro de natureza institucional. O primeiro deles remeteu a intelectualidade brasileira dos anos 60 para a necessidade de explicar a emergência, contemporânea a esses pensadores, de um novo operariado. Autóctone, ele era fruto de um processo de industrialização acelerada que se intensificara a partir da segunda metade dos anos 50, num contexto político onde o forte apelo populista interpelava as chamadas "massas urbanas", incorporando-as como elementos-chaves de um discurso de Estado. O desafio radicava em entender a natureza e as atitudes deste proletariado industrial, vale dizer, sua constituição *como um grupo social peculiar* no interior das relações sociais e das novas formas de sociabilidade emergentes nas grandes metrópoles brasileiras, notadamente São Paulo.

Uma importante linha de reflexão esboçou-se, então, estabelecendo os parâmetros do campo da futura Sociologia do Trabalho no Brasil. Duas vertentes principais nela se incluíam. De um lado, havia os estudos que

buscavam investigar as atitudes políticas e profissionais dos trabalhadores em sua relação com os sindicatos; para seus autores, as origens culturais e regionais da classe operária proviam a explicação primeira para as suas formas de expressão no Brasil (Cardoso, 1962; Lopes, 1965; Pereira, L., 1965; Rodrigues, L., 1970). De outro lado, estavam aqueles que indagavam sobre a vinculação estrutural existente entre sindicalismo populista e Estado, avaliando o que significara a tutela estatal para o desempenho dos sindicatos em seu papel de formadores da consciência operária (Rodrigues, L., 1966; Rodrigues, J., 1968; Simão, 1966).

A reflexão adquiria rigor acadêmico e um estilo disciplinar, tanto no desenho metodológico dos estudos, quanto nas fontes teóricas que inspiravam as interpretações. Estabelecia-se, assim, um ponto de não-retorno com relação à tradição anterior, marcada pelas análises de cunho político-ideológico ou político-programático, voltadas para a avaliação do desempenho histórico (ou conjuntural) dos partidos operários, que se supunha fossem os portadores privilegiados da consciência de classe do proletariado brasileiro (Telles, J., 1962; Linhares, 1962; Dias, 1962).

Aqueles estudos pioneiros colocaram

* Este texto é uma versão revista da comunicação A Crise do Brasil Moderno: Sociedade Industrial e Sociologia do Trabalho, preparada para a mesa plenária La Sociología del Trabajo en America Latina, Primer Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Ciudad de Mexico, novembro de 1993. Uma versão resumida deste artigo será publicada na *Revista de Economia e Sociología del Trabajo*, organizada pelo Ministério del Trabajo y Seguridad Social de Espanha.

três questões fundamentais ao entendimento do sindicalismo e das relações industriais no Brasil, que são relevantes ainda hoje (Viana, 1978; Guimarães e Castro, 1987): (a) como as propostas de emancipação da classe trabalhadora, formuladas ao nível dos partidos, encontraram expressão na política sindical?; (b) quais os efeitos da estrutura sindical para a luta emancipatória dos trabalhadores?; e (c) como a formação cultural desses trabalhadores e a sua situação no mercado de trabalho limitaram as possibilidades de emergência de um movimento sindical forte e autônomo?

O segundo desafio dos anos 60 decorria da necessidade de institucionalizar um modo de pensamento; vale dizer, de consolidar institucionalmente e legitimar socialmente um domínio *disciplinar* para a Ciência Social.

A Sociologia tentou sair na dianteira desse processo de institucionalização da Ciência Social no Brasil, buscando tornar hegemônico o seu discurso analítico. Para tanto, suas categorias de análise deviam ser capazes de desvendar o que emergia na nova ordem competitiva, impregnando a sociedade brasileira e constituindo-a como nação. Quem eram os seus trabalhadores, de onde provinham e o que aspiravam? Como fora talhado o seu empresariado industrial, e quais as concepções sobre o desenvolvimento econômico que agenciava? Quais os correlatos culturais do processo de industrialização: que pautas valorativas passavam a compor a vida urbana e como essa nova ordem social convivia com os valores de um Brasil arcaico, que se afigurava em crise? A Sociologia ousava correr o risco de formular uma teoria da sociedade brasileira. Nesse pioneirismo, os estudos sobre o trabalho industrial desempenharam um papel decisivo.

É especialmente curioso que essa institucionalização tenha feito da cátedra de Sociologia — e dos primeiros sociólogos que ao redor dela se formaram — um *locus* fértil para reflexões transdisciplinares, onde era marcante o olhar sócio-antropológico. Este olhar fecundou, por exemplo, os estudos pioneiros sobre as novas relações sociais na

transição da ordem escravocrata para a competitiva, em particular no que concerne à análise das relações e desigualdades raciais no Brasil (Bastide e Fernandes, 1959; Cardoso e Ianni, 1960; Fernandes, 1965).

Isto é tanto mais significativo quando nos damos conta de que, nos anos 60, faltava-nos uma sócio-antropologia do trabalho, que só se constituiria no Brasil bem mais recentemente. Mais ainda: carecíamos, então, até mesmo de uma história social do trabalho; quando menos como disciplina institucionalizada. Em seu lugar vicejava a chamada “história das lutas operárias”, tal como vistas por seus dirigentes em textos de apoio ao embate político-ideológico, ou tal como refletidas no esforço memorialista de algumas importantes lideranças comunistas. Finalmente, fazia falta também uma Sociologia das Organizações, que pensasse a empresa industrial (ou mesmo o sindicato) enquanto organização complexa e, nesse sentido, criasse um outro espaço de emulação disciplinar com o pensamento sociológico.

Nessas condições, a moderna Sociologia do Trabalho Industrial nasceu, no Brasil, fortemente tributária da herança de alguns pioneiros que aceitaram o desafio de explicar as condições de emergência, as atitudes políticas e a ação sindical dos contingentes operários que se formavam no processo de industrialização substitutiva. Ao lado deles, já no final dos anos 70, um outro autor, Francisco Weffort, gerou interpretações decisivas, que fizeram a transição para os estudos que emergiriam nos anos 80.

Essa transição consistiu no esforço de formular uma teoria política da ação de classe do operariado brasileiro, centrada em dois aspectos principais: de um lado, o da relação entre classe operária e Estado; de outro, o da possibilidade de uma ação hegemônica de classe, vale dizer, da sua capacidade de representação de interesses — seja no sentido da formação de uma vontade corporativa na relação base/direção sindical, seja no sentido da capacidade de construção de um discurso universalista e socialmente inclusivo.

Weffort (1972, 1978 e 1979) antecipou

o curso que tomaria a reflexão sobre o operariado industrial no Brasil a partir da conjuntura das greves do ABC em 1978-79. Tratava-se, agora, de entender não apenas a construção social e subjetiva de um novo grupo social, *mas de explicar a sua emergência na cena política como ator de relevo*. Inaugurando o passado, este autor sentou as bases analíticas para futuras discussões sobre os interesses e as formas de representação e de negociação postas sobre a mesa pelo que viria a ser chamado de “novo sindicalismo”.

O “Novo Sindicalismo” e a Nova Sociologia do Trabalho Industrial

A inflexão teórica que se verificou na Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil no final dos anos 70 foi caudatária de um duplo processo. De um lado, o ressurgimento do movimento sindical e operário em 1978, após quase dez anos de ausência da cena pública. De outro lado, as reorientações teóricas ocorridas na Sociologia do Trabalho ao nível internacional, concentrando a observação nas práticas sociais dos atores, privilegiando o âmbito dos cotidianos fabris e neles valorizando o processo de construção subjetiva das experiências individuais e coletivas.

Os estudos sobre partidos e sindicatos, bem como as reflexões convencionais sobre a formação do proletariado foram, então, eclipsados por um outro estilo de análise, os chamados “estudos dos processos de trabalho”. Através deles buscava-se revelar, ao modo como era conceituada à época, a “maneira pela qual o capital organiza o consumo produtivo da força de trabalho” (Sorj, 1983, p. 3) e as formas políticas de resistência cotidianamente desenvolvidas pelos trabalhadores no curso da atividade produtiva.

A dinâmica da própria pesquisa empírica encarregou-se de alargar progressivamente o interesse para novos temas, até então pouco explorados — como o das estratégias empresariais de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra, da segmentação do mercado de trabalho, da divisão sexual e social do trabalho, dos efeitos da tecnologia sobre o trabalho, da qualificação e desquali-

ficção da força de trabalho diante da modernização tecnológica, das formas de resistência operária às estratégias empresariais de dominação e controle sobre o trabalho. Neste processo, também o estudo das greves e conflitos sociais mudou seu foco de atenção: o olhar sobre o desempenho e as orientações das lideranças sindicais, tão presente nos anos 60 e 70, cedeu lugar à necessidade de elucidar a relação entre as reivindicações dos trabalhadores e o processo de trabalho, deslocando-se a atenção para as práticas sociais que emergiam dos chãos-de-fábrica.

A ampliação do escopo de análise significou, também, o desafio de integrar a contribuição de outras áreas do conhecimento já desde antes familiarizadas com o estudo dos cotidianos de trabalho (como a engenharia de produção, a administração de empresas, a ergonomia, a psicologia e a psico-patologia do trabalho). Conforme sublinhava Abreu em 1985, “a clara percepção por parte dos cientistas sociais [...] da necessidade de equacionar o problema a partir de uma perspectiva multidisciplinar, movimento replicado por alguns profissionais das outras áreas mencionadas, leva a um desafio que vem sendo, de uma maneira ou de outra, enfrentado seriamente, embora com resultados ainda não totalmente satisfatórios” (Abreu, 1985, p. 3).

Esse novo veio interpretativo teve como uma de suas marcas mais importantes a crítica à visão da classe trabalhadora como um ser passivo e destituído de consciência (Pereira, V., 1979; Fischer, 1985). Ao dirigirem seu olhar para o que acontecia nos chãos-de-fábrica, esses estudos revelaram coletivos de trabalhadores múltiplos e heterogêneos, que desenvolviam complexas estratégias de resistência à dominação. Como bem o expressaram Sader e Paoli (1986, p. 60), “os pesquisadores das ciências sociais dos anos 80 se viram diante de um momento político marcado por movimentos vários de luta contra opressões diversas [...], cuja promessa tirava de cena os atributos de ‘alienação’ e heteronomia tradicionalmente atribuídos aos trabalhadores”. Na realidade, para Sader e Paoli, os movimentos emergentes tinham “o efeito

de consagrar novas interpretações e imagens que vinham sendo produzidas” que manifestavam a “percepção de uma não coincidência entre representações vigentes e experiências sociais da realidade”.

Ao sintonizarem-se analiticamente com os registros políticos e dimensões da subjetividade dos agentes que transpareciam no discurso do “novo sindicalismo”, os autores encaravam o desafio de construir uma verdadeira interpretação sociológica da relação social no trabalho, recuperando-lhe o significado nas variadas situações sociais em que ela se constrói e para os múltiplos sujeitos que a tecem (Lobo, 1991).

Não sem razão, a experiência interpretativa de ramos correlatos no campo das Ciências Sociais aguçou a acuidade dos sociólogos do trabalho para as relações entre vida fabril e vida extra-fabril. Valorizaram-se os nexos entre práticas e representações sociais construídas em outros âmbitos institucionais (como a família, a unidade doméstica, a escola, o bairro etc.) e sua expressão no interior do espaço da produção, onde adquiriam vigência, naturalizando-se.

Os chamados “estudos de gênero” talvez constituam o exemplo mais virtuoso dessa emulação entre campos no domínio da Ciência Social. De fato, o interesse pela participação das mulheres no trabalho industrial marcou a história das análises sobre a condição feminina no Brasil, sendo, como o sugere Bruschini (1993, p. 2), “a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira” (Blay, 1978; Madeira e Singer, 1975; Saffioti, 1969). Embora, até os anos 70, as análises correntes sobre industrialização e estrutura da classe operária brasileira tivessem permanecido impermeáveis ao que Lobo (1991) explicitou como sendo sua “composição sexuada”; muito embora as questões de gênero tenham permanecido invisíveis ao *mainstream* da produção acadêmica — apesar da insistência com que os estudos feministas apontavam para os “guetos ocupacionais” num mercado de trabalho descrito como fortemente segmentado (Saffioti, 1981; Bruschini, 1985) —, as décadas

de 70 e 80 trouxeram importantes desafios interpretativos.

Por um lado, a composição setorial do emprego feminino adquiriu maior complexidade com a crescente integração de mulheres nos setores chamados “dinâmicos”, em particular nos segmentos da indústria mecânica e metalúrgica, e notadamente naqueles voltados para a produção de equipamentos elétricos e eletrônicos (Humphrey, 1984; Hirata, 1988; Gitahy, Hirata, Lobo e Moysés, 1982; Moura *et al.*, 1984; Moysés, 1985; Spindel, 1987a; Liedke, 1989). Isto punha em xeque as formulações que lhes reservavam apenas empregos instáveis e sem perspectiva profissional em empresas de pequeno porte. Por outro lado, a crise de 1981-83, longe de lhes queimar as oportunidades recém-criadas (Spindel, 1987b), evidenciou a necessidade de se associar, na análise, os mecanismos do mercado de trabalho àqueles que resultam das formas de segregação no processo de trabalho (Hirata e Humphrey, 1988). Trajetórias profissionais, qualificações e gestão da mão-de-obra surgiam como construções históricas e sociais para cuja elucidação a perspectiva dos estudos de gênero constituía-se num instrumento frutífero.

A crítica das relações sociais tecidas na produção e das formas simbólicas de opressão teve, então, a virtude de vivificar tanto os estudos feministas sobre mulher e trabalho (Castro e Lavinias, 1992), quanto o “núcleo duro” dos estudos de fábrica então empreendidos pelos estudiosos do trabalho no Brasil (Lobo, 1991). Sociologia do Trabalho Industrial e Sociologia da Família e das Relações Sociais de Gênero foram, assim, campos conexos que se fecundaram reciprocamente e com notável intensidade nos anos 80.

Desenvolveu-se, com isso, uma ampla linha de estudos centrada na análise da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de gênero a partir de uma nova ótica: a dos estudos de caso em empresas, cujo foco direcionava-se para as relações sociais tecidas na produção, observando a organização e gestão das relações sociais de gênero no interior

dos processos de trabalho. O cotidiano fabril tornou-se uma instância analítica-chave para se entender por que as mulheres brasileiras, em que pese seu ingresso massivo no trabalho industrial, e mesmo nas indústrias dinâmicas, viam-se confinadas a posições mais subalternas, menos remuneradas e de menor qualificação (Abreu, 1979 e 1981; Acero, 1980; Spindel, 1980; Caulliraux, 1981; Moysés, 1985; Moura *et al.*, 1984; Neves, M., 1990; Liedke, 1989).

Nesse sentido, a própria categoria divisão do trabalho passava a ser pensada como mais que uma simples divisão de tarefas, implicando uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário. A condição de gênero revelava-se uma variável determinante na construção desta assimetria, e os estudos debruçavam-se sobre os ingredientes da cultura do trabalho que a fundamentavam. Nessas assimetrias expressavam-se tradições e hierarquias, isto é, componentes *simbólicos*, socialmente construídos e vivenciados (Lobo e Soares, 1985; Humphrey e Hirata, 1984; Abreu, 1986; Rodrigues, A., 1978). Entendê-las era fundamental para interpretar tanto as formas concretas e microcóslicas de produção do consentimento e reprodução da dominação, quanto a construção da resistência e da ação coletiva.

A observação construída do ponto de vista da empresa e do processo de trabalho revelava, assim, a existência de variadas situações que aproveitavam as diferenças sociais entre os trabalhadores construídas *fora* da produção e *preexistentes* à inserção econômica dos indivíduos; diferenças que, uma vez criadas ou produzidas, podiam ser apropriadas sem que fossem sequer percebidas pelos que a elas estavam sujeitos (Rodrigues, A., 1978).

Desse modo, quando “o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma força de trabalho e se torna uma prática comunicativa, nem os gestos, nem a linguagem da gestão e das/os trabalhadoras/es podem ser generalizados” (Lobo, 1991, p. 261). A

formulação teórica da Sociologia brasileira adquiria, então, a necessária complexidade e remetia a atenção a outras experiências, tão simbioticamente aliadas à vivência da condição operária quanto a condição de gênero: por exemplo, a condição étnico-racial ou a condição geracional (Castro, M., 1989; Morel e Pessanha, 1991; Castro e Guimarães, 1993; Silva, P., 1993; Agier, 1994; Sansone, 1994).

Renovavam-se, assim, as interpretações sobre a classe trabalhadora na Sociologia do Trabalho brasileira. Nesse processo, frutificou uma nova história da classe operária, a partir de pesquisas (sócio-antropológicas) que dirigiram o seu olhar tanto para situações pretéritas vividas pelos trabalhadores (Alvim, 1985; Bláss, 1986; Foot Hardman, 1983; Foot Hardman e Leonardi, 1982; Paoli, 1987; Leite Lopes, 1976 e 1988; Pinheiro e Hall, 1979 e 1981; Rizek, 1988; Minayo, 1986; Morel, 1989; Ramalho, 1986), como para a compreensão de fatos então contemporâneos.

A Sociologia, em especial, teve então a sua atenção galvanizada pelo caráter inovador das práticas operárias e sindicais emergentes nas grandes greves de metalúrgicos do ABC no final dos anos 70. Para alguns, esses movimentos coletivos apenas exprimiam as aspirações de uma elite de trabalhadores dos setores modernos da indústria; suas condições privilegiadas de trabalho produziam demandas específicas, não pertinentes para o conjunto da classe operária brasileira (Almeida, 1978). Como expressou Vianna (1984, p. 56), de acordo com esse tipo de interpretação, “a identidade do ‘novo sindicalismo’ tenderia a apartá-lo do restante dos trabalhadores”. Para outros, essas práticas expressavam a reação daqueles que, conquanto desfrutassem uma situação salarial relativamente vantajosa, estavam igualmente submetidos às difíceis condições de trabalho, sendo, por isso mesmo, capazes de assumir a vanguarda de um movimento de contestação às formas de gestão da mão-de-obra impostas pelas empresas (Humphrey, 1982). Entre as condições que particularizavam essas ca-

tegorias destacavam-se tanto o relativo controle que exerciam sobre o seu processo de trabalho, como as condições de superexploração, refletidas na grande quantidade de horas-extras e na elevada intensidade do trabalho.

O estudo de Humphrey sobre a indústria automobilística tornou-se um marco na nova fase da Sociologia do Conflito Industrial no Brasil. Um dos mais importantes achados de sua pesquisa consistiu na elucidação de que os trabalhadores desenvolveram um sentimento de “injustiça com respeito às recompensas cada vez menores a seus esforços de crescimento”, ao qual se somava “a consciência de que os empregadores tinham recursos para proporcionar melhores salários e condições de trabalho” (Humphrey, 1982, p.159).

Embora alguns analistas tivessem ressaltado o fundamento econômico da greve de 1978 em São Bernardo, destacando sua investida contra o “arrocho salarial” imposto aos trabalhadores pela ditadura militar (Antunes, 1986), outros, trilhando o caminho aberto por Humphrey, sublinharam a experiência de injustiça a que os trabalhadores eram submetidos nos locais de trabalho como um elemento fundamental na explicação do ímpeto da luta. Esses últimos frisavam a necessidade de se integrar à análise a questão da subjetividade operária, arguindo o seu inegável valor heurístico (Abramo, 1986).

O achado de Humphrey teve também uma importante complementação no trabalho de Sader (1988). Conjugando a análise do “novo sindicalismo” à de outros movimentos sociais que eclodiram nessa mesma conjuntura, este autor chamou a atenção para o nascimento de formas discursivas distintas, através das quais segmentos sociais emergentes na cena política tematizavam as suas condições de existência. Assim, Sader (1988, pp. 194-5) documentou como o Sindicato de São Bernardo do Campo passou a “tematizar as injustiças pelo ângulo da falta de reciprocidade entre a importância do trabalho desempenhado, de um lado, e a remuneração recebida e as precariedades das

condições de trabalho e de vida, de outro”. Seu trabalho conclui que, ao enfrentar o regime militar, o “novo sindicalismo” esboçou uma alternativa dos trabalhadores para a transição democrática em curso no país, introduzindo um novo sujeito político no cenário público brasileiro.

A discussão enriqueceu-se igualmente com vários estudos que evidenciaram a relação existente entre, de um lado, as formas de organização do processo de trabalho e de gestão da mão-de-obra predominantes nas plantas industriais brasileiras e, de outro, as características do movimento sindical emergente (Leite, M., 1985; Almeida, 1982; Sorj, 1985).

Por outro lado, acompanhando a própria difusão do movimento, os estudos deslocaram-se para setores não-fabris, como o dos trabalhadores da construção civil (Vargas, 1979; Bicalho, 1983), o dos bancários (Segnini, 1988; Silva, R., 1991; Bláss, 1992; Pereira e Crivellari, 1991), ou outros setores de assalariados de classe média que adquiriam importante presença no movimento sindical brasileiro a partir de meados dos anos 80 (Noronha, 1991). Como elemento unificador da maior parte desses estudos, destaca-se a análise das formas de organização do trabalho e das lutas e reivindicações que elas ensejaram.

Outras análises buscaram, ainda, seguir as pistas de como as atitudes e práticas coletivas do chamado “sindicalismo do ABC” difundiam-se nacionalmente, acompanhando o processo de expansão produtiva e desconcentração industrial aprofundado durante os governos militares. Assim, novos eixos industriais como Belo Horizonte-Betim, Salvador-Camaçari, Manaus, Porto Alegre-Canoas-Triunfo atraíram a atenção dos pesquisadores brasileiros que se voltavam para explicar o processo de constituição de um operariado moderno em escala nacional (Spindel, 1987a; Castro, E., s/d.; Le Ven e Neves, 1985; Le Ven, 1987; Guimarães, 1988; Guimarães e Castro, 1988 e 1990; Agier, Castro e Guimarães, 1994; Liedke, 1992; Cattani, 1991).

Desenvolveram-se, também, os estudos

sobre os processos de constituição e difusão das novas formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (Silva, R., 1985; Rodrigues, I., 1990). Através deles, evidenciaram-se as diferentes maneiras através das quais os trabalhadores organizavam a sua resistência, apoiando-se nos conhecimentos, formais ou tácitos, que detinham sobre o processo de trabalho (Maroni, 1982; Grun, Ferro e Zilbovicius, 1987). Igualmente importantes foram as análises que se voltaram para a difusão da negociação coletiva (Silva, R., 1990; Almeida, 1981). Elas elucidaram que o “novo sindicalismo” desafiava tanto os dispositivos legais constrangedores da negociação, quanto a resistência patronal em negociar as condições em que o trabalho era prestado.

A dinâmica do movimento sindical foi ainda estudada a partir de análises quantitativas sobre as greves (Noronha, 1991; Sandoval, 1994) e a expansão dos sindicatos (Silva, R., 1992). Enquanto as primeiras testemunharam um notável processo de fortalecimento do movimento, que se configura na crescente mobilização grevista durante os anos 80, as últimas apontam para uma situação paradoxal: se em alguns casos o aumento do número de sindicatos pode ser imputado a um fortalecimento da organização dos trabalhadores, em outros denota apenas a atomização da organização sindical, provocada pelas características da atual legislação, especialmente no que se refere à unicidade sindical e ao monopólio da representação pelo sindicato de base. Também a constituição das centrais sindicais passou a desafiar os intérpretes, que se voltaram para a investigação das características das diferentes tendências sindicais nacionais, suas concepções e práticas políticas, bem como o perfil dos seus militantes (Rodrigues, L., 1990 e 1991; Rodrigues e Cardoso, 1993).

O ímpeto do movimento, suas novas formas de organização e sua crescente capacidade de mobilização e de se manter na cena política fizeram dos trabalhadores atores importantes na luta pela redemocratização do país. O papel social e político do “novo

sindicalismo” expressou-se na criação, em 1979, do Partido dos Trabalhadores (PT), também objeto de análise de vários estudos (Moisés, 1981; Keck, 1991).

Completada a transição para o governo civil, a reflexão sociológica passou a inquirir sobre a influência do movimento sindical na construção de uma nova ordem democrática, expressa, inicialmente, no processo constituinte que se completou em 1988. Para alguns, as mudanças não vieram favorecer a democratização da organização sindical brasileira, seja porque fortaleceram a liderança sindical, garantindo-lhe recursos financeiros e maior autonomia (Rodrigues, L., 1988), seja porque “o sindicato de estado saiu consagrado e fortalecido pelo trabalho da Constituinte” (Boito, 1991, p. 57). Já outros autores (Leite e Silva, 1988) sublinharam os avanços trazidos pela nova Constituição no que se refere à conquista do direito de greve e à liberdade de ação dos sindicatos, conquanto reconhecessem que importantes princípios da antiga estrutura sindical haviam logrado sobreviver (como os da unicidade sindical, da cobrança compulsória do imposto sindical e do monopólio da representação por parte dos sindicatos de base), mantendo vivas as principais características de uma organização que se baseia no “corporativismo atomizado” (Silva e Leite, 1987, p. 38).

Na verdade, a tematização sobre os limites desse novo movimento sindical acompanha a história recente da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. Almeida (1988) e Noronha (1991), por exemplo, alertaram para a defasagem existente entre a força do movimento trabalhista no plano social e sua escassa significação política, entendida como a capacidade de “influir na definição de políticas governamentais de tipo social, nelas incluindo a política de salários” (Almeida, 1988, p. 328). Também Sader chamou a atenção para o fato de que a consumação da transição democrática em 1985 significou, ao fim e ao cabo, uma derrota para o projeto político implícito nos movimentos sociais que emergiram no fim da década de 70, os quais, “levados ‘precocemente’ aos

embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política” (Sader, 1988, p. 315). Desse modo, “nem os sindicatos teriam sido capazes de aparecer frente ao Estado como interlocutores respeitáveis [...] nem os partidos teriam expressado no Congresso as demandas sindicais com força suficiente para forçar um compromisso”; disso resultou o aparente “paradoxo de direitos formalmente conquistados, embora escassamente implementados”, exemplificado nos dispositivos constitucionais carentes de aplicabilidade porque sequer chegaram a ser regulamentados (Castro e Guimarães, 1990, pp. 219-21).

Entretanto, resta à Sociologia interpretar o alcance e a eficácia política com que vanguardas dos assalariados industriais ressurtem hoje no jogo político-institucional brasileiro. Certamente, a chamada “década perdida” — e em particular a profunda recessão em que o país mergulhou no início dos anos 90 — atingiu com vigor o conjunto da atividade produtiva, fazendo minguar o peso estrutural dos assalariados industriais, notadamente dos grupos operários. Certamente, o movimento sindical ainda é politicamente devedor de uma proposta alternativa de desenvolvimento econômico que contemple os interesses do conjunto da população brasileira. Apesar disso, mantém-se o apelo eleitoral de Luis Inácio (Lula) da Silva, a mais emblemática figura entre os sindicalistas brasileiros. Como entendê-lo?

Ademais, nessa mesma conjuntura, o processo de reestruturação produtiva desafiou trabalhadores e sindicalistas, não apenas queimando postos de trabalho e reduzindo o nível de emprego, mas sobretudo alterando a micropolítica nos chãos-de-fábrica. Conquanto ainda surpresos, segmentos importantes do movimento sindical brasileiro têm procurado fazer face ao que se passa no interior das plantas, de modo a negociar proativamente as estratégias de modernização assumidas pelas empresas. A recente experiência do chamado “Acordo das Montadoras” prenuncia uma vitalidade política que

desafia os intérpretes (Cardoso e Comin, 1993). Desse modo, quando a crise e a reestruturação pareciam estar prestes a sepultar as veleidades organizativas e políticas do movimento operário e sindical, eis que este se recoloca lançando um novo desafio interpretativo aos estudiosos da Sociologia do Trabalho no Brasil.

Crise, Reestruturação e Trabalho Industrial

Da perspectiva da análise sociológica, os anos 80 não foram para o Brasil apenas “a década perdida”. A transição para a democracia, as grandes mobilizações sociais e o fortalecimento do movimento operário e sindical deram também a tônica ao período. Esse fortalecimento das esferas públicas de expressão da sociedade civil ocorreu ao mesmo tempo em que o país dava os seus primeiros passos rumo ao processo de modernização industrial, hoje em curso de modo mais acelerado. Como, então, uma cultura fabril, talhada no autoritarismo, passou a conviver com o apelo social pela democratização? Como a extensão da cidadania aos chãos-de-fábrica, bandeira de primeira hora do “novo sindicalismo”, tem temperado as novas estratégias empresariais de modernização tecnológica e organizacional da indústria brasileira num contexto internacional de crescente integração competitiva?

A produção da Sociologia do Trabalho nesse tema reflete, em grande medida, os rumos e vicissitudes do próprio processo de reestruturação industrial no Brasil. Heterogêneo, esse processo atingiu com intensidade e natureza diversas os distintos setores industriais e as diferentes regiões do país. Já no final dos anos 80, contudo, pareciam perceptíveis algumas tendências mais gerais (Abramo, 1990): (a) ao nível dos estabelecimentos, o processo concentrava-se nas grandes empresas direta ou indiretamente vinculadas à exportação; (b) ao nível dos setores, essa concentração privilegiava ramos como a metalmeccânica, a automobilística, a petroquímica e a siderurgia; (c) ademais, como as bases principais do “novo sindicalismo” estão

assentadas nos setores mais modernos da economia, a vanguarda do processo de modernização parecia coincidir com a vanguarda do movimento sindical.

Três momentos principais caracterizam a reestruturação industrial ora em curso (Leite, M. 1994b). O primeiro abarcou a primeira metade dos anos 80, quando as propostas inovadoras se restringiram à adoção dos círculos de controle de qualidade, sem que as empresas se preocupassem em alterar de maneira significativa as formas de organização do trabalho ou em investir de maneira efetiva em novos equipamentos microeletrônicos. Vários estudos apontaram o caráter parcial e reativo dessa “japanização de ocasião”, responsável pelo rápido fracasso da estratégia (Fleury, A., 1985; Hirata, 1983; Salerno, 1985).

Um segundo momento iniciou-se em 1984-85, com o reaquecimento da economia, e estendeu-se até os últimos anos da década, caracterizando-se por uma difusão significativa de equipamentos de base microeletrônica. Essa conjuntura estimulou novas pesquisas sobre as formas pelas quais os trabalhadores percebiam a inovação tecnológica, as significações que lhe atribuíam, e as representações produzidas acerca da experiência subjetiva do trabalho. Com frequência, os estudos detiveram-se nas formas individuais e coletivas (sindicalmente organizadas ou não) de elaboração simbólica e política sobre as novas condições técnicas do cotidiano de trabalho (Marques, 1986; Neder, 1988; Abramo, 1988; Leite, M., 1994a; Rizek, 1994). A tematização em torno da dimensão simbólica na organização e na gestão do trabalho ganhou fôlego e categorias como “cultura técnica” (Valle, 1991) ou “cultura da empresa” (Fleury, M., 1986) tornaram-se recursos analíticos de primeira hora.

Embora, nessa segunda fase, algumas empresas estivessem empenhadas em introduzir novas formas de organização do trabalho, vários estudos enfatizaram o fraco empenho do empresariado em adotar inovações organizacionais. Na realidade, a resistência patronal em modificar as estratégias

de gestão da mão-de-obra dificultou a adoção de formas de organização baseadas no trabalho em grupo e na efetiva participação dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo (Leite e Silva, 1991; Hirata *et al.*, 1992; Humphrey, 1994; Ferro, 1992; Castro e Guimarães, 1991). O paradoxo da “modernização conservadora” atendeu os estudiosos do trabalho, que se voltaram para a compreensão das estratégias empresariais de inovação técnico-organizacional, com frequência desiguais em sua natureza e intensidade nos distintos setores (Salerno, 1994; Lobo, 1994; Segre e Tavares, 1991; Rizek, 1991; Grun, 1992).

Finalmente, a partir dos anos 90 observam-se sinais de um novo curso. As empresas têm concentrado esforços na renovação de suas estratégias organizacionais, adotando formas de gestão da mão-de-obra mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e de envolvimento dos trabalhadores. Essas mudanças, concomitantes com a difusão dos programas de produtividade e qualidade, apontam para a crescente preocupação empresarial com a estabilização e qualificação da mão-de-obra, com a simplificação das estruturas de cargos e salários e com a diminuição dos níveis hierárquicos; ao mesmo tempo, buscam-se substituir as políticas autoritárias de relacionamento com os operários, introduzindo formas menos conflituosas de gestão do trabalho (Humphrey, 1991; Carvalho, 1992; Gitahy e Rabelo, 1991; Leite, E., 1993; Leite, M., 1993; Castro, N., 1993).

Segundo alguns intérpretes, esse processo poderia estar apontando para “mudanças culturais incrementais nas empresas” (Fleury, M., 1993). A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil debate hoje qual o sentido dessas mudanças. Para uns, elas podem conter o embrião de uma possível democratização das relações de trabalho nos chões-de-fábrica (Gitahy e Rabelo, 1991). Outros, entretanto, têm sublinhado alguns limites, já perceptíveis nas mudanças em curso: persistem as práticas autoritárias, especialmente no que se refere às relações com os sindic-

tos e com as organizações dos trabalhadores nos locais de trabalho (Leite, M. 1993; Humphrey, 1993; Ruas, 1993a).

De fato, com exceção de setores onde os trabalhadores têm tido um comportamento mais proativo (como o complexo automotivo), a postura patronal ainda predominante tem sido a de marginalizar sindicatos e inviabilizar as organizações de trabalhadores dentro das fábricas. Paradoxalmente, isso se verifica no mesmo momento em que o movimento sindical apresenta os primeiros sinais de uma transição que o leva da antiga postura de resistência incondicional — que caracterizou a prática sindical no início do processo — para posições mais afeitas à negociação e à contratação das condições de introdução das inovações (Bresciani, 1991).

Todos esses processos, conquanto embrionários, colocam desafios interpretativos importantes para a Sociologia do Trabalho. Ao nível dos atores, parecem estar em curso redefinições na sua configuração estrutural e expressão política, tendo em vista o novo cenário, onde importantes dimensões da organização e das relações industriais, bem como do mercado de trabalho, tornaram-se, pela primeira vez no país, objeto de negociação entre atores que se reconhecem como legítimos interlocutores. Nesse sentido, a situação atual distingue-se da experiência dos anos 70 e inícios dos 80, quando a imposição abertamente autoritária de um regime fabril calçado no despotismo político e de mercado garantiu o assentimento operário às metas e modos de organizar a produção (Carvalho, 1987; Guimarães, 1988; Silva, E., 1991; Castro, N., 1993; Humphrey, 1993; Cardoso e Comin, 1993).

Por outro lado, a reestruturação em curso impõe que se compreenda a nova feição da organização industrial no Brasil, assim como os novos padrões de cooperação que passam a caracterizar as redes de clientes e fornecedores. Isto altera o perfil estrutural e as formas de solidariedade e de hierarquia que se estabelecem entre setores patronais, influenciando na sua forma de negociar

as condições de trabalho nos chãos-de-fábrica (Gitahy e Rabelo, 1991).

As estratégias empresariais de competição e cooperação interfirmas tornaram-se, por isso mesmo, variáveis contextuais importantes no entendimento das formas de gestão do trabalho industrial, especialmente num momento em que rápidos processos de reestruturação organizacional e política parecem estar em andamento (Ruas, 1993b; Gitahy, Rabelo, Ruas e Antunes, 1993). Assim, por exemplo, o enxugamento de níveis hierárquicos e as novas formas de envolvimento dos trabalhadores recolocam o desafio de interpretar o sentido contemporâneo da cidadania operária. Flexibilidade, enxugamento e terceirização vêm afetando, igualmente, o perfil da força de trabalho em vários dos seus diferentes aspectos, tais como trajetória profissional e qualificação, condição de gênero e etária, distribuição locacional etc. (Abreu, 1993; Abreu e Sorj, 1993; Ruas, 1993b; Gitahy, 1993; Gitahy, Rabelo, Ruas e Antunes, 1993).

Mais ainda: em face dessa nova realidade, os estudos sobre os locais de trabalho foram levados a intensificar o seu diálogo analítico com os estudos que têm no mercado de trabalho o seu foco central de observação. A esse respeito, a recente temática da flexibilização do trabalho talvez seja exemplar. Num país como o Brasil, onde o uso flexível da força de trabalho parece ser um dado genético, a especificidade desse processo só poderá ter os seus efeitos bem interpretados se analisada, ao mesmo tempo, a partir dos determinantes intra e extra-fabris que afetam as novas formas contratuais que se expressam no mercado de trabalho (Dedecca e Montagner, 1993; Dedecca, Montagner e Brandão, 1993).

Ademais, a seletividade social, correlata à reestruturação produtiva, reabre a discussão sobre crescimento e exclusão. No Brasil, recentes estudos sociológicos sobre pobreza, exclusão e cidadania (Telles, V., 1992; Lopes e Gottschalk, 1990; Lopes, 1993) em muito enriqueceram a tradição mais ortodoxa da nossa Sociologia Industrial, via de regra

preocupada apenas com as novas condições e ambientes de trabalho que abrigariam, nas indústrias, os “sobreviventes” do processo de reestruturação.

É patente, então, a insistência com que, hoje, os estudiosos do trabalho no Brasil vêem-se desafiados a interpretar processos que, se têm nos ambientes fabris seus espaços de expressão por excelência, carecem transcendê-los, de modo a melhor compreender sua natureza e seus determinantes. Assim, nos anos 90, já não parecem mais suficientes as estratégias empíricas fundadas no estudo de caso isolado, exaustivamente descrito num ponto de tempo. Nas pesquisas recentes, ganham força as estratégias comparativas e longitudinais de análise, onde trajetórias de empresas (ou grupos de empresas) são acompanhadas ao longo do tempo e sob diferentes perspectivas de observação. Da mesma forma, a análise tende a deslocar-se com insistência para complexos industriais, antes que restringir-se a estabelecimentos ou unidades produtivas isoladas. A emergência de estudos comparativos e longitudinais é, sem dúvida, um estilo metodológico que obriga à formulação de hipóteses de fôlego explicativo mais amplo, até porque o fazer sociológico tem sido temperado pelo aparentemente árido, mas imprescindível, conhecimento dos chãos-de-fábrica produzido entre os engenheiros e administradores de produção. Com esse novo arsenal analítico tem sido possível documentar e formular ilações sobre formas de organização que se reestruturaram em direção a um novo patamar de integração interempresarial.

Enfim, observando hoje o *mainstream* da produção no campo, assistimos saudáveis rupturas nos estilos metodológicos e nas tematizações mais ortodoxas da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. De fato, os chamados “estudos sobre o processo de trabalho” deram a tônica nos anos 80. Eles surgiram, como vimos, do desafio de produzir uma teorização sobre o que Marx denominara “o âmbito recôndito da produção”. Ora, se o marxismo clássico teve a virtude de destacar a importância dessa esfera, os mar-

xistas contemporâneos ficaram devedores de uma verdadeira sociologia das relações sociais *no* trabalho. Isto porque, uma vez iluminada pelo foco analítico, a produção era representada como uma instância que, (a) ou carecia de sujeitos, subsumidos que estavam na lógica econômica intrínseca ao processo de valorização do capital, ou (b) os transmutava em personificações das classes, cuja ação carecia de sentido fora da definição apriorística dos interesses “para si”.

A virtuosa empresa dos nossos “estudos do processo de trabalho” foi, então, a de se debruçar sobre os cotidianos fabris para nelas reencontrar sujeitos, *homens e mulheres* cuja origem de classe não esgotava os determinantes explicativos das suas atitudes, comportamentos e escolhas; e, sobretudo, não lhes imputava interesses que independessem das suas próprias volições, construídas em complexas experiências no decurso de longas trajetórias de vida. Estabelecia-se, assim, a necessidade de pesquisar e teorizar a produção da política no âmbito da produção: a formação de representações, a construção de interesses, a produção da hegemonia e do consentimento.

Onde, então, este decurso analítico virtuoso tornou-se um vício? A estratégia de documentar a especificidade do singular, a particularidade do específico, costuma ter também os seus resultados perversos. No caso dos estudos do processo de trabalho, o limite da experiência brasileira dos anos 80 parece encontrar-se na reiteração *ad nauseam* das descrições de caso relativas a aspectos da organização e da gestão, da produção e/ou do trabalho. Cada pesquisador passou a ter “a sua fábrica”, de onde extraía a sua autoridade científica (tal como o antropólogo de antanho tinha a sua aldeia, de onde extraía a sua autoridade etnográfica).

Mas, serão essas descrições do processo de trabalho carentes de significado na empresa científica? Claro que não. Entretanto, uma vez livres de desafios teórico-interpretativos, ou sempre quando atendo-se a importar mecanicamente os desafios históricos de outros contextos societais, pouco podem

contribuir para *uma Sociologia da sociedade brasileira*, nosso verdadeiro alvo.

Na medida em que a Sociologia do Trabalho nos anos 90 ultrapassa essa experiência, ela restabelece a sua capacidade de formulação de hipóteses com maior poder de generalização, seja no espaço (por estarem sustentadas em inferências analíticas a partir de casos exemplares e descrições densas), seja no tempo (por serem capazes de acompanhar trajetórias, mudanças em processo, antes que fotografar casos num ponto de tempo). As saídas atuais apontam no sentido de que as insatisfações começam a

ser superadas com novas formas de investigar. Por outro lado, o determinismo material parece ter encontrado limites tanto na força com que os elementos organizacionais têm se mostrado determinantes nas mudanças recentes no mundo do trabalho fabril no Brasil, quanto no reconhecimento da virtualidade explicativa de fatores relativos à concepção da ordem no trabalho, às representações dos agentes e ao simbolismo nas instituições fabris.

(Recebido para publicação
em março de 1994)

Bibliografia

Abramo, L. A.

- 1986 *O Resgate da Dignidade*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, USP.
1988 "A Subjetividade do Trabalhador Frente à Automação". In R. Neder *et al.*, *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, São Paulo, Hucitec.
1990 "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 30.

Abreu, A.

- 1979 O Mundo da Costura: Algumas Considerações sobre Trabalho Assalariado e Atividades Independentes na Indústria da Confecção. Comunicação apresentada ao III Encontro Anual da Anpocs.
1981 Algumas Considerações sobre a Posição Trabalhista de Costureiras Externas na Indústria da Confecção no Rio de Janeiro. Comunicação apresentada ao V Encontro Anual da Anpocs.
1985 "Processo de Trabalho e Ciências Sociais: A Contribuição do GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais". *Textos para Discussão*, Rio de Janeiro, Mestrado em Ciências Sociais, IFCS/UFRJ.
1986 *O Averso da Moda — Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção*. São Paulo, Hucitec.
1993 "Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, n. 35, São Paulo, março, pp. 37-49.

Abreu, A. e Sorj, B. (orgs.)

- 1993 *O Trabalho Invisível — Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.

Acero, L.

- 1980 La Mujer en el Proceso de Trabajo: Una Fábrica Textil. Comunicação apresentada ao IV Encontro Anual da Anpocs.

Agier, M.

- 1994 "'Classe' ou 'Raça'? Socialização, Trabalho e Identidades Opcionais". *Análise & Dados — O Negro*, vol. 3, n. 4, Salvador.

- Agier, M; Castro, N. e Guimarães, A.
1994 *Técnicos ou Peões: Imagens da Mobilidade Social em Salvador nos Anos 80*. São Paulo, Hucitec.
- Almeida, M. H. T.
1978 "Desarrollo Capitalista y Acción Sindical". *Revista Mexicana de Sociología*, Ano XI, vol. XL.
1981 "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil". *Dados*, vol. 24, n. 2, Rio de Janeiro, Vértice/UPERJ.
1982 *Novas Demandas, Novos Direitos*. São Paulo, Cebrap, mimeo.
1988 "Difícil Caminho: Sindicatos e Política na Construção da Democracia". In F. W. Reis e G. O'Donnell (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice.
- Alvim, M.
1985 *Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um Estudo sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ
- Antunes, R.
1986 *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo, Ensaio/Editora da Unicamp.
- Bastide, R. e Fernandes, F.
1959 *Branco e Negro em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Bicalho, N.
1983 *Construtores de Brasília*. Petrópolis, Vozes.
- Bláss, L.
1986 *Imprimindo a Própria História. O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no Final dos Anos 20*. São Paulo, Loyola.
1992 *Estamos em Greve. Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários*. São Paulo, Hucitec/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Blay, E.
1978 *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo, Ática.
- Boito, A.
1991 *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Editora da Unicamp.
- Bresciani, L.P.
1991 *Tecnologia, Organização do Trabalho e Ação Sindical: Da Resistência à Contratação*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Escola Politécnica da USP.
- Bruschini, C.
1985 *Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher*. São Paulo, Nobel.
1993 *Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro*. Comunicação apresentada ao seminário Desafios do Feminismo, Rio de Janeiro, 20-21 de maio.
- Cardoso, F. H.
1962 "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social". *Revista Brasiliense*, n. 41, maio-junho, pp. 98-122.
- Cardoso, F. H. e Ianni, O.
1960 *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Cardoso, A. e Comin, A.
1993 *Câmaras Setoriais, Modernização Produtiva e Democratização nas Relações de Traba-*

- lho no Brasil: A Experiência do Setor Automobilístico. Comunicação apresentada ao I Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, México, 22-26 de novembro.
- Carvalho, R. Q.
 1987 *Tecnologia e Trabalho Industrial*. Porto Alegre, L&PM Editores.
 1992 "Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro?". *Textos para Discussão*, n.12, Campinas, Instituto de Geociências da Unicamp.
- Castro, E.
 s/d. *Diferenciação Sexual, Itinerários Profissionais e Construção do Cotidiano*. Pará, UFPA/NAEA, mimeo.
- Castro, M. G.
 1989 *Family, Gender and Work: The Case of Female Heads of Household in Brazil*. Tese de doutorado, Gainesville, University of Florida.
- Castro, M. G. e Lavinias, L.
 1992 "Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto". In Costa e Bruschini (orgs.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- Castro, N.
 1993 "Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro: Reestruturação Industrial ou Japonização de Ocasão?". *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, novembro, pp. 155-73.
- Castro, N. e Guimarães, A.
 1990 "Trabalho, Sindicalismo e Reconversão Industrial no Brasil nos Anos 90". *Lua Nova*, n. 22, São Paulo, Cedec.
 1991 "Competitividade, Tecnologia e Organização do Trabalho: A Petroquímica Brasileira nos Anos 90". In M. P. Leite e R. A. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.
 1993 "Desigualdades Raciais no Mercado e nos Locais de Trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, Rio de Janeiro, setembro.
- Cattani, A.
 1991 *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca.
- Cauliraux, H.
 1981 Formas de Resistência na Indústria do Vestuário. Comunicação apresentada ao V Encontro Anual da Anpocs.
- Dedecca, C. e Montagner, P.
 1993 Flexibilidade Produtiva e das Relações de Trabalho: Considerações sobre o Caso Brasileiro. São Paulo, Instituto de Economia da Unicamp, mimeo.
- Dedecca, C.; Montagner, P. e Brandão, S.
 1993 Recessão e Reestruturação Econômica: As Novas Condições de Funcionamento do Mercado de Trabalho na Década de 90. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, mimeo.
- Dias, E.
 1962 *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit.
- Fernandes, F.
 1965 *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus.

- Ferro, J.
1992 "A Produção Enxuta no Brasil". In Womack, Jones e Roos, *A Máquina que Mudou o Mundo*, Rio de Janeiro, Campus, Apêndice B.
- Fischer, R.
1985 "Pondo os Pingos nos is' sobre as Relações do Trabalho e Políticas de Administração de Recursos Humanos". In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- Fleury, A.
1985 "Organização do Trabalho na Indústria: Recolocando a Questão nos Anos 80". In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- Fleury, M.
1986 O Simbólico nas Relações de Trabalho: Um Estudo sobre Relações de Trabalho na Empresa Estatal. Tese de livre-docência, São Paulo, FEA/USP.
1993 "The Culture of Quality and the Management of Human Resources". *IDS Bulletin*, vol. 24, n. 2, abril.
- Foot Hardman, F.
1983 *Nem Pátria, Nem Patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Foot Hardman, F. e Leonardi, V.
1982 *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global.
- Gitahy, L.
1993 Inovação Tecnológica, Subcontratação e Mercado de Trabalho. Comunicação apresentada ao XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-25 de outubro.
- Gitahy, L.; Hirata, H.; Lobo, E. e Moysés, R.
1982 "Operários: Sindicalizações e Reivindicações(1970-1980)". *Revista de Cultura Política*, n. 8, São Paulo, Cedec/Cortez, junho.
- Gitahy, L. e Rabelo, F.
1991 "Educação e Desenvolvimento Tecnológico: O Caso da Indústria de Autopeças". *Textos para Discussão*, n.11, Campinas, DPCT/Instituto de Geociências da Unicamp. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- Gitahy, L.; Rabelo, F.; Ruas, R. e Antunes, E.
1993 Inter-Firm Relations, Collective Efficiency and Employment in Two Brazilian Clusters. Relatório Final de Pesquisa, ILO.
- Grun, R.
1992 "Japão, Japões: Algumas Considerações sobre o Papel dos Conflitos Intergeracionais na Difusão das Novidades Organizacionais". In R. Soares (org.), *Gestão da Qualidade, Tecnologia e Participação*, Brasília, Cadernos Codeplan, n. 1.
- Grun, R.; Ferro, J. e Zilbovicius, M.
1987 "Novas Estratégias Patronais e Novas Respostas Operárias: Operação Vaca-Brava". *Cadernos DEP*, n.1, São Carlos, UFSCar.
- Guimarães, A.
1988 *Factory Regime and Class Formation: The Petrochemical Workers in Brazil*. Tese de doutoramento, University of Wisconsin, Madison.

- Guimarães, A. e Castro, N.
 1987 "Movimento Sindical e Formação de Classe". *Cadernos CRH*, n. 5, Salvador.
 1988 "Espaços Regionais de Construção da Identidade: A Classe Trabalhadora no Brasil Pós-77". *Ciências Sociais, Hoje — 1988*, São Paulo, Anpocs/Vértice.
 1990 "Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste Brasileiro". In L. Valladares e E. Preteceille (orgs.), *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*, Rio de Janeiro, Nobel.
- Hirata, H.
 1983 "Receitas Japonesas, Realidade Brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, n. 2.
 1988 Processos de Modernização: A Mulher na Produção Industrial. Comunicação apresentada à Reunião Intermediária do GT Mulher na Força de Trabalho da Anpocs, Rio de Janeiro.
- Hirata, H. e Humphrey, J.
 1988 "Trajectoires et Activité". *Cahiers APRE*, n.7, Paris.
- Hirata, H. et al.
 1992 "Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma Discussão do Caso Brasileiro". In R. Soares (org.), *Gestão da Qualidade, Tecnologia e Participação*, Brasília, Cadernos Codeplan, n.1.
- Humphrey, J.
 1982 *Fazendo o "Milagre"*. Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. São Paulo, Vozes/Cebrap.
 1984 "Trabalho Feminino na Grande Indústria Paulista". *Cadernos Cedec*, n. 3, São Paulo.
 1991 Japanese Methods and the Changing Position of Direct Production Workers: Evidence from Latin America. Falmer, Brighton, Inglaterra, IDS, University of Sussex,
 1993 The Impact of "Japanese" Management Techniques on Labour in Brazilian Manufacture. Sussex, IDS.
 1994 "Adaptando o 'Modelo Japonês' ao Brasil". In H. Hirata (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Humphrey, J. e Hirata, H.
 1984 "Hidden Inequalities: Women and Men in the Labour Process". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, vol. 1, pp. 271-300.
- Keck, M.
 1991 *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática.
- Le Ven, M.
 1987 *Trabalho e Democracia: A Experiência dos Metalúrgicos Mineiros*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP.
- Le Ven, M. e Neves, M.
 1985 "A Crise da Indústria Automobilística: Automação e Trabalho na Fiat". *Ciências Sociais, Hoje — 1985*, São Paulo, Anpocs/Cortez.
- Leite, E.
 1993 Uma Escola em Cada Empresa? Comunicação apresentada ao seminário Reestruturação Produtiva, Reorganização do Trabalho e Relações Industriais, São Paulo, Cebrap, julho.
- Leite, M.
 1985 "Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos". In M. T. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.

- 1993 Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra e Sistemas Participativos: Uma Tendência à Democratização das Relações de Trabalho? Texto apresentado no XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-25 de outubro. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- 1994a *O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo, Scritta/Fapesp.
- 1994b Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. Campinas, Projeto CESIT/MTb Mercado de Trabalho e Sindicatos no Brasil. A ser publicado em coletânea organizada pela editora Scritta.
- Leite, M. e Silva, R.
- 1988 "Os Trabalhadores na Constituinte". *Documento de Trabalho*, n. 1, São Paulo, Ildes.
- 1991 "Tecnologia Moderna e Relações de Trabalho Conservadoras: A Contradição Brasileira? In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.
- Leite Lopes, J. S.
- 1976 *O Vapor do Diabo — O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1988 *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo, Marco Zero.
- Liedke, E.
- 1989 "A Diferenciação da Força de Trabalho na Empresa: Um Estudo de Caso na Indústria Eletrônica. *Cadernos de Sociologia*, n.1, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.
- 1992 "Inovação Tecnológica e Ação Sindical nas Indústrias Metal-Mecânica e Eletroeletrônica no Rio Grande do Sul". *Educação & Sociedade*, n. 41, Campinas, Papiрус.
- Linhares, H.
- 1962 *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Lobo, E.
- 1991 *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo, Brasiliense.
- 1994 "Modelo Japonês e Práticas Brasileiras". In H. Hirata (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Lobo, E. e Soares, V.
- 1985 Masculino e Feminino na Linha de Montagem. Comunicação apresentada ao GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, IX Encontro Anual da Anpocs, São Paulo. Posteriormente publicado em E. Lobo, *A Classe Operária Tem Dois Sexos*, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- Lopes, J.
- 1965 *Sociedade Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, Difel.
- 1993 Reestruturação Produtiva, Mercado de Trabalho e Condições de Vida. Texto apresentado no XVII Encontro Anual da Anpocs. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- Lopes, J. e Gottschalk, A.
- 1990 "Recessão, Pobreza e Família: A Década Mais que Perdida". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, n. 2, São Paulo, Fundação Seade, abr-jun, pp. 32-6.
- Madeira, F. e Singer, P.
- 1975 "Estrutura do Emprego Feminino no Brasil — 1920/1970". *Cadernos Cebrap*, São Paulo, Cebrap.

- Maroni, A.
1982 *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- Marques, R.
1986 "Os Trabalhadores e as Novas Tecnologias". In L. Bruno e C. Saccardo (orgs.), *Organização, Trabalho e Tecnologia*, São Paulo, Atlas.
- Minayo, M.
1986 *Os Homens de Ferro — Estudo sobre os Trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- Moisés, J.
1981 "A Estratégia do Novo Sindicalismo". *Revista de Cultura e Política*, ns. 5/6, São Paulo, Cedec.
- Morel, R.
1989 *A Ferro e Fogo — Construção e Crise da Família Siderúrgica: O Caso de Volta Redonda*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- Morel, R. e Pessanha, E.
1991 "Gerações Operárias: Rupturas e Continuidades na Experiência de Metalúrgicos do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, Ano VI, Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará.
- Moura, E. et al.
1984 A Utilização do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus. Comunicação apresentada ao VIII Encontro Anual da Anpocs.
- Moysés, Rosa.
1985 Considerações sobre o Processo de Trabalho e a Divisão Sexual do Trabalho em Indústrias Farmacêuticas e de Perfumaria e Cosméticos. Comunicação apresentada ao GT Mulher na Força de Trabalho da Anpocs.
- Neder, R.
1988 *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- Neves, M.
1990 *As Trabalhadoras de Contagem: Uma História Outra, Uma Outra História*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- Noronha, E.
1991 "A Explosão das Greves na Década de 80". In A. Boito Jr. (org), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, São Paulo, Paz e Terra.
- Paoli, M.
1987 "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros — Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira". In José Sérgio Leite Lopes (org.), *Cultura e Identidade Operária*, Rio de Janeiro, Marco Zero/PROED/Museu Nacional-UFRJ.
- Pereira, L.
1965 *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Pereira, V.
1979 *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Pereira, D. e Crivellari, H.
1991 "A Concepção Fabril numa Empresa Bancária". In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.

- Pinheiro, P e Hall, M.
 1979 *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889/1930)*. Vol. I — O Movimento Operário. São Paulo, Alfa-Omega.
- 1981 *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889/1930)*. Vol. II — Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense/Funcamp.
- Ramalho, J. R.
 1986 *Estado Patrão e Luta Operária — Conflitos de Classe na Fábrica Nacional de Motores*. Tese de doutorado, São Paulo, IFLCH/USP.
- Rizek, C.
 1988 Osasco: 1968 — A Experiência de um Movimento. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- 1991 “Trabalho e Inovação Tecnológica — Os Trabalhadores Petroquímicos Paulistas nos Anos 80”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.
- 1994 *O Trabalho e suas Metáforas: As Representações Simbólicas dos Trabalhadores Petroquímicos Paulistas*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Sociologia, USP.
- Rodrigues, A.
 1978 *Operário, Operária*. São Paulo, Símbolo.
- Rodrigues, I. J.
 1990 *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo, Cortez/Fase.
- Rodrigues, J. A.
 1968 *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Rodrigues, L.M.
 1966 *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
- 1970 *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- 1988 “Os Sindicatos na Nova Constituição”. *Jornal da Tarde*, 14/3/88.
- 1990 *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. São Paulo, Paz e Terra.
- 1991 “As Tendências Políticas na Formação das Centrais”. In A. Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro dos Anos 80*, São Paulo, Paz e Terra.
- Rodrigues, L. M. e Cardoso, A.
 1993 *Força Sindical: Uma Análise Sócio-Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Ruas, R.
 1993a “Notes on the Implementation of Quality and Productivity Programmes in Sectors of Brazilian Industry”. *IDS Bulletin*, vol. 24, n. 2, abril.
- 1993b Reestruturação Sócio-Econômica, Adaptação das Empresas e Gestão do Trabalho. Comunicação apresentada à reunião da Red Latinoamericana de Educación y Trabajo, Campinas, 7-11 de março.
- Sader, E.
 1988 *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra.
- Sader, E. e Paoli, M.C.
 1986 “Sobre ‘Classes Populares’ no Pensamento Sociológico Brasileiro”. In Ruth Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Saffioti, H.
 1969 *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo, Quatro Artes.
- 1981 *Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher*. São Paulo, Hucitec.

- Salerno, M.
 1985 “Produção, Trabalho e Participação: CCq e Kamban numa Nova Imigração Japonesa”. In M.T. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
 1994 “Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro”. In H. Hirata (org.), *Sobre o “Modelo” Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Sandoval, S.
 1994 *Os Trabalhadores Param. Greves e Mudança Social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo, Ática.
- Sansone, L.
 1994 “Cor e Trabalho entre os Negro-Mestiços de Classe Baixa em Diferentes Gerações” *Análise & Dados — O Negro*, vol. 3, n.4, Salvador.
- Segnini, L.
 1988 *A Liturgia do Poder*. São Paulo, Educ/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Segre, L. e Tavares, S.
 1991 “Crise, Reestruturação Industrial e Formas de Modernização Microeletrônica da Produção no Setor Metal-Mecânico no Rio de Janeiro: Ação Sindical e Resposta dos Trabalhadores”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência, São Paulo, Iglu/Ides/Labor*.
- Silva, E.
 1991 *Refazendo a Fábrica Fordista*. São Paulo, Hucitec.
- Silva, P.
 1993 *Os Negros à Luz dos Fornos*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- Silva, R.
 1985 “Comissões de Fábrica e Autonomia dos Trabalhadores”. In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
 1990 As Negociações Coletivas no Brasil e o Sistema de Relações de Trabalho. Comunicação apresentada ao XIV Encontro Anual da Anpocs. Publicado in Abramo e Cuevas (orgs.), *El Sindicalismo Latinoamericano en los 90*, Santiago de Chile, ISCOS/CISL/CLACSO, vol. II, 1992.
 1991 “Computadores, Digitação e Caixas: A Automação Bancária em Questão”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ides/Labor.
 1992 “Representatividade e Renovação no Sindicalismo Brasileiro”. *Cadernos do CESIT*, n.10, Unicamp, julho.
- Silva, R. e Leite, M.
 1987 “Constituinte — Qual é o Lugar dos Sindicatos?”. *Lua Nova*, n. 4, vol. 3, abril-junho.
- Simão, A.
 1966 *O Sindicato e o Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus.
- Sorj, B.
 1983 “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”. *BIB — Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.15.
 1985 Desenvolvimento e Crise de uma Política de Gestão da Força de Trabalho: Um Estudo de Caso. Comunicação apresentada ao IX Encontro Anual da Anpocs.

- Spindel, C.
 1980 A Mulher na Indústria do Vestuário. Comunicação apresentada ao IV Encontro Anual da Anpocs.
- 1987a A Formação de um Novo Proletariado: As Operárias do Distrito Industrial de Mauaus. São Paulo, Idesp, Relatório de Pesquisa.
- 1987b "A Mulher Frente à Crise Econômica dos Anos 80 (Reflexões com Base em Estatísticas Oficiais)". *Estudos Idesp*, n.18, São Paulo, Idesp.
- Telles, J.
 1962 *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Telles, V.
 1992 *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um Estudo sobre Trabalho e Família na Grande São Paulo*. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Valle, R.
 1991 "Automação e Racionalidade Técnica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, Ano 6, São Paulo, Anpocs. Vargas, N.
- 1979 *Organização do Trabalho e Capital: Um Estudo da Construção Habitacional*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia, UFRJ.
- Vianna, L.W.
 1978 "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 3.
- 1984 "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.17.
- Weffort, F.
 1972 "Participação e Conflito Industrial". *Cadernos Cebrap*, n. 6, São Paulo, Cebrap.
- 1978 "Os Sindicatos na Política (Brasil: 1955-1964)". *Ensaio Opinião*, ns. 2-5.
- 1979 "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea*, ns.1 e 2 (Partes 1 e 2) e *Revista de Cultura Política*, n. 1 (Parte 3).

Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos*

María Julia Carozzi

Nos últimos vinte anos, o estudo dos novos movimentos religiosos esteve no auge, na América. Tanto nas investigações empíricas como na discussão teórica destacaram-se quatro orientações temáticas, em torno das quais organizamos este trabalho: a redefinição dos conceitos de igreja e seita; a análise do processo de conversão aos novos movimentos religiosos; o estabelecimento de relações entre as mudanças produzidas na sociedade e o surgimento e desenvolvimento desses movimentos; a determinação de relações entre os novos movimentos religiosos e as situações de pobreza, particularmente na América Latina.

Realizaremos primeiramente uma revisão sintética dos achados teóricos e metodológicos efetuados segundo cada uma dessas orientações temáticas, para depois discutirmos suas conseqüências para o avanço da compreensão dos novos movimentos religiosos, seu surgimento e expansão.

Redefinição dos Conceitos de Igreja e Seita

Por mais de cinquenta anos imaginou-se que um dos maiores triunfos da sociologia

da religião era a teoria das relações entre igrejas e seitas. A bibliografia revela, no entanto, que a utilização desses conceitos pelos sociólogos resultou apenas num conjunto de tipologias idiossincrásicas que não contribuíram significativamente para a explicação dos fenômenos religiosos (Stark, 1985).

Nas últimas décadas, a maior parte dos pesquisadores preferiu abandonar completamente esses conceitos, adotando a expressão “novos movimentos religiosos”, mais genérica e menos carregada valorativamente. Apesar disso, muitos autores se dedicaram à redefinição dos termos “igreja” e “seita”, bem como à exploração de suas possibilidades teóricas.

Por volta de 1930, foi proposta a teoria de um processo invariável, de acordo com o qual as seitas separavam-se das igrejas para posteriormente se transformarem em novas igrejas. O proponente dessa teoria (Niebuhr, 1929) tratou de explicar a grande diversidade de grupos cristãos nas sociedades contemporâneas, postulando um processo no qual as organizações religiosas seriam sucessivamente capturadas pelas classes médias e altas e acomodadas ao mundo, perdendo, desse modo, sua capacidade “do ou-

* A primeira parte deste trabalho foi realizada graças a uma bolsa do CONICET. A última parte recebeu subsídio da Fundación Antorchas. Devo agradecer especialmente o assessoramento bibliográfico do Dr. Alejandro Frigerio, generosamente prestado durante os cinco anos que dediquei à investigação desses temas. A tradução do original espanhol, “Tendencias en el Estudio de los Nuevos Movimientos Religiosos en América: Los Últimos 20 Años”, é de Júlio Assis Simões.

tro mundo” de satisfazer os sonhos e desejos das populações carentes. Seu modelo postulava um ciclo contínuo de nascimento, transformação e renascimento dos grupos sectários. Essa idéia, porém, não foi investigada em profundidade pelos sociólogos que o sucederam, os quais optaram por prosseguir a tarefa de classificação dos agrupamentos religiosos. A definição dos conceitos frequentemente incluía conjuntos de características que estavam associadas somente em alguns movimentos. Os sociólogos afirmavam, por exemplo, que as seitas tendiam a ser grupos menores de membros convertidos, caracterizados pela austeridade e pelo desenvolvimento de estilos de culto muito emocionais (Dynes, 1957; O’Dea, 1966). Porém, muitos grupos eram tratados como seitas embora apresentassem apenas algumas dessas características. O resultado inevitável foi um acúmulo de tipos mistos.

Somente na década de 60 seria reavivado o interesse teórico pelo tema. Em primeiro lugar, tentou-se definir os conceitos de igreja e seita de acordo com um único atributo. Assim, foi proposto que igrejas e seitas seriam nomes aplicáveis a grupos religiosos situados nas extremidades de um *continuum* definido exclusivamente pelo grau de tensão entre o grupo e o ambiente sócio-cultural. As igrejas seriam corpos religiosos em estado de baixa tensão, ao passo que as seitas constituiriam corpos religiosos com elevado grau de tensão em relação ao seus respectivos meios sociais (Johnson, 1963). A vantagem de usar uma única característica para diferenciar seitas e igrejas residia na possibilidade de ordenar os grupos religiosos de forma não ambígua e verificar se qualquer grupo dado se encaminhava para um grau de tensão maior ou menor com o ambiente.

Essa reformulação deu origem a algumas proposições de caráter teórico; afirmou-se, por exemplo, que, quando num movimento religioso a quantidade de membros socializados dentro do próprio grupo passa a ser maior do que a de membros convertidos, é provável que diminua sua tensão com o meio ambiente sócio-cultural. A formulação

também trouxe à luz fenômenos até então não considerados, como o fato de que assim como se produziam cismas em grupos sectários que se encaminhavam para um grau maior de tensão com o meio, às vezes também ocorria o contrário, isto é, grupos que se cindiam para se encaminhar a um estado de tensão menor com o meio (Stark, 1985). A partir da reformulação dos conceitos de igreja e seita, operacionalizou-se também o conceito de “tensão com o meio” para submetê-lo à indagação empírica. Alguns autores definiram a tensão como um “desvio sub-cultural” medido pelo grau de diferença, antagonismo e separação entre um grupo religioso e seu ambiente sócio-cultural (Stark e Bainbridge, 1980).

Outro subproduto da reformulação dos conceitos de igreja e seita foi a diferenciação entre classes de grupos de alta tensão, com base em suas origens. De acordo com os autores, nem todos os grupos que apresentam graus elevados de tensão com seu meio ambiente sócio-cultural provêm da cisão de igrejas convencionais. Uma sociedade frequentemente importa novas religiões e às vezes alguém descobre ou inventa novas perspectivas religiosas e estabelece uma nova crença. Alguns autores propuseram aplicar o termo “culto” às novas religiões e o termo “seita” aos movimentos originados nas cisões de uma tradição religiosa convencional (Stark, 1985).

O Processo de Conversão

A questão de como os indivíduos entram em contato com novas religiões, aceitam sua cosmovisão e se mantêm dentro de seu sistema de crenças revestiu-se de particular importância para a sociologia da religião nos últimos vinte anos (Robbins e Anthony, 1979; Beckford, 1985; Robbins, 1988; Snow e Machalek, 1984). Robbins (1991) afirmou que esse florescimento dos estudos sobre conversão deve-se principalmente a dois fatores. Em primeiro lugar, a preocupação dos meios de comunicação de massa e da imprensa não científica com a suposta utilização de métodos de “lavagem cerebral”

pelos novos movimentos religiosos, para forçar a conversão. Em segundo lugar, o fato de que numa sociedade secularizada, onde a religião passou a ser algo marginal ou rotineiro na vida dos indivíduos, costuma-se imaginar que as pessoas que efetivamente experimentam a religião como algo central em suas vidas teriam sofrido “uma estranha metamorfose”, especialmente se não pertencem a grupos tradicionais.

O Que Muda no Processo de Conversão

Não há unanimidade entre os estudiosos em relação ao “grau de transformação suficiente para constituir uma verdadeira conversão” (Snow e Machalek, 1984), nem ao que se transforma durante o processo. Foi proposto que no processo de conversão podem mudar: as crenças, os valores, o comportamento, a identidade e as lealdades interpessoais. Embora se costume explicar a conversão em termos das mudanças de crença e “visão de mundo”, parece lógico supor que tais mudanças necessariamente implicam transformações no repertório de identidades sociais que o indivíduo atribui a si próprio e, conseqüentemente, no seu comportamento, pelo menos em certos contextos de interação. Por outra parte, dada a importância atribuída aos “outros significativos” (Berger e Luckmann, 1973: 175ss.) no processo de socialização, uma mudança na visão de mundo implica também mudanças nas lealdades interpessoais e no elenco de pessoas com as quais se dá a interação habitual.

Grande parte da discussão em torno do que constitui uma “verdadeira conversão” provém de uma confusão entre conversão, recrutamento e comprometimento (Robbins, 1991: 64). Nem toda pessoa recrutada a um grupo religioso converte-se às crenças desse grupo, e nem todos os convertidos assumem o mesmo tipo de comprometimento com o grupo que lhes ofereceu uma nova cosmovisão e uma nova visão de si próprios.

Jules-Rosette (1975), que passou por uma experiência pessoal de conversão, enfatizou a mudança da visão de mundo do indi-

víduo e a transformação psicológica através da qual os pressupostos básicos do convertido são reconstruídos. De acordo com a autora, a conversão inclui uma transformação aceitável do eu e uma demonstração socialmente reconhecida das mudanças. A conversão é, portanto, de acordo com Jules-Rosette, uma transformação interior e subjetiva, tanto quanto exterior. Esse conceito é compartilhado por Meredith Mc Guire, que em seu estudo sobre os católicos pentecostais (Mc Guire, 1982) define a conversão como uma transformação do próprio eu concomitante a uma transformação do próprio sistema principal de significados. Ambas as autoras (Jules-Rosette, 1975; Mc Guire, 1982) afirmam que a natureza das teorias sobre a conversão expressadas em cada religião influem nos relatos dos convertidos. As doutrinas religiosas influem na explicitação da conversão como uma experiência livre ou forçada, dramática ou parcial, repentina ou gradual. Assim, as religiões que se propõem a reivindicar os “verdadeiros princípios” contidos em alguma tradição anterior darão ênfase à continuidade em relação a essas tradições.

Robert Balch (1980) observou que muitos autores incorrem no erro de supor que uma mudança nas crenças do indivíduo é o passo inicial da conversão. O autor afirma que as pessoas que se juntam a um culto religioso mudam primeiro seu comportamento, adotando um novo papel. As mudanças podem ser dramáticas, mas não estão necessariamente baseadas na convicção. De acordo com esse autor, a fé ilimitada do verdadeiro crente em geral se desenvolve somente depois de uma prolongada participação nas atividades cotidianas do culto. Essa afirmação, todavia, não parece ser aplicável universalmente. As pessoas podem desenvolver uma “fé ilimitada” em algumas crenças que supõem ser compartilhadas pelos demais membros do movimento religioso desde o início de seu processo de conversão, antes de conhecerem amplamente as “verdadeiras crenças” do grupo.¹ Balch assinala — corretamente, a nosso ver — que para a compreensão adequada do processo de conver-

são é necessário observar as rotinas da vida cotidiana nos cultos; e, sob esse aspecto, pode ser vantajoso empregar a distinção de Ervin Goffman entre o comportamento “em cena” (*front-stage*) e “fora de cena” (*back-stage*). Os membros do culto estão em cena quando se defrontam com as pessoas de fora, e seu comportamento nessas ocasiões não deixa dúvidas a respeito de sua convicção; quando estão sozinhos, porém, voltam a agir como pessoas reais. O autor recomenda a observação participante como instrumento para descobrir o que fazem os membros do culto quando estão entre seus pares, fora de cena.

Balch e Taylor (1977) e Lynch (1977) criticaram a idéia de que os novos movimentos religiosos necessariamente envolvem uma visão de mundo estranha às predominantes na sociedade e afirmaram a precedência do meio social, onde os pressupostos do movimento adquirem sentido. Espera-se que o indivíduo, pelo menos nas primeiras etapas da conversão, possa interpretar o novo conhecimento a partir dos paradigmas preexistentes em seu universo cognoscitivo (Carozzi e Frigerio, 1992). Do contrário, seu próprio etnocentrismo o levaria a afastar-se de imediato. É provável que quanto mais afastada a nova cosmovisão estiver das visões de mundo preexistentes na sociedade, mais lenta e gradual será a conversão, pois a apresentação dos fatos e interpretações mais radicalmente diferentes dos conhecidos de início tende a ser postergada até que o indivíduo esteja suficientemente integrado ao novo grupo, de modo a assegurar sua permanência (Frigerio, 1989; Carozzi, 1992).

David Preston (1981), em seu estudo sobre o aprendizado das práticas Zen, introduz um conceito que passou despercebido por outros estudiosos da conversão, mas que parece importante no caso do pentecostalismo, das religiões orientais e das religiões afro-americanas, que envolvem estados alterados de consciência. Preston observa que tornar-se um praticante Zen parece ser um aprendizado gradual, onde o indivíduo experimenta e confirma a realidade de proposi-

ções que lhe são apresentadas como verdadeiras. Tornar-se um praticante Zen é um processo que implica o desenvolvimento de estados fisiológico-mentais mediante uma técnica determinada e requer a interação com outros praticantes, a fim de aprender o significado das conseqüências de tais estados.

Interação e Identificação Afetiva com a Comunidade Religiosa

Berger e Luckmann (1973) afirmaram que a conversão religiosa constitui o protótipo histórico dos processos de ressocialização que, invariavelmente, supõem a transformação quase completa da realidade subjetiva de um indivíduo. A conversão requer processos de ressocialização que se assemelham à socialização primária realizada no seio da família, pois implica voltar a atribuir tons de realidade a um novo mundo de conhecimento. Em conseqüência, o grupo religioso deve reproduzir em grande parte a forte identificação afetiva com os elencos socializadores, característica da infância. Além disso, a conversão deve enfrentar um problema de desmantelamento, ao desintegrar a estrutura precedente da realidade subjetiva.

De acordo com os autores, a condição mais importante para a conversão é dispor de “uma base social que sirva de ‘laboratório’ da transformação” (p. 208). Essa base social será constituída por outros indivíduos, com os quais o convertido potencial estabelecerá uma relação afetiva forte. Sem essa espécie de identificação, não é possível produzir-se uma transformação radical da realidade subjetiva. A identificação inevitavelmente reproduz as experiências infantis de dependência emocional com relação aos outros significativos, que mediatizam o novo mundo de conhecimento para o indivíduo. O centro do mundo cognoscitivo e afetivo do indivíduo passa a ser o novo grupo, o que supõe uma concentração de toda a interação significativa dentro do grupo, particularmente no subgrupo encarregado da tarefa de ressocialização. Os autores afirmam, portanto, que somente dentro da comunidade religiosa a conversão pode ser mantida com eficácia.

A conversão pode anteceder a filiação ao grupo religioso; no entanto, para continuar levando-a a sério e conservar o sentido de sua possibilidade, é preciso participar da comunidade religiosa, que confere à nova realidade a indispensável estrutura de manutenção (Frigerio, 1989). Para que a conversão se concretize, essa estrutura de manutenção deve se tornar “o mundo” do indivíduo. O convertido desfilia-se, às vezes corporalmen- te e às vezes mentalmente, de seu mundo anterior e da estrutura social que o mantém.

A conversão, de acordo com os autores, comporta uma reorganização do aparelho conversacional. Mudam os interlocutores que participam no diálogo significativo, o principal mantenedor da realidade subjetiva; e o diálogo com os novos outros significati- vos instaura a nova realidade, que se man- têm mediante o contínuo diálogo com eles ou na comunidade que representam. A alter- nação e, portanto, a conversão religiosa su- põem mecanismos que legitimam não so- mente a nova realidade, mas também as eta- pas através das quais esta é assumida e man- tida, bem como o abandono ou repúdio de todas as realidades alternativas. A velha re- alidade deve ser reinterpretada nos termos da nova realidade. Essa reinterpretação pro- voca uma ruptura na biografia subjetiva do indivíduo, o que freqüentemente implica uma nova interpretação da biografia anterior à conversão, conforme os termos da nova re- alidade subjetiva. As pessoas, os outros signi- ficativos, também são reinterpretadas de for- ma semelhante.

Arthur Greil (1977), seguindo as pre- missas do interacionismo simbólico, desen- volveu hipóteses sobre a conversão religiosa muito próximas do modelo de Berger e Luckmann. De acordo com o autor, a con- versão dependeria da existência de algumas destas circunstâncias: a aceitação de um gru- po de referência cuja perspectiva é diferente da do próprio indivíduo; uma mudança na perspectiva de seu próprio grupo de referên- cia; o desaparecimento do grupo de referên- cia que mantinha sua perspectiva ou a cons- tação de que a velha perspectiva não servi-

ria mais para resolver os problemas que se lhe apresentam. O autor afirma que a hete- rogeneidade e as mudanças velozes do meio social são condições que favorecem a con- versão religiosa. Além disso, Greil afirma que a presença de certas características pes- soais predispõem alguns indivíduos à conver- são, especialmente a presença de um modo peculiar — não especificado pelo autor — de aceitar e validar novas proposições.

Mudança da Definição da Realidade Subjetiva

A diferença entre uma conversão (ou ressocialização) e uma simples socialização secundária, como o aprendizado de uma profissão, uma nova habilidade ou uma nova disciplina intelectual, é expressada por Ber- ger e Luckmann (1973: 215) da seguinte for- ma: “Na ressocialização [uma de cujas for- mas é a conversão religiosa] o passado é reinterpretado para se harmonizar com a re- alidade presente, havendo a tendência a re- trojetar no passado vários elementos que não eram acessíveis naquela época. Na socia- lização secundária o presente é interpretado de modo a manter-se numa relação contínua com o passado, existindo a tendência a mini- mizar as transformações realmente ocor- ridas. Dito de outra maneira, a realidade bá- sica para a ressocialização é o presente, para a socialização secundária é o passado.”

Em outras palavras, enquanto na socia- lização secundária o indivíduo fixa novas identidades sociais ao mesmo fio condutor, sem modificar a definição de sua identidade pessoal subjetiva, na conversão o indivíduo altera a interpretação de sua biografia, muda o fio condutor que mantém a continuidade de sua experiência; modifica, em suma, a de- finição subjetiva de sua identidade pessoal.

Por que um indivíduo se dispõe a modi- ficar sua rede de relações sociais e sua reali- dade subjetiva, inclusive a definição de sua própria identidade? A resposta de Berger e Luckmann faz referência à socialização pri- mária deficiente, isto é, a que resulta numa assimetria entre realidade objetiva e subjeti- va. Uma socialização primária deficiente

propõe ao indivíduo uma escolha entre perfis de identidades que ele apreende como possibilidades biográficas genuínas e faz surgir a pergunta: “Quem sou eu?” — isto é, permite opções para a própria identidade. Surge aqui a possibilidade de uma identidade oculta, que não é fácil de reconhecer, porque não concorda com as tipificações objetivamente disponíveis. Aparece uma assimetria, socialmente dissimulada, entre a biografia pública e a “privada”. Essa socialização primária deficiente está ancorada em uma complexa distribuição social do conhecimento que institucionaliza diversas “realidades” possíveis, canalizadas à criança através da heterogeneidade dos elencos socializadores ou da mediação entre mundos agudamente discrepantes realizada por outros significativos (Berger e Luckmann, 1973: 220ss.)

Bankston, Forsyth e Floyd (1981), em sua análise da conversão radical, retomam a idéia de uma mudança da definição da identidade pessoal subjetiva. Os autores afirmam que certas condições da estrutura social estão associadas a sérias perturbações nas identidades e promovem a tendência para a construção de identidades alternativas e comprometimentos que significam afastamentos radicais de estados anteriores.

Os autores sustentam que a definição do eu não é um processo mecânico, mas dialético, que envolve criatividade e reflexão. Às vezes, as pessoas vêem sua identidade real como “inadequada” e se engajam em novas formas de interação, à procura de novos significados para a própria existência. Para situarem a si próprios, buscam novos pontos de referência, que podem assinalar mudanças dramáticas em relação às identidades passadas. Para os autores, a conversão radical implica uma transformação mantida, abrupta e extensa da identidade, que se realiza na ausência de uma mudança de *status* institucionalmente prescrita.

Desenvolvimento do Processo de Conversão

Tradicionalmente, a conversão foi visualizada como o que se chamou de “expe-

riência paulina”, isto é, uma mudança dramática e intempestiva das crenças religiosas do indivíduo, capaz de alterar radicalmente sua vida (Richardson, 1985). Essa visão da conversão baseia-se nas teorias tradicionais que vêem os convertidos como sujeitos passivos, presas de suas características psicológicas e seu meio social (Heinrich, 1977). Mais recentemente, afirmou-se que a conversão constituiria um processo envolvendo modificações gradativas no repertório de identidades sociais ou papéis que o indivíduo exerce em contextos determinados. O indivíduo assumiria as novas identidades fornecidas pela religião em situações específicas, à medida que lhe fossem concedidas algumas vantagens diferenciais. A conversão se completaria quando o indivíduo construísse sua identidade pessoal primordialmente nos termos dessas novas identidades sociais adquiridas dentro do grupo religioso.

O modelo de conversão de Lofland e Stark (1965) foi um dos primeiros a considerar que as causas da conversão não incluem apenas fatores “de predisposição”, próprios do indivíduo, mas também elementos situacionais, próprios do contexto em que o indivíduo se insere. Esse modelo também deu ênfase ao caráter processual e interacional da conversão. Inúmeros estudos basearam-se no “modelo” de Lofland e Stark, visto como uma tentativa de estabelecer as condições causais necessárias para produzir a conversão; parece conveniente, portanto, resumir-lo aqui. De acordo com o modelo, para se converter o indivíduo deveria: (1) experimentar tensões (frustração, carências, esforços) de forma aguda e duradoura, (2) dentro de uma perspectiva religiosa de resolução de problemas (em oposição a uma perspectiva política, psiquiátrica, fisiológica etc.), (3) que o levaria a se definir como um “buscador” religioso (*religious seeker*); (4) encontrar o culto num momento crítico de sua vida, quando não mais pudesse seguir as antigas orientações, (5) momento esse em que estabelece (ou recompõe) uma ligação afetiva com os adeptos, (6) os laços externos ao culto afrouxam-se ou neutralizam-se (7) e o in-

divíduo se expõe à interação intensa com os membros do grupo.

Gerlach e Hine (1970) elaboraram um modelo mais explicitamente cronológico que o de Lofland e Stark, identificando sete etapas no que chamam de “processo de comprometimento”. Seu modelo deriva de um extenso estudo sobre os movimentos neopentecostais e o poder negro. O modelo exclui as características de “predisposição”, começando com o “contato inicial”, mas considera que a mudança da identidade é central no processo de conversão. As etapas incluídas no modelo são: (1) contato inicial com um participante; (2) redefinição das necessidades do convertido potencial; 3) reeducação mediante interação grupal intensa; 4) substituição repentina ou gradual da velha identidade; (5) um evento que marca o comprometimento e rompe as pontes com o passado; (6) testemunho público da experiência; (7) apoio contínuo do grupo para a conservação das novas crenças e padrões de conduta.

Diversos estudos (Strauss, 1979; Downton, 1980) apresentam modelos alternativos do processo de conversão, seja formulando os aspectos mencionados em termos de decisões do convertido, seja modificando a ordem dos fatores. Os estudos mais recentes avaliam esses paradigmas e enfatizam a importância da interação intensa e dos vínculos afetivos com os membros dos grupos religiosos (Snow e Philips, 1980; Greil e Rudy, 1984), a natureza gradual da conversão (Downton, 1980) e o papel ativo do convertido potencial, ao decidir se irá ou não integrar-se ao grupo religioso (Richardson, 1985). Vários autores assinalaram o caráter permanente da conversão e sua necessidade de uma revalidação contínua (Jules-Rosette, 1975).

Novos Movimentos Religiosos e Mudança Social

Inúmeras teorias foram elaboradas para explicar o florescimento dos novos movimentos religiosos desde o início da década de 70, especialmente nos EUA. Muitas não foram suficientemente confrontadas com os dados

empíricos. Conseqüentemente, às vezes se considera um processo social e o seu contrário como fatores que influenciam de forma positiva a expansão dos novos movimentos religiosos.

Novos Movimentos Religiosos e Secularização

Existem pelo menos quatro posições a respeito da relação entre processos de secularização e expansão dos novos movimentos religiosos. O ponto de vista mais comum é o de que, no mundo moderno, as “novas religiões” fazem parte do próprio processo de secularização. Assim, argumentou-se (Wilson, 1975: 80) que o mundo moderno produz “um supermercado de crenças”, que coexistem porque são artigos de consumo pouco importantes. Essa avaliação dos novos movimentos religiosos como superficiais e inautênticos, repetida por muitos autores, foi criticada por se basear mais em preconceitos que na observação empírica. Qualquer um que passe algum tempo observando os mórmons, por exemplo, seu comprometimento com a religião e a influência onipresente desta em suas vidas cotidianas, perceberá que eles não a consideram um “artigo de consumo pouco importante”. Equiparar os novos movimentos religiosos a trivialidades, convertendo-os em meros sintomas do processo de secularização, significa “perder a oportunidade de investigar os laços entre a secularização e a inovação religiosa”, conforme expressam alguns críticos (Stark e Bainbridge, 1986: 437).

Dentre os críticos da visão de que a expansão dos novos movimentos religiosos é um sintoma da secularização, estão alguns que propõem perspectivas opostas. Segundo Stark e Bainbridge (1986), a expansão do pensamento científico representou o recuo das religiões que, originárias de épocas pré-científicas, continham elementos mágicos significativos. Essas religiões foram reduzindo progressivamente suas afirmações sobre a força e a ação do sobrenatural no mundo empírico. A ciência teria gerado o ceticismo para com a religião, e os cientistas, enquanto

elite, seriam recompensados por esse ceticismo, que se estenderia a todas as elites intelectuais. Segundo os autores, as religiões tradicionais foram deixando pouco a pouco suas posições doutrinárias a fim de manter em níveis baixos sua tensão com o ambiente social. Abandonando todo componente mágico, essas tradições religiosas atualmente ofereceriam apenas compensações débeis e genéricas. Sua concepção do sobrenatural limitar-se-ia a uma divindade remota, inativa, quase inexistente, e ofereceria pouco consolo aos aflitos, aos moribundos, aos pobres e aos que buscam entender os enigmas da existência (Kelley, 1972).

Segundo esses autores, o fato de que as sociedades contam com recursos científicos e tecnológicos não significa que os indivíduos que as constituem não sofram mais as angústias da existência ou não sintam desejo por recompensas inalcançáveis. Se as igrejas deixaram de satisfazer a necessidade de tais compensações, os movimentos religiosos que as oferecem estariam numa situação particularmente favorável para se expandirem. Na medida em que são possíveis a inovação ou a divergência, essas crenças triunfariam, dando origem a novos movimentos religiosos, como resultado da secularização das organizações religiosas tradicionais (Stark e Bainbridge, 1986: 437-439).

Uma terceira posição afirma que a secularização, embora não tenha levado ao desaparecimento da religião, como haviam sugerido os antigos sociólogos, confinou-a ao âmbito da prática e da crença privadas. Segundo Berger (1967), a ausência de uma cosmovisão religiosa na cultura pública faz os indivíduos que conservam uma visão religiosa da vida se sentirem como um minoria cognoscitiva — e uma minoria cognoscitiva precisa de uma intensa interação interna para manter a plausibilidade de sua cosmovisão. Segundo esse autor, parte do sucesso dos novos movimentos religiosos deve-se à constituição de pequenas comunidades nas quais uma freqüente interação face a face permite a manutenção de uma visão religiosa do mundo e da própria vida, numa socie-

dade que, a julgar pelo que transmitem os meios de comunicação, parece indiferente a esse ponto de vista.

Alguns estudos assinalaram, por fim, que o surgimento e expansão dos novos movimentos religiosos nas últimas décadas põe em questão a associação implícita entre modernidade e secularização. Segundo os autores, a teoria da secularização progressiva e inexorável, que os sociólogos da religião assumiram como um dogma até meados deste século, atualmente não encontra apoio nos dados empíricos, pois as novas religiões dão sinais de um reencantamento do mundo (Richardson, 1985b; Carozzi, 1991).

Novos Movimentos Religiosos e Sociedade de Massas

Existem inúmeras teorias que postulam uma relação direta entre o surgimento dos novos movimentos religiosos e as transformações ocorridas na sociedade e na cultura ocidental moderna (Robbins, 1991: 27).

Alguns autores (Richardson, Stewart e Simmonds, 1978 e Bradfield, 1976) afirmam que a sociedade de massas, dominada por estruturas burocráticas e impessoais, cria a necessidade de relações interpessoais gratificantes, oferecidas nas comunidades constituídas pelos novos movimentos religiosos. De forma complementar, afirma-se (Bradfield, 1975) que a fragmentação da vida em âmbitos diversos e desconectados entre si, própria da sociedade moderna, resulta na desagregação da identidade pessoal. Isso aumentaria o encanto que os grupos religiosos exercem junto aos indivíduos descontentes com a identidade desagregada, propiciando-lhes as bases para concepções totalizadoras da própria identidade (Anthony *et al.*, 1978; Beckford, 1984).

Em outros estudos (Hunter, 1981; Prandi, 1992), os novos movimentos religiosos são interpretados como respostas ao divórcio entre as esferas pública e privada da existência humana na sociedade moderna. De acordo com Hunter, na sociedade moderna ampliar-se-ia a lacuna entre um domínio público altamente institucionalizado e

um domínio privado desinstitucionalizado. Os novos movimentos religiosos, com sua regulamentação minuciosa da esfera privada, constituiriam uma resposta ao vazio normativo que nela se produziu. Prandi (1992) analisa os diversos contextos de expressão pública oferecidos pelos novos movimentos religiosos no Brasil.

Outros autores (Mauss e Petersen, 1974; Evans, 1973) afirmam que os novos movimentos religiosos surgem como resposta a uma sociedade caracterizada pela divergência entre normas e valores. A grande variedade e diversidade de normas e valores transmitidos pelas distintas instituições sociais e meios de comunicação de massa deixariam um campo aberto para a formação dos novos movimentos religiosos. Cada um desses movimentos proporcionaria a seus adeptos uma cosmovisão coerente e unificada que, diferentemente do bombardeio de normas e valores diversos da sociedade moderna, pareceria propiciar respostas, mais que formulá-las.

Afirmou-se, por fim, que o surgimento e florescimento dos novos movimentos religiosos na década de 70 deve-se ao fato de que nessa época a visão favorável ao materialismo e ao progresso econômico indefinido provara ser ilusória. O antropólogo Marvin Harris argumenta que os novos movimentos religiosos procuraram enfrentar esse fracasso através de um retorno aos meios mágicos para obter fins materiais, seja entoando mantras, confiando em Jesus ou proporcionando treinamento psíquico (Harris, 1981: 141-165). Oro, por sua vez, vincula a expansão das novas religiões populares no Brasil às decepções do processo de modernização, que não cumpriu as promessas de favorecer o bem-estar geral (Oro, 1992).

Novos Movimentos Religiosos e Organizações de Intermediação

Alguns autores assinalam que o surgimento e expansão de novos movimentos religiosos estão relacionados com a decadência das organizações tradicionais de intermediação. Na sociedade moderna, as organizações

de intermediação entre os indivíduos e as famílias, por um lado, e a sociedade mais ampla, por outro² — que anteriormente proviam apoio e serviços às famílias nucleares — encontram-se enfraquecidas. As famílias isolam-se cada vez mais das outras instituições sociais e tornam-se, portanto, mais frágeis (Keniston, 1977). O isolamento estrutural da família, afirmam alguns autores, pode envolver uma descontinuidade radical entre a qualidade afetiva dos papéis familiares e a qualidade impessoal dos papéis adultos. Essa descontinuidade estaria na base de uma tendência, verificada especialmente entre os jovens, para procurar alternativas para a família nas relações extrafamiliares (Anthony e Robbins, 1974; Gordon, 1980).

De acordo com alguns trabalhos, os novos movimentos religiosos proporcionariam sistemas familiares alternativos ao adulto ou ao adolescente, oferecendo-lhes aceitação incondicional, calor, uma estrutura normativa e uma sólida autoridade. A linguagem familiar (irmãos, irmãs, pai, mãe) seria empregada nos novos movimentos religiosos de forma mais freqüente e significativa do que nas igrejas institucionalizadas (Doress e Porter, 1981).

Assinalou-se também que os novos movimentos religiosos proporcionariam serviços e apoio às famílias dos devotos, incluindo trabalhos, cuidado às crianças, assistência médica, amparo social e compromissos de valores compartilhados.³ Esse auxílio, no entanto, somente seria viável se toda a família passasse a integrar o movimento. Se isso não acontece, costuma-se afirmar que o efeito do grupo religioso sobre a família é desagregador, especialmente se o movimento for militante e autoritário (Beckford, 1982; Bromley, Shupe e Ventimiglia, 1983).

De acordo com alguns estudos (Robbins, 1991: 46; Coleman, 1970; Forni, 1992) a importância dos novos movimentos religiosos, enquanto organizações de intermediação, provém de sua capacidade de criar valores universais e símbolos que legitimam novas formas de relação interpessoal e interação comunitária. Os convertidos acreditariam desfrutar um companheirismo comuni-

tário especial nos novos movimentos religiosos, onde as relações de amor entre parentes espirituais são consideradas como derivadas da relação íntima de cada devoto com Jesus, o Espírito Santo, um mestre espiritual ou uma força mística. As relações satisfatórias entre os devotos de um mesmo grupo constituiriam uma estrutura de manutenção para o sistema de significados do movimento. Esse sistema de significados, por sua vez, proporcionaria uma mística simbólica que aumentaria a satisfação proveniente do companheirismo espiritual afetuosos.

Novos Movimentos Religiosos e Situações de Pobreza

Na América Latina, a expansão dos novos movimentos religiosos, particularmente do pentecostalismo e das religiões afro-brasileiras, fora de seu país de origem, foi explicada freqüentemente como uma resposta às situações de pobreza (Pi Hugarte, 1992; Camargo, 1961; Ameigeiras, 1991: 24; Mariz, 1990). Afirmou-se que esses movimentos religiosos proporcionam diversas estratégias de sobrevivência às famílias pobres.

Alguns autores assinalaram que os novos movimentos religiosos oferecem respostas sobrenaturais às necessidades cotidianas nas situações em que a mobilização política foi reprimida ou perdeu vigor como estratégia de melhoria sócio-econômica. A solução dos problemas existentes mobilizaria a filiação àqueles movimentos e o cumprimento de seus rituais (Pi Hugarte, 1992: 32-33). Afirmou-se também que os movimentos religiosos não somente ofereceriam uma intervenção sobrenatural para a solução de problemas, especialmente de saúde, mas também dariam um sentido às dificuldades, apresentando-as como parte de um plano divino e ensinando as pessoas a conviverem com os problemas. A sensação de "sentido" para os problemas cotidianos contribuiria para a sobrevivência ao propor a inexistência de destinos illogicamente ruins e ao fornecer razões para o sofrimento da perspectiva de um destino global positivo para os homens (Mariz, 1990).

Afirmou-se com freqüência que os no-

vos movimentos religiosos ofereceriam aos pobres maior acesso a recursos materiais. Por um lado, esse acesso seria obtido mediante a constituição de grupos que interagem intensamente entre si. Esses movimentos possibilitariam o acréscimo de uma nova rede de ajuda mútua às previamente existentes (Mariz, 1990; Galliano, 1992).

Por outro lado, assinalou-se que os novos movimentos religiosos, ao ocuparem a maior parte do tempo livre em atividades religiosas, proporcionariam uma estratégia para a redução das despesas das famílias pobres. Isso fica especialmente claro no caso do pentecostalismo, que fornece uma legitimação religiosa à estratégia de "apertar os cintos" (Mariz, 1990). Com relação a esse movimento, afirmou-se que a resistência ao alcoolismo e ao tabagismo teve como efeito a melhoria da situação familiar e econômica dos convertidos (Mariz, 1990; Tarducci, 1992).

Os novos movimentos religiosos proporcionariam, por fim, o fortalecimento da autoestima dos pobres. No caso do pentecostalismo, isso se produziria mediante a valorização dos dons espirituais, em oposição às vantagens materiais, e pela obtenção de uma consciência e uma aparência de "pessoa de bem". A segurança de estar entre os que serão salvos num mundo caótico e imoral, a abstenção do álcool e do tabaco e o uso de roupas simples diferenciariam claramente a mulher pobre da prostituta e o homem pobre do ladrão, formando a base de uma valorização da identidade pessoal, diante das alternativas da miséria e da marginalidade (Mariz, 1990). Nas religiões afro-americanas, a valorização da identidade pessoal seria alcançada mediante a crença na aquisição de um poder mágico e na relação direta do indivíduo, sua personalidade e as dificuldades de sua vida com uma divindade venerada pelo grupo religioso (Carozzi, 1992).

Discussão

Quais são as conseqüências dessas orientações temáticas para a compreensão dos novos movimentos religiosos, seu surgimento e expansão?

Redefinição dos Conceitos de Igreja e Seita

Em primeiro lugar, devemos considerar que a redefinição dos conceitos de igreja e seita, nos termos da tensão com o meio ambiente sócio-cultural, baseia-se no pressuposto — no mínimo, discutível — de uma cultura compartilhada onde o elemento sub-cultural definir-se-ia como um “desvio”. Se, pelo contrário, considerarmos que toda sociedade possui um alto grau de diversidade cultural interna, surge uma questão básica: em relação a qual “ambiente sócio-cultural”, dentre os vários em que os indivíduos participam, deveríamos estabelecer o grau de tensão, a fim de determinar se um certo movimento religioso é mais ou menos sectário?

Um tema relevante a esse respeito, por sua repercussão, é o da relação de certos movimentos religiosos com a cultura pública, particularmente a que é transmitida pelos meios de comunicação de massa.⁴ O repúdio da mídia por certos movimentos religiosos, porém, raramente se baseia nas características próprias dos movimentos e parece estar mais freqüentemente relacionado com o grau de identificação dos que produzem a cultura pública com os movimentos religiosos tradicionais e com a dose de pluralismo cultural que estão dispostos a aceitar. Essas características constituem atributos da cultura pública e da economia religiosa vigente, mais do que dos novos movimentos religiosos em si. Aparentemente, a única característica comum dentre os diversos movimentos que a cultura pública repudia é o seu caráter de “novidade” para aqueles que produzem tal cultura. Como “religião” está conotativamente associada a “tradição”, qualquer movimento religioso percebido como “novo” é automaticamente posto sob suspeita. Essa característica de novidade é, porém, muito melhor descrita pela expressão “novos movimentos religiosos” do que pelo termo “seitas”.

Por fim, uma consideração, que até certo ponto escapa dos limites da reflexão teórico-metodológica e se relaciona com o diálogo entre as ciências sociais e os membros da sociedade, é a carga valorativa negativa que

possui a palavra “seita” na cultura popular. Ninguém parece disposto a aceitar que o movimento religioso do qual participa constitui uma seita. Na cultura popular, “seita” associa-se invariavelmente a termos como invasão, destruição, cultos satânicos, fanatismo, risco, perigo, perversidade, lavagem cerebral etc. A estigmatização é suficiente para legitimar, em relação aos sectários, um comportamento que não seria admitido em outros seres humanos. Em conseqüência, a compreensão do uso do conceito de seita nas disciplinas sociais de forma não-valorativa, baseada em critérios empíricos, invariavelmente encontrará um obstáculo na forma de compreensão do leigo.

Análise do Processo de Conversão

Os estudos que analisam o processo de conversão aos novos movimentos religiosos fizeram muitas contribuições para a descrição e compreensão do fenômeno. Dentre elas se destacam: a diferenciação entre recrutamento, conversão e comprometimento religioso; a distinção entre adotar o comportamento de um grupo religioso e convicção religiosa; o estabelecimento de continuidades entre as crenças precedentes do indivíduo e as novas crenças adotadas; o papel dos estados alterados de consciência e da identificação afetiva com o grupo religioso no processo de conversão; a determinação de uma série de fatores próprios do indivíduo e de sua situação, freqüentemente presentes nas experiências de conversão (tais como frustrações, momentos de crise pessoal, busca religiosa, afrouxamento dos laços externos ao grupo religioso, interação intensa com os membros do grupo, comprometimento com o grupo, reinterpretação da biografia etc.) e o caráter permanente da conversão que, para se manter, requer a revalidação contínua através da interação com o grupo.

De um ponto de vista metodológico, os achados ressaltam, em primeiro lugar, a importância da observação participante para estabelecer o comportamento “fora de cena” nos novos movimentos religiosos. Por outra

parte, os estudos assinalam a reinterpretação das histórias de conversão conforme os termos do movimento, recomendando o acompanhamento mediante entrevistas e a observação dos convertidos potenciais, quando se quiser evitar tal reinterpretação.

Talvez a contribuição mais importante dos estudos de conversão religiosa empreendidos nos últimos anos seja a de que deles se desprende a visão do convertido como um sujeito ativo, que aprende novos significados a partir de sua interação com os membros do grupo e decide o curso de ação a tomar de acordo com seus objetivos e suas necessidades. Esse fato, no entanto, questiona a possibilidade de se estabelecer modelos fixos e universais do processo de conversão. Esses modelos, embora tenham chamado a atenção tanto para as predisposições como para os fatores situacionais freqüentemente presentes na conversão, parecem ser redefinidos continuamente, conforme o movimento religioso e os indivíduos em questão. Pode ser mais frutífero perguntar por que determinados “fatores” ou circunstâncias acham-se associados de forma tão extensa às experiências de conversão a diversos movimentos religiosos, em vez de supor que tal associação provenha de uma forma universal do processo de conversão, que seria mister “descobrir”.

A conceituação da conversão religiosa como uma mudança da identidade pessoal subjetiva, que é simultaneamente desejada pelo convertido e construída em sua interação com os membros do novo grupo, parece particularmente útil para explicar a reiterada presença de certos fatores e circunstâncias nas experiências de conversão. Por exemplo, a redefinição da própria biografia, que Berger e Luckmann apontam como constitutiva do processo de conversão, seria a consequência de uma redefinição da própria identidade. As “tensões largamente sentidas”, que os convertidos parecem experimentar em relação a problemas objetivamente categorizáveis como ordinários, parecem indicar — como afirmaram Bankston, Forsyth e Ford (1981) — certa desconformidade básica que poderia ter sua raiz em uma insatisfa-

ção com a definição de sua identidade pessoal subjetiva. A adoção de uma “perspectiva religiosa” para a resolução de problemas, converter-se num “buscador religioso” em vez de efetuar mudanças em outros aspectos da vida — como casar-se, mudar de residência ou de trabalho etc. — também parece relacionar-se com o fato de que a conversão religiosa é uma das únicas alterações capazes de produzir mudanças na totalidade da realidade, tal como esta é definida subjetivamente, possibilitando uma redefinição da própria identidade. Redefinir a própria identidade implica também cortar os laços — em termos físicos e mentais — com os que ajudavam a manter a identidade antiga, em favor da interação com os que tornaram possível a identidade nova. Os momentos de crise, onde os antigos métodos de resolução de problemas parecem não mais funcionar, constituem oportunidades particularmente adequadas para se decidir uma redefinição do eu com base em um novo universo de significados. Nesse sentido, os estados alterados de consciência, que freqüentemente parecem desempenhar um papel na conversão, proporcionam uma evidência experimental de que “ser outro” é possível.

A possibilidade de transcender os modelos mecânicos da conversão e estabelecer as motivações e as modificações nos significados que nela se produzem parece depender da realização de estudos onde a observação participante e, particularmente, o acompanhamento mediante entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas junto aos convertidos potenciais complementam a informação obtida por meio de questionários.

Novos Movimentos Religiosos e Mudança Social

Os estudos macrossociológicos dos novos movimentos religiosos chamaram a atenção para a vinculação de algumas características desses movimentos com processos registrados na sociedade moderna, tais como a secularização das igrejas tradicionais e da cultura pública, a fragmentação dos papéis e identidades sociais, a diversidade valorativa e

normativa, a decadência da idéia de progresso indefinido e o enfraquecimento das organizações de intermediação.

A nosso ver, a discussão dessas relações entre os novos movimentos religiosos e as transformações na sociedade moderna seria favorecida por um diálogo mais intenso com os estudos sobre conversão; por definições mais precisas dos termos da relação; por uma perspectiva histórica e por investigações empíricas das teorias, freqüentemente sustentadas *ex-post facto*.

De nosso ponto de vista, os estudos sobre conversão, se realizados sob a orientação das hipóteses referentes às relações entre mudança social e expansão dos novos movimentos religiosos, podem responder à questão central de se as relações macrosociológicas postuladas têm sentido do ponto de vista das decisões dos convertidos. Até o momento, no entanto, constata-se um divórcio entre os estudos microsociais sobre conversão e as teorias macrosociais que relacionam mudança social e novos movimentos religiosos.

A definição mais precisa de conceitos polissêmicos, como "secularização", ou muito genéricos, como "divórcio entre as esferas pública e privada", "enfraquecimento da família", "divergência valorativa e normativa" etc., facilitaria a investigação empírica dessas teorias macrosociológicas para a explicação do florescimento dos novos movimentos religiosos.

Uma perspectiva histórica, freqüentemente ausente nos estudos sobre novos movimentos religiosos, que costumam considerar inédito o fenômeno, permitiria a comparação com as efervescências religiosas do passado e, por conseguinte, a elaboração e o confronto de teorias em relação a um maior acúmulo de dados empíricos.

Novos Movimentos Religiosos e Pobreza

Os estudos sobre os novos movimentos religiosos na América Latina enfatizam como estes freqüentemente constituem estratégias de sobrevivência para as famílias pobres, ao lhes proporcionarem: meios mágicos para o acesso a maiores recursos, nos momentos em que a mobilização política perde vigor ou credibilidade como instrumento de melhoria social; um sentido sobrenatural para as dificuldades da vida; redes de ajuda mútua; e a base para uma elevação da auto-estima.

Com algumas exceções, no entanto, chama a atenção o fato de que as razões de caráter econômico ocupam um lugar quase exclusivo na explicação do aparecimento e desenvolvimento de novos movimentos religiosos na América do Sul. O fato de serem os pobres que majoritariamente aderem a esses movimentos não parece implicar necessariamente que as estratégias para sobreviver na pobreza sejam a causa universal de seu florescimento (Frigerio e Carozzi, 1992). A nosso entender, os estudos seriam favorecidos por um maior diálogo com as teorias sustentadas em outras áreas geográficas.

Não é preciso destacar a necessidade de estudos empíricos para confrontar as teorias; grande parte dos estudos que postulam relações diretas entre pobreza e filiação religiosa não apresentam dados sobre a composição sócio-econômica dos fiéis dos movimentos religiosos considerados, nem sobre os mecanismos concretos que ligam ambos os termos da relação.

(Recebido para publicação em outubro de 1993)

Notas

1. Um estudo empírico sobre o processo de conversão às religiões afro-americanas (Carozzi, 1992) parece apoiar essa hipótese.
2. Tais como os bairros homogêneos, as famílias extensas e os pequenos locais de trabalho com relações face a face entre seus membros.

3. Conforme veremos mais adiante, essa hipótese é frequentemente sustentada por aqueles que realizam estudos sobre os novos movimentos religiosos na América Latina, onde, segundo se afirma geralmente, as redes de solidariedade oferecidas por esses movimentos constituem uma resposta às situações de pobreza.
4. Pode-se consultar a respeito Beckford (1985) e, para um exemplo local, Frigerio (1991a, 1991b).

Bibliografia

- Ameigeiras, A.
1991 "Estrategias Proselitistas de Reclutamiento y Vida Cotidiana en Organizaciones Religiosas del Conurbano Bonarense". *Sociedad y Religión*, 8: 24-40.
- Anthony, D. e Robbins, T.
1974 "The Meher Baba Movement". In I. Zaretsky e M. Leone (eds.) *Religious Movements in Contemporary America*. Princeton, Princeton University, pp. 479-501.
- Anthony, D., Robbins, T., Doucas, M. e Curtis, T.
1978 "Patients and Pilgrims: Changing Attitudes Toward Psychotherapy of Converts to Eastern Mysticism". In J. Richardson (ed.) *Conversion Careers: In and Out to the New Religions*. Beverly Hills, Sage, pp. 43-64.
- Balch, R.
1980 "Looking Behind the Scenes in a Religious Cult: Implications for the Study of Conversion." *Sociological Analysis* 2(41): 137-143.
- Balch, R. e Taylor, D.
1977 "Seekers and Saucers: The Role of the Cultic Milieu in Joining an UFO Cult." *American Behavioral Scientist*, 20: 839-860.
- Bankston, W., Forsyth, C. e Floyd, H.
1981 "Toward a General Model of Radical Conversion". *Qualitative Sociology*, 4: 279-297.
- Beckford, J.
1982 "Beyond the Pale: Cults, Culture and Conflict". In E. Baker (ed.), *New Religious Movements: A Perspective for Understanding Society*. Nova York, Edwin Mellen, pp. 284-301.
1984 "Holistic Imagery and Ethics in New Religions and Healing Movements." *Social Compass* 31(2-3): 259-272.
1985 *Cult Controversies: The Societal Response to the New Religious Movements*. Londres, Tavistock.
- Berger, P.
1967 *The Sacred Canopy*. Nova York, Doubleday.
- Berger, P. e Luckmann, T.
1973 *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes.
- Bradfield, C.
1975 "Neo-Pentecostalism: A Preliminar Inquiry". Trabalho apresentado no Congresso Anual da Eastern Sociological Society.
1976 "Our Kind of People: The Consequences of Neo-Pentecostalism for Social Participation." Trabalho apresentado no Congresso Anual da Association for the Sociology of Religion.

- Bromley, D., Shupe, A. e Ventimiglia, J.
1983 "The Role of Anedoctal Atrocities in the Social Construction of Evil." In D. Bromley e J. Richardson (eds.) *The Brain-washing-Deprogramming Controversy: Sociological, Psychological, Legal and Historical Perspectives*. Nova York, Edwin Mellen, pp. 139-162.
- Camargo, C. P. F.
1961 *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo, Pioneira.
- Carozzi, M.
1991 "Religiões Afro-Americanas: Reencantamento em Buenos Aires". *Comunicações do ISEER*, 41(10): 68-74.
1992 *La Conversión a la Umbanda en el Gran Buenos Aires*. Conicet, Relatório Final, não publicado.
- Carozzi, M. e Frigerio, A.
1992 "Mamãe Oxum ey la Madre María: Santos, Curanderos y Religiones Afrobrasileñas en Argentina". *Afro-Asia*, 15: 71-85.
- Coleman, J.
1970 "Social Inventions." *Social Forces*, 49: 163-173.
- Doress, I. e Porter, J.
1981 "Kids in Cults." In T. Robbins e D. Anthony (eds.), *In God We Trust: New Patterns of Religious Pluralism in America*. New Brunswick, Nova Jersey, Transaction Books, pp. 297-302.
- Downton, J.
1980 "An Evolutionary Theory of Spiritual Conversion and Commitment: The Case of the Divine Light Mission." *Journal for the Scientific Study of Religion*, 19(4): 381-396.
- Dynes, R.
1957 "The Consequences of Sectarianism for Political Participation." *Social Forces*, 35: 331-334.
- Evans, C.
1973 *Cults of Unreason*. Nova York, Spectrum.
- Forni, F.
1992 "Emergencia de Nuevas Corrientes Religiosas o 'Iglesias Alternativas' sobre Fines de Siglo." *Sociedad y Religión*, 9:40-48.
- Frigerio, A.
1989 *With the Banner of Oxalá: Social Construction and Maintenance of Reality in Afro-Brazilian Religions in Argentina*. Tese de Doutorado não publicada, UCLA.
1991a "Nuevos Movimientos Religiosos y Medios de Comunicación: la Imagen de la Umbanda en Argentina." *Sociedad y Religión*, 8: 69-84.
1991b "La Umbanda no es una Religión de Ignorantes y Mediocres: Estrategias ante la Estigmatización de las Religiones Afrobrasileñas en Argentina." *Revista de Antropología*, 10: 22-33.
- Frigerio, A. e Carozzi, M. J.
1992 "Quiénes Asisten a los Templos de Religión Afrobrasileña en Argentina: Una Caracterización Socio-Económica y Motivacional". *Cadernos de Antropología*, 10. Porto Alegre (no prelo).
- Galliano, G.
1992 "Pentecostalismo, Pobreza Urbana y Relaciones Sociales en un Barrio del Gran Buenos Aires." Trabalho apresentado nas II Jornadas Sobre Alternativas Religiosas en los Sectores Populares de Latinoamérica, organizadas pela revista *Sociedad y Religión*. Buenos Aires, 24-25 de agosto de 1992.

- Gerlach, L. e Hine, V.
1970 *People, Power and Change*. Indianápolis, Bobs-Merril.
- Greil, A.
1977 "Previous Dispositions and Conversion to Perspectives of Social and Religious Movements." *Sociological Analysis*, 38(3): 115-125.
- Greil, A. e Rudy, D.
1984 "What Have We Learned from Process Models of Conversion? An Examination of Ten Studies". *Sociological Focus*, 17 (4): 306-323.
- Gordon, S.
1980 "You Can't Go Home Again". *Working Papers for a New Society*, 7(4): 10-12.
- Harris, M.
1981 *America Now: The Anthropology of a Changing Culture*. Nova York, Simon and Schuster.
- Heirich, M.
1977 "A Change of Heart: A Test of some Widely Held Theories about Religious Conversion." *American Journal of Sociology*, 83(3): 653-680.
- Hunter, J.
1981 "The New Religions: Demodernization and the Protest against Modernity." In B. Wilson (ed.), *The Social Impact of New Religious Movements*. Nova York, Edwin Mellen, pp. 1-20.
- Johnson, B.
1963 "On Church and Sect". *American Sociological Review*, 28: 539-549.
- Jules-Rosette, B.
1975 "The Conversion Experience: The Apostiles of John Maronke." *Journal of Religion in Africa*, VII(2): 132-164.
- Kelley, D.
1972. *Why the Conservative Churches are Growing*. Nova York, Harper and Row.
- Keniston, K.
1977 *All Our Children: The American Family Under Siege*. Nova York, Norton.
- Lofland, J. e Stark, R.
1965 "Becoming a World-Saver". *American Sociological Review*, 30: 862-874.
- Lynch, F.
1977 "Towards a Theory of Conversion and Commitment to the Occult." *American Behavioral Scientist*, 20(6): 887-908.
- Mariz, C.
1990 "Igrejas Pentecostais e Estratégias de Sobrevivência." In: J. Braga (ed.), *Religião e Cidadania*. Salvador, OEA/UFBA/EGBA, pp. 89-112.
- Mauss, A. e Petersen, D.
1974 "Les Jesus Freaks et Retour à la Respectabilité, ou la Prédiction des Fils Prodiges". *Social Compass*, 21(3): 283-301.
- Mc Guire, M.
1982 *Pentecostal Catholics: Power, Charisma and Order in a Religious Movement*. Filadélfia, Temple University.
- Niebuhr, H.
1929 *The Social Sources of Denominationalism*. Nova York, Henry Holt.

- O'Dea, T.
1966 *The Sociology of Religion*. Englewood Cliffs, Nova Jersey, Prentice Hall.
- Oro, A.
1992 "Religiones Populares y Modernidad en Brasil." Trabalho apresentado nas II Jornadas Sobre Alternativas Religiosas en los Sectores Populares de Latinoamérica, organizadas pela revista *Sociedad y Religión*. Buenos Aires, 24-25 de agosto de 1992.
- Pi Hugarte, R.
1992 "Cultos de Posesión y Empresas de Cura Divina en el Uruguay: Desarrollo y Estudios." *Sociedad y Religión*, 9: 26-39.
- Prandi, R.
1992 "Construcciones de Espacios Públicos de Expresión en Religiones Populares." *Sociedad y Religión*, 9: 4-14.
- Preston, D. L.
1981 "Becoming a Zen Practitioner". *Sociological Analysis*, 42: 47-55.
- Richardson, J.
1985a "The Active vs. Passive Convert: Paradigm Conflict in Conversion/Recruitment Research." *Journal for the Scientific Study of Religion*, 24(2): 163-179.
1985b "Studies of Conversion: Secularization or Reenchantment." In P. Hammond (ed.), *The Sacred in a Secular Age*. Berkeley, University of California Press, pp. 104-124.
- Richardson, J., Stewart, M. e Simmonds, R. B.
1978 *Organized Miracles: a Sociological Study of a Jesus Movement Organization*. New Brunswick, Nova Jersey, Transaction Books.
- Robbins, T.
1979 "The Sociology of Contemporary Religious Movements". *Annual Review of Sociology*, 5: 75-89.
1988 "The Transformative Impact of the Study of New Religious Movements on the Sociology of Religion". *Journal for the Scientific Study of Religion*, 27(1).
1991 *Cult Converts and Charisma*. Beverly Hills, Sage.
- Robbins, T. and Anthony, D.
1979 "The Sociology of Contemporary Religious Movements". *Annual Review of Sociology*, 4: 75-89.
- Snow, D. e Machalek, R.
1984 "The Sociology of Conversion." *Annual Review of Sociology*, 10: 167-190.
- Snow, D. e Philips, C.
1980 "The Lofland-Stark Conversion Model: A Critical Reassessment." *Social Problems*, 27(4): 430-447.
- Stark, R.
1985 "Church and Sect". In P. Hammond (ed.), *The Sacred in a Secular Age*. Berkeley, University of California Press, pp. 139-150.
- Stark, R. e Bainbridge, W.
1986 *The Future of Religion: Secularization, Revival and Cult Formation*. Berkeley, University of California.
- Straus, R.
1979 "Religious Conversion as a Personal and Collective Accomplishment". *Sociological Analysis*, 40(2): 158-165.

- Tarducci, M.
1992. "Servir al Marido como al Señor: Las Mujeres Pentecostales." Trabajo presentado nas II Jornadas Sobre Alternativas Religiosas en los Sectores Populares de Latinoamérica, organizadas pela revista *Sociedad y Religión*. Buenos Aires, 24-25 de agosto de 1992.
- Wilson, B.
1975 *The Noble Savage: The Primitive Origins of Charisma*. Berkeley, University of California

Almeida, Alfredo Wagner Berno de

Conflito e Mediação — Os Antagonismos Sociais na Amazônia segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 463 pp. Orientador: Luis de Castro Faria.

O trabalho de pesquisa foi organizado considerando-se três partes principais. A primeira delas trata das relações entre as instituições religiosas e os aparatos de Estado mediante as ocorrências dos chamados conflitos agrários. As entidades confessionais, tanto quanto a militância pastoral, aparecem premidas entre o peso da hierarquia eclesiástica e a trajetória ascendente daqueles que, emergindo dentro destes movimentos camponeses, parecem querer superá-las. A segunda privilegia o uso permanente de mecanismos repressivos e de controle social sobre os camponeses pelos aparatos de Estado. Aqui os fundamentos das disciplinas militares se opõem àqueles das disciplinas militantes, configurando um processo particular de “militarização”. A terceira trata da trajetória dos movimentos camponeses e da redefinição dos padrões tradicionais da relação política concomitante com a consolidação de uma existência coletiva.

Alves, Isidoro Maria da Silva

Promessa é Dívida. Valor, Tempo e Intercâmbio Ritual em Sistemas Tradicionais na Amazônia. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 228 pp. Orientador: Roberto Da Matta.

Estudo sobre patronagem na Amazônia no termos de uma sociedade relacional. Demonstra — a partir de trabalho de campo — que nos sistemas tradicionais, como o aviamento e os ciclos de festas, são valores fundamentais a lógica do compromisso e a reciprocidade. Estuda o intenso intercâmbio ritual em sistemas onde uma noção de tempo não-linear abrange ciclos e circuitos longos e profundos e nos quais a figura principal é o caboclo.

Araújo, Ricardo Benzaquen de

Guerra e Paz — Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos Trinta. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 315 pp. Orientador: Otávio Guilherme Velho.

Dedica-se sobretudo à análise de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, pretendendo demonstrar que ele ali trabalha com uma acepção plástica e ambígua do conceito de sociedade. Também discute outros livros publicados pelo autor na década de 30, examinando-se as transformações e continuidades experimentadas pelo seu desenho da época colonial sob a ação do processo civilizador que caracterizaria o nosso século XIX.

Barbosa, Andrea Claudia Miguel Marques

MASP — Um Museu e Seu Público. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994, 132 pp. Orientador: Gilberto Velho.

O objetivo deste trabalho é a análise da relação público/museu no estudo de caso sobre o Masp — Museu de Arte de São Paulo. A análise segue a orientação do interacionismo simbólico, procurando perceber, por intermédio do departamento do público e do corpo técnico do museu, o lugar que o Masp ocupa na cultura brasileira. A primeira etapa traça um histórico do museu da Fundação dos anos 90; a segunda descreve a organização interna por meio do discurso do *staff* do museu e a terceira, trata da descrição do público do museu, suas expectativas e opiniões.

Bezerra, Marcos Otavio

A Prática da Corrupção no Brasil. Um Estudo Exploratório de Antropologia Social. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 339 pp. Orientador: Moacir G. S. Palmeira.

Análise exploratória da corrupção no Brasil da perspectiva das relações sociais que fundamentam as práticas assim designadas. O estudo é efetuado a partir da descrição e análise de três “casos” de corrupção amplamente divulgados, a saber, o “caso Valença”, o “caso Capemi” e o “caso Coroa-Brastel”. A idéia de que as relações pessoais — como amizade, parentesco e conhecimento, entre outras — possuem um caráter prático, e a concepção de que a mobilização das ligações pessoais toma a forma de redes pessoais, são particularmente utilizadas para a explicação das práticas corruptas e corruptoras. Sugere que as ligações de caráter pessoal constituem uma espécie de capital/social acionado por pessoas posicionadas ou não no Estado a fim de que tenham acesso, por sua vez, a pessoas ou recursos materiais e institucionais do mesmo. Conclui-se não só que essas redes pessoais atravessam o Estado (e a sociedade) e que, desse modo, as ações fundadas em relações de caráter pessoal estão incorporadas e são responsáveis, tanto quanto os procedimentos formais, pelo modo como opera o Estado brasileiro, mas também que as práticas corruptas fundam-se em instituições e mecanismos mais gerais da sociedade.

Brites, Jurema

Aprendiz de Bacana: Mobilidade Social e Sociabilidade em uma Terreira Afro-Brasileira. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 173 pp. Orientadora: Cláudia Fonseca.

Em um bairro popular de Porto Alegre, um grupo de trabalhadores experimenta um movimento de ascensão social. Analisa uma terreira afro-brasileira enquanto ordenadora simbólica desse processo. Os elementos do universo religioso deste grupo serão relacionados ao *ethos* de classe construído mediante a vivência cotidiana específica dos grupos populares urbanos.

Caniello, Márcio de Matos

Sociabilidade e Padrão Ético numa Cidade do Interior: Carnaval, Política e Vida Cotidiana em São João Nepomuceno – MG. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 341 pp. Orientador: Roberto Augusto Da Matta.

Objetiva identificar, por meio de levantamento etnohistórico, as mudanças e permanência do *ethos* pessoalizante tradicional de uma pequena cidade, em face de sua inserção no de-

envolvimento do capitalismo no Brasil republicano. Considerando o faccionalismo, ao âmbito político e ritual, como um dos elementos mais importantes de sua estrutura social, procura investigar como ele se comporta diante da pressão modificadora imposta pela hegemonização da ética individualista característica do capitalismo. Conclui que o faccionalismo, apesar de sofrer modificações, foi capaz de manter seu nexos estrutural e sua importância na sociabilidade da pequena cidade. Esta manutenção é garantida por um “processo de modulação ética” que legitima, por meio de operações inconscientes, uma combinação ideológica do padrão pessoalizante tradicional com as tendências individualistas modernas, constituindo-se um “padrão ético dúplice”.

Cardoso, Maria Lucia de Macedo

Do Taypi a Aqwa: Dualismo, Gênero e Desenvolvimento nos Andes Bolivianos. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1993, 164 pp. Orientadora: Rita Laura Segato.

Analisa a concepção de gênero construída pelas populações e como ela está presente hoje nas comunidades rurais da Bolívia. Na primeira parte, considera como a cosmovisão, ainda baseada no dualismo, ganha especial sentido no sistema de gênero, onde as relações entre homens e mulheres possuem um caráter de oposição complementar, hierárquica e relacional, embora cada um domine esferas compartimentadas. A partir dessa perspectiva, busca compreender o significado da forma de participação de homens e mulheres em um projeto específico de desenvolvimento — o Projeto de Produção de Leite — demonstrando que a lógica dual, que dá sentido ao mundo andino, é recriada e revivida constantemente, levando a uma reinterpretação das ações de desenvolvimento.

Cavalcanti, Lauro

Preocupações do Belo: Monumentos do Futuro e do Passado na Implantação da Arquitetura Moderna Brasileira. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 238 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Realiza uma análise da gênese do momento, no final dos anos 30 e início da década de 40, em que se produziu a revolução estética na arquitetura “moderna” brasileira. São examinadas as condições sociológicas para o surgimento de novos cânones estéticos, assim como a origem de formas novas e nova formação do campo. A hipótese principal é a de que os arquitetos “modernos” conquistam a posição de dominantes, desde a década de 40, ao vencerem o debate com seus oponentes “neocoloniais” e “acadêmicos” nas seguintes frentes: a construção de monumentos estatais para o Estado Novo, a instauração de um serviço de patrimônio responsável pela constituição de um “capital simbólico nacional” e a proposição de projetos de moradias econômicas para a implantação, no País, de uma política de habitação popular.

Chagas, Miriam de Fátima

Uma Mão Lava a Outra: A Interação de Grupos Populares com a Rádio Farroupilha. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 241 pp. Orientadora: Cláudia Fonseca.

Aborda a relação entre um meio de comunicação, enquanto expressão da “cultura de massa”, e a cultura de grupos populares, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada nas dependências de uma emissora radiofônica de Porto Alegre, a Rádio Farroupilha. Essa rádio “popular” tem como característica permitir a presença de seu público nos estúdios da emissora para solicitar diversos serviços. A ênfase na leitura dos comportamentos de sociabilidade

e reciprocidade permite detalhar as mediações culturais que ligam, material e simbolicamente, grupos populares ao programa "Comando Maior".

Chaves, Christine de Alencar

Festas Políticas e Modernidade no Sertão (Buriis-MG). Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1993, 270 pp. Orientadora: Mariza G. S. Peirano.

Este trabalho, realizado a partir da experiência de campo em um município do nordeste mineiro, Buriis, coloca em relevo uma abordagem antropológica da política, considerando-a sob a perspectiva dos valores e práticas nativos, compreendendo-a como fato de significação. Toma como foco interpretativo festas políticas em que, repletas de ambigüidades, são dramatizadas relações e valores políticos contraditórios. Situando as festas políticas em seu contexto sociológico e histórico, problematiza, a partir da ambivalência presente nas próprias festas e na apreciação nativa a seu respeito, o sentido de modernidade veiculado como projeto político.

Ciprandi, Olivio

A Modernização da Agricultura e seus Impactos sobre a Reestruturação da Produção Familiar — O Caso do Paraná e do Rio Grande do Sul. Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993, 334 pp. Orientadora: Ana Celia Castro.

Analisa o tipo e o tamanho dos estabelecimentos rurais presentes na agricultura durante o predomínio do paradigma tecnológico moderno, o que exerce uma força no sentido do crescimento das escalas de produção de cada estabelecimento. Para tanto, analisou as implicações das tecnologias modernas sobre o tamanho ou sobre as escalas de produção e sobre o tipo de estabelecimento rural nos países desenvolvidos e nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. No caso destes estados, além de uma análise geral, estudou o comportamento específico das escalas de produção na cultura da soja. Conclui que efetivamente as tecnologias modernas implicam maiores escalas de produção e que estas podem ser obtidas em estabelecimentos de tipo familiar. Entretanto, seu comportamento é diferente nos países desenvolvidos e no caso do Paraná e Rio Grande do Sul, em função das diferenças de contexto econômico e social em que ocorreu o processo de modernização da agricultura.

Côrrea, Alexandre Fernandes

Festim Barroco — Um Estudo sobre o Significado Cultural da Festa de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes dos Guararapes. Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 186 pp. Orientador: Roberto Mauro Cortez Motta.

A festa de Nossa Senhora dos Prazeres e da Pitomba acontece há três séculos, no alto dos Montes Guararapes em Pernambuco. Partindo de uma discussão sobre o conceito de barroco, desenvolve a investigação em busca das origens históricas do culto a esta santa católica, tanto em Portugal como no Brasil, onde encontra-se sincretizada com dois orixás Iorubás (Obá e Oxum). Em seguida, realiza uma descrição etnográfica da festa na sua dimensão religiosa, controlada pela Igreja católica, e na sua dimensão profana e cívico-popular. Apresenta algumas hipóteses em relação ao significado cultural desses eventos, muito mais comuns na sociedade brasileira. Eles trazem em si o traço de uma identidade cultural ibero-americana, e constituem-se de fato na imagem barroca de nossa civilização, que possui uma unidade simbólica historicamente estruturada. Isso é constatado por meio da análise da expressão cultural de santos católicos como a Virgem de Guadalupe, no México, a Nossa Senhora de Nazaré,

em Belém do Pará, além de tantas outras espalhadas pelo nosso continente, moldando assim o que se tem chamado ultimamente de a América Barroca.

Cortizo, Maria del Carmen

“Desde estos Mismos Balcones...”: Direito e Legitimidade no Primeiro Peronismo. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1994, 180 pp. Orientador: Octávio Ianni.

Muitas são as perguntas ainda sem respostas em relação às questões abertas pelo peronismo no passado, e as que continuam a se abrir no presente. Neste trabalho tenta-se suscitar mais interrogações, em uma vertente para análise e a reflexão pouco explorada; trata-se da problemática (teórica e prática) aberta pelo direito sancionado durante o primeiro governo peronista, na década de 1940. A linha diretriz da pesquisa é uma pergunta que se coloca no relacionamento do líder com as classes populares. A partir dessa instância, reflete sobre as conseqüências produzidas pelas mudanças que atingiram a ordem jurídica argentina, em dois sentidos: (a) como corroboração das modalidades de constituição do movimento peronista, que importavam a subordinação das classes trabalhadoras ao projeto de Perón; e (b) como âmbito de legitimação do poder político representado no estado peronista. Tenta elucidar as problemáticas sumariamente apresentadas por meio da análise dos discursos de Perón, dos textos dos juristas mais relevantes do período, e das manifestações do Direito em sentido amplo (leis, decretos, regulamentações, jurisprudência).

Coutinho, Mônica Roque

Telenovela e Texto Cultural: Análise Antropológica de um Gênero em Construção. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 239 pp. Orientador: Gilberto Cardoso Alves Velho.

Este estudo incide sobre um importante produto da indústria cultural no País, vale dizer, a telenovela brasileira. A análise focaliza a narrativa da telenovela global “Barriga de Aluguel” (1990-91), de autoria de Glória Perez, que foi ao ar no horário das 18 horas, caracterizando-a como um “texto cultural”. O objetivo é investigar o conjunto de símbolos e representações que, no enredo, fornece um mapa e uma “teoria” da sociedade, onde o palco é a cidade do Rio de Janeiro. Verifica-se como a telenovela, em sua pretensão de crônica do social, pode assumir um enfoque “sociologizante”, especialmente quando resgata, na dramaturgia, episódios, dilemas e questões da sociedade atual.

Deccache-Maia, Eline

Trabalho x Criminalidade: O Destino Traçado para as Crianças e Adolescentes das Classes Populares. Mestrado em Sociologia Urbana, IFCS/UFRJ, 1994, 158 pp. Orientador: Maria Rosilene Barbosa Alvim.

O estudo mostra que existe um movimento circular na sociedade brasileira que vê o trabalho como “antídoto” contra a entrada de crianças e adolescentes das classes populares no mundo do crime. Subjacente a esta idéia, existe um estreito vínculo entre pobreza e criminalidade. São abordadas, para tanto, experiências no município do Rio de Janeiro. Robert Merton, por intermédio de seu texto “A Profecia que se Cumpre por Si Mesma”, serve de base para esta argumentação. A concepção do trabalho enquanto antídoto para a criminalidade é uma “profecia” que parte de um falso enunciado — a existência de um vínculo entre pobreza e criminalidade. Isto acaba por gerar um círculo vicioso no qual o trabalho aparece como a única saída para as crianças e adolescentes das classes populares.

Echeverria, Thais Martins

Caipiras e Samurais Modernos: Um Estudo sobre Pequenos Proprietários na Microbacia do Rio Cachoeira. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1993, 180 pp. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

Estuda como pequenos agricultores familiares respondem aos impactos modernizadores do processo de expansão urbano-industrial. Focaliza dois grupos de agricultores que vivem e trabalham na microbacia do Rio Cachoeira, em Piracaia (SP). A modernidade é entendida não como meta, mas como resultado da sincronia com a contemporaneidade. As temporalidades presentes nos "mundos da vida" dos agricultores estudados são analisadas como chave de leitura e inserção à modernidade. Evidencia um gradiente de maneiras de ser agricultor e praticar agricultura que vão do "caipira moderno", que planta de acordo com os ciclos lunares seus alimentos básicos e produz rosas para o mercado, até o produtor familiar modernizado que produz flores em estufas para ajustar os ciclos naturais das espécies.

Esteves, Fernanda Maria M. Xavier

Modernidade em Questão: A Inserção das Mulheres na Medicina. Uma Profissão Tradicionalmente Exercida por Homens. Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 1993, 178 pp. Orientadora: Neuma Aguiar.

Analisa as mudanças ocorridas na Medicina no período de 1960 a 1990. Duas temáticas se destacam no decorrer da análise: a racionalização da profissão e a inserção das mulheres na mesma. Para melhor compreensão desses fenômenos recorre às teorias da modernidade, dando ênfase aos argumentos habermasianos, segundo os quais se observa que cada esfera social se moderniza em uma velocidade própria. É o que comprova ao correlacionar a modernização da Medicina com as transformações das relações de gênero na família.

Ferreira, Iara Vasco

Mulheres e Bíblia — A Contribuição do Movimento Popular de Mulheres do Paraná para o Estudo das Relações de Gênero. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1993, 177 pp. Orientadora: Paola Cappellin Giuliani.

A prática de reflexão bíblica na ótica da mulher, desenvolvida pelo movimento popular de mulheres do Paraná — MPMP, foi analisada sociologicamente a partir de uma investigação de campo que contou com aplicação de questionários e entrevistas gravadas com as participantes do movimento, além de revisão documental (relatórios de encontros, cartilhas etc.) e bibliográfica. Nosso objetivo consistia em percorrer o caminho trilhado pelo MPMP relacionando o significado dos conteúdos simbólicos embutido nessa prática a uma concepção religiosa do mundo verificada no perfil de suas integrantes. Concluímos que o movimento desponta com originalidade no cenário político, contribuindo para o debate das relações de gênero através da construção de um referencial de feminilidade que procura romper com o modelo patriarcal das relações de gênero.

Flanzer, Vivian

Muros Invisíveis em Copacabana — Uma Etnografia dos Rodeslis na Cidade do Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994, 233 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Objetiva demonstrar de que forma os rodeslis, judeus sefaradis que migraram da Ilha de Rodes para o Rio de Janeiro entre os anos 20 e 30, se identificam e se organizam enquanto

grupo nessa cidade. Centrado na literatura sobre grupos étnicos e etnicidade, privilegia o discurso dos rodeis e suas histórias de vida. Mostra como, em Rodes, o grupo social era indissociado do religioso e adotava uma organização formal de base étnica. Com a dominação italiana da ilha e as novas condições econômicas e sociais daí surgidas, inicia-se um processo de dissociação entre grupo social e religioso. A emigração, a política anti-semita e, depois, o contato com outros grupos judeus no Rio completam esse processo. Os rodeis nesta cidade adotam uma forma de organização informal e identificam-se mediante categorias relativas e situacionais.

Fontolan, Tania Regina

Mulher e Representatividade no Espaço Público: A Participação Feminina no Tribunal do Júri. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1994, 202 pp. Orientadora: Guita Grin Debert.

Analisou a participação feminina no Tribunal do Júri de Americana (SP), buscando entender como se dá a inserção das mulheres nessa esfera em que a idoneidade, a isenção e a representatividade dos interesses gerais deve marcar cada um de seus participantes. Analisando as listagens de jurados entre os anos 1955-1992, observa que as mulheres passaram a ser selecionadas em maior quantidade — 40% — nas listas após 1980. Todas as selecionadas trabalham fora do espaço doméstico, em ocupações consideradas qualificadas. Os agentes da Justiça, no entanto, consideram o julgamento feminino inferior, atribuindo-lhe uma emotividade natural, que embaçaria sua objetividade e imparcialidade. As juradas, a todo momento, procuram mostrar que estão plenamente conscientes que, em um julgamento, só o texto da lei deve ser respeitado e procuram afastar a suspeita de que julgam mais com a emoção que com a razão. Elas corroboram, portanto, a lógica judiciária.

Franzoni, Tereza Mara

As "Perigosas" Relações entre Movimento Popular/Comunitário e Administração Pública Municipal na Ilha de Santa Catarina. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 251 pp. Orientador: Rafael José de Menezes Bastos.

Trata das relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal, nos anos de 1989 e 1990, na Ilha de Santa Catarina. Tem como referência comparativa a década de 80, período em que esse movimento se constituiu em um novo interlocutor da administração, em suas relações com a "população". Estabelece um diálogo com os estudos sobre os novos movimentos sociais procurando mostrar a contribuição do trabalho de campo, desenvolvido pela antropologia, para esses estudos. Todo o trabalho é permeado pelas reflexões da autora sobre suas próprias ambigüidades decorrentes de seu envolvimento com os grupos que trabalhou e da busca de manter em seu texto a "polifonia" encontrada em campo.

Giraldin, Odair

Cayapó e Panara. Luta pela Sobrevivência de um Povo. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1994, 208 pp. Orientadora: Vanessa Rosemary Lea.

Trata da história dos Cayapó (também conhecidos como Kayapó do Sul) nos séculos XVIII, XIX e princípios do XX, procurando abordá-la a partir de nova interpretação da documentação existente e por meio de novas fontes descobertas durante a pesquisa. Dentre as últimas, incluem-se duas novas listas de palavras encontradas pelo autor no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as quais indicam que os Cayapó são, linguisticamente, idênticos aos Panara. Procurou, a partir dessa relação, compreender a história do contato a partir do ponto de vista da cultura Cayapó, utilizando suas informações etnográficas, relacionando-as com os

dados sobre os Panara. Concluiu que o caráter guerreiro dos Cayapó, não deixando sobreviventes em seus ataques, serviu como ponto para se criar uma imagem dos Cayapó como um dos grupos mais belicosos do interior do Brasil Colonial. Mas esta imagem pode ser desconstruída ao se compreender a organização social e a cultura do grupo. Nos dois capítulos finais, trata dos demais aspectos da história dos Cayapó do período acima mencionado. Encerra o trabalho com uma proposta de rota migratória e com as diversas listas de palavras Cayapó em apêndice.

Goldenberg, Mirian

Toda Mulher é Meio Leila Diniz. Gênero, Desvio e Carreira Artística. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994, 373 pp. Orientador: Afrânio Raul Garcia Júnior.

A tese foi construída em torno da seguinte questão: por que Leila Diniz é recorrentemente lembrada como uma mulher “revolucionária” e um símbolo das transformações dos papéis femininos ocorridas na década de 60? Por meio da análise da trajetória de Leila Diniz, procura pensar uma série de questões relacionadas à construção social da identidade feminina no Brasil, tais como: (1) os padrões socialmente considerados normais ou desviantes em termos de sexualidade, conjugalidade e maternidade; (2) as representações sociais sobre os papéis masculinos e femininos; e (3) as representações sociais sobre a vida de atriz.

Guedes, Sebastião Neto Ribeiro

Assentamentos: Contragolpe na Apropriação da Renda ou na Luta pela Terra. Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 1993, 163 pp. Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva.

Analisa os assentamentos de trabalhadores rurais ocorridos no município de Araraquara (SP) a partir de 1985. O eixo de análise é a teoria da renda fundiária, entendida como relação social de distribuição do valor criado na agricultura. Mediante esta ótica, foi possível detectar o conjunto de forças sociais que atuam no campo: o âmbito da política na análise dos conflitos e contradições decorrentes da implantação de assentamentos rurais.

Guimarães, Maria Eugenia

Modernização Brasileira no Pensamento de Celso Furtado. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1993, 165 pp. Orientador: Jorge Lobo Miglioli.

Exame do pensamento de Celso Furtado, no período de 1945 a 1964, abordando principalmente sua visão de modernização brasileira, em particular a planificação, realizada por meio do Estado, e o papel dos intelectuais nesse processo.

Hitomi, Alberto Haruyoshi

Ideologia: Relações Sociais e Subjetividade — Estrutura Ideológica e Formas Sociais de Consciência. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1993, 289 pp. Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

Desenvolve uma formulação adequada atualizada da ideologia em uma perspectiva que integre o campo das relações sociais e da subjetividade a partir de Gramsci. Realiza uma revisão do conceito da ideologia em Marx, Engels, Lukács, Labriola, Lênin e Karshem. Somente em Gramsci encontra uma formulação adequada de ideologia, em sua gnoscologia da política e uma metodologia de estudo da ciência política e da história, fundamentos político-científicos da estratégia da hegemonia.

Iglesias, Marcelo Manuel Piedrafita

O "Astro Luminoso": Associação Indígena e Mobilização Étnica entre os Kaxinawá do Rio Jordão. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 473 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Descreve e analisa o processo de criação do Astro Luminoso no rio Jordão. A construção dessa sede central da área indígena no ano de 1990 fazia parte de um renovado modelo de organização política e econômica para o grupo Kaxinawá. Ao longo da dissertação são apresentadas algumas hipóteses interpretativas a respeito do que o tema tratado permite apontar em termos das dinâmicas e das temporalidades próprias da política entre os Kaxinawá do rio Jordão, assim como dos rumos tomados pelos processos de reorganização política e social protagonizados pelos membros deste grupo desde meados da década de 70.

Kuschnir, Karina

Política e Mediação Cultural — Um Estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 151 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Análise da cultura política do vereador carioca, feita a partir de um trabalho de campo realizado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Observando as relações entre o Legislativo, a população e o Poder Executivo da cidade, propõe-se que o papel do vereador seja visto não apenas como o de um mediador político entre essas partes, mas também como o de um mediador cultural. Em uma metrópole como o Rio de Janeiro, complexa e heterogênea, esse papel evidencia a habilidade do vereador em mediar alianças e trocas entre diferentes níveis da sociedade, que são também diferentes níveis de cultura, com seus códigos e valores distintos. A análise do exercício da vereança carioca revela também as especificidades que essa classe política adquire quando socializada na cultura institucional da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Maciel, Débora Alves

Vampiros, Lobisomens e Assombrações: Um Estudo sobre as Relações entre Padrões Temporais e Ordem Social. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 139 pp. Orientador: Antônio Luiz Paixão.

Discute o papel dos padrões temporais na institucionalização da rotina social, e a importância do estudo sobre os usos do tempo para a compreensão dos mecanismos de construção e manutenção da ordem social nas sociedades urbano-industriais. A divisão dia e noite é considerada como uma ilustração das dimensões práticas e morais envolvidas na distribuição temporal das atividades sociais. Ressalta, nesta análise, os conflitos de natureza política e simbólica presentes na expansão dos usos da noite, tendo em vista as implicações dessa expansão na ampliação do espaço público urbano.

Mafra, Clara Cristina Jost

Autoridade e Preconceito — Estudos de Caso sobre Grupos Ocupacionais das Classes Médias em Campinas. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1993, 220 pp. Orientadora: Maria Correa.

Na insuficiência de um princípio de necessidade ou expropriação, as classes médias são os segmentos sociais que com maior evidência negociam a legitimidade da posição social a partir de noções de prestígio e signos de conforto. Pode-se dizer que se encontram em uma posição

social limiar, constrangidas entre um mundo social “naturalmente” constituído e os aspectos arbitrários da posição. Procura descrever a vivência dessa situação social limiar em três grupos ocupacionais em Campinas — um grupo de bancários do Banco do Brasil, um de pequenos comerciantes instalados na região central da cidade e um de donas de casa das classes médias. Explora a tensão entre as visões de mundo constituídas nos grupos e as problematizações elaboradas pelos atores na medida em que reconhecem seus aspectos arbitrários. Analisa ainda, a partir da justaposição dos estudos de caso, a correlação entre o modo como se estabelece a autoridade em diferentes situações e a formação de preconceitos com os que não são iguais, que são preferencialmente os pobres.

Marques, Eduardo Cesar

Desigualdades Sociais e Infra-Estrutura Urbana: A Produção dos Equipamentos de Saneamento no Rio de Janeiro. Mestrado em Planejamento Urbano, IPPUR/UFRJ, 1993, 120 pp. Orientador: Luis Cesar Q. Ribeiro.

Trata da distribuição recente dos investimentos em saneamento básico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estuda as inversões da Cedae no período 1975-91, qualificando a hipótese de que teriam ocorrido transformações no padrão de distribuição dos investimentos, principalmente como efeito das transformações acontecidas recentemente na sociedade brasileira e em seus espaços metropolitanos.

Martins, Sílvia Aguiar Carneiro

Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais. Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 230 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Descreve dados etnográficos sobre o grupo indígena Xucuru-Kariri a partir de informações que se relacionam com *situações históricas* em que esses índios estão inseridos, obtidas em pesquisa de campo de observação direta. Para abordagem da temática terra/territorialidade indígena e ações indigenistas durante a história, realizou levantamento histórico-documental. Utilizando orientação teórico-metodológica sobre o contato interétnico enquanto *situação de interação*, teve como preocupação focalizar a presença/atuação de agentes históricos presentes em variados contextos. Considerando ambas as abordagens sobre o fenômeno da etnicidade, segundo *instrumentalistas* e *primordialistas*, tenta estabelecer empiricamente ênfase teórica sob essas diferentes abordagens, chegando a constatar que a questão dos grupos étnicos indígenas no Nordeste, tomando os Xucuru-Kariri como um estudo de caso, está fundamentalmente relacionada a contextos políticos contemporâneos.

Meira, Marcio Augusto Freitas de

O Tempo dos Padrões: O Extrativismo da Piaçava entre os Índios do Rio Xié (Alto Rio Negro). Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1993, 127 pp. Orientador: Robin Michael Wright.

Estuda o extrativismo da piaçava na região do alto rio Negro (AM). Procura inicialmente contextualizar aquela região tanto do ponto de vista geográfico, quanto histórico, enfatizando a atividade extrativa apontada, que é realizada basicamente por uma população indígena (povos Wereken, Baré, Baniwa da família Aruak). Apresenta uma descrição etnográfica sobre a produção da piaçava por esses índios, habitantes do rio Xié. A partir dessa descrição, faz uma análise da importância do extrativismo na história do contato entre índios e brancos do alto rio

Negro, partindo tanto de informações bibliográficas e de arquivo, como também da tradição oral indígena.

Mello, Gláucia Boratto Rodrigues de

Caetano Veloso: Um Estudo de Símbolos e Mitos. Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 232 pp. Orientador: Russell Parry Scott.

Estudo das canções de Caetano Veloso — de autoria exclusiva — em que se procurou, por meio da recorrência e da dinâmica das imagens e símbolos veiculados, identificar os mitos diretivos do texto cultural (entendido como a obra poético-musical de Caetano), que estruturaram a produção artística desse cantor e compositor de MPB. Para tal, recorreu à “mitodologia” do filósofo e antropólogo francês Gilbert Durand, mais especificamente à sua mitocrítica, apontando para uma ampliação ao contexto histórico-cultural brasileiro, a partir dos anos 60.

Miller, Francisca de Souza

A Organização Social de uma Comunidade de Pescadores-Agricultores do Litoral Sul do Rio Grande do Norte. Mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 142 pp. Orientador: Roberto Mauro Cortez Motta.

Investiga a organização social dos pescadores-agricultores dentro de um contexto ecológico, na comunidade de pesca da Barra de Tabatinga (RN), em face das mudanças introduzidas por turistas e veranistas, a partir da década de 1980. Mostra que, nessa comunidade, a organização social do trabalho e a divisão da produção não seguem o padrão tradicional de outras comunidades de pesca artesanal. Aponta, ainda, para a necessidade de se distinguir pensamento (êmica) de comportamento (ética), já que além de distintos os eventos mentais e comportamentais podem ser vistos de duas perspectivas diferentes: a dos próprios participantes (informantes) e a dos observadores (pesquisadores). Conclui que a ausência de estratificação social e a baixa produtividade se deve à tecnologia rústica ainda utilizada por esses pescadores, para quem o excedente de produção é suficiente apenas para sobreviver, uma vez que o lucro marginal do capital é muito baixo em relação ao retorno do trabalho.

Mocellin, Maria Clara

Narrando as Origens: Um Estudo sobre a Memória Mítica entre Descendentes de Imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 202 pp. Orientador: Ari Pedro Oro.

Procura compreender como a memória mítica é construída entre descendentes de imigrantes da região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Para tanto, analisa as narrativas produzidas pelos colonos, narrativas estas portadoras de sentido mítico acerca de suas origens familiares nas diferentes gerações.

Morales, Lúcia Arrais

A Feira de São Cristóvão: Um Estudo de Identidade Regional. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 193 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Analisa as categorias de identidade regional utilizadas por feirantes e frequentadores da Feira de São Cristóvão, conhecida também como Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraibas. Ela funciona todos os fins de semana e localiza-se no bairro de São Cristóvão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Privilegia o discurso dos nordestinos, e adota uma abordagem relacional para tratar das questões que os grupos nordestino e carioca vivem na Feira de São Cristóvão.

Desta mesma perspectiva, analisa as disputas internas do grupo nordestino. Procura mostrar a construção social das práticas e das atitudes consideradas como inerentes a estes grupos. Conclui que, na relação entre cariocas e nordestinos, as categorias de identidade utilizadas são situacionais e não unívocas. Da mesma forma, aponta para um conjunto de identidades: umas vinculadas à raça, outras à região e outras aos estados, presentes no interior do grupo nordestino.

Noronha, Marcio Pizarro

Máscara de Metamorfose — Representações Sociais sobre o Corpo Masculino em Halterofilistas e Bailarinos. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 463 pp. Orientadora: Ilka Boaventura Leite.

Partindo da discussão teórica do interpretativismo, da pós-modernidade em Antropologia e do genealogismo metodológico (Nietzsche e Foucault), realiza um estudo no qual o saber etnográfico conflui para a forma literária, em um modelo de escritura em que a subversão da relação sujeito-objeto se configura em procedimento de subjetivação. Disso resulta uma etnografia experimental, um fluxo de textos e vozes (polifonia). Na análise destes corpos escritos, recorre à trajetória estruturalista de abordagem do corpo e às abordagens pós-estruturalistas. Para a realização de tal tarefa, observa e realiza o trabalho de campo em academias de halterofilismo e escolas de dança, dando atenção específica em um recorte de gênero, do corpo masculino e as representações sociais nele presentes. Do corpo gramaticizado, da cultura, estrutural, busco desvelar a passagem para a a-estruturalidade de um corpo barroco, em uma transgressão dos limites codificados do corporal, alçando vôo para o incorporal e o devir-eferescente (Guattari).

Oliveira, Célio Alves de

Construção e Permanência do Mito de João Maria de Jesus na Região do Contestado. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 187 pp. Orientador: Ari Pedro Oro.

Analisa a construção e permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado (SC). Mostra que esse mito não pode ser pensado como um ato neutro, deslocado de um contexto sócio-cultural e religioso, e que ele preencheu sentidos diferentes para os atores sociais segundo os momentos históricos. Ele foi um mito messiânico no passado e um mito em torno do qual a população regional constrói a sua identidade nos dias atuais.

Oliveira, Cleide de Fátima Galiza de

Cúmplices na Sobrevivência — ONGs Populares e Infância Desassistida. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 165 pp. Orientadora: Alexandrina Sobreira de Moura.

Analisa o papel das ONGs populares no atendimento de jovens socialmente desassistidos, considerando o tipo de trabalho — preventivo e conscientizador — proposto por essas entidades. A intensificação de programas direcionados ao segmento infanto-juvenil ocorreu na década de 80, impulsionados por movimentos sociais que eclodiram em todo o país consubstanciados, posteriormente, no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Em que pesem as dificuldades de ordem diversa, os reflexos das ações desenvolvidas por estas entidades sobre os beneficiários, podem ser demonstradas em uma escala decrescente, partindo-se de ações mais efetivas, para efeitos menos abrangentes. Assim, as ONGs populares em

questão podem ser consideradas garantidoras da tranquilidade familiar; remediadoras da ineficácia do Estado — laboratórios de experimentos; incubadoras de mudança social.

Pansardi, Marcos Vinicius

Republicanos e Operários: Os Primeiros Anos do Movimento Socialista no Brasil (1889-1903). Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1993, 247 pp. Orientador: Armando Boito Junior.

Estuda os grupos socialistas que surgiram no período compreendido entre 1889 (ano da Proclamação da República) e 1903 (focalizando os desdobramentos do Congresso Socialista de 1902). O movimento socialista nasce do duplo incentivo proporcionado por dissidentes republicanos, descontentes com o não-cumprimento, por parte da República, das promessas democráticas e igualitárias, pela ascensão do movimento operário, que buscava sua identidade a partir da organização via partido político da classe. É na tensão entre o apoio ou indecência em face do republicanismo que marca a vida política do proletariado e do movimento socialista do período. A visão de mundo, os ideais e as propostas desses primeiros grupos socialistas são analisadas, revelando uma diversidade de matizes ideológicos: socialistas utópicos, comunistas coletivistas, reformistas.

Prado, Rosane M.

Mitologia e Vivência da Cidade Pequena nos Estados Unidos. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 210 pp. Orientador: Roberto A. Da Matta.

A “mitologia da cidade pequena”, associada à polaridade cidade grande-cidade pequena, recobre um conjunto de representações e valores positivos e negativos sobre a cidade pequena conforme, correspondentemente, seja representada a cidade grande. Essa mitologia, até um certo ponto genérica, adquire roupagens culturais e sentidos específicos de diferentes segmentos sociais que a enunciam. Demonstra como a mitologia americana da cidade pequena aloca à *small town* ideais caros à sociedade americana, e como são vividos tais ideais em uma determinada *small town*.

Roland, Maria Inês de França

A Construção Social do Problema da Gravidez na Adolescência: Estudo de Caso sobre o Campo Institucional da Central da Gestante, em Piracicaba, SP. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1994, 260 pp. Orientadora: Ana Maria Moregalli Goldani.

Objetiva compreender o processo de construção do problema da gravidez na adolescência. Metodologicamente, combina análises qualitativas e quantitativas, lançando mão de um estudo de caso detalhado do campo institucional da Central da Gestante, seus agentes e atores envolvidos. Parte do princípio de que a gravidez na adolescência aparece geralmente associada à noção de desvio, dentro de uma orientação estrutural-funcionalista. Propõe-se entender a questão como parte das mudanças dos processos de formação das famílias e, até mesmo, como uma estratégia das adolescentes na busca de independência e reconhecimento de sua condição de adultas.

Silva, Carlos Alberto Borges da

Vale dos Orixás: Estudo sobre Acusação de Demanda entre Terreiros. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1994, 274 pp. Orientador: José Luiz dos Santos.

Estudo que analisa a acusação de demanda entre sete terreiros, sendo que três deles se autodefinem como sendo praticantes de candomblé, três de umbanda e um de quimbanda.

Embora procurem diferenciar-se por meio das autodefinições que fazem em torno de si, encontram-se, entretanto, inseridos dentro de um mesmo contexto por possuírem, em relação aos seus objetivos, uma idêntica ordem de preocupações que diz que, quando todos falam de si, o que fazem para se diferenciar é se separar dos demais. É dessa forma que todos, procurando medir quais suas diferenças em relação aos outros, fazem uso da acusação de demanda como arma de ataque preferencial.

Silva, Cristina Luci Câmara da

Triângulo Rosa: A Busca pela Cidadania dos "Homossexuais". Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1994, 264 pp. Orientadora: Paola Cappelin Giuliani.

Resultado da pesquisa realizada sobre o grupo homossexual Triângulo Rosa (1985-88), que surgiu em uma conjuntura marcada, por um lado, pela epidemia do HIV e AIDS e, por outro, pelo momento político voltado à formação da Assembléia Nacional Constituinte. Seu principal objetivo era a superação dos preconceitos que atingem os homossexuais, entendendo-se as reivindicações jurídico-legais como fundamentais nessa luta. Visou reconstituir a luta simbólica na qual o grupo esteve envolvido, simbólica por confrontar valores religiosos, concepções médicas, normas jurídicas, de construção de identidade e ainda pela revisão das concepções sobre a feminilidade e a masculinidade indicadas aos indivíduos de sexos diferentes, separando a anatomia das referências simbólicas que lhes são atribuídas.

Stucchi, Deborah

Os Programas de Preparação à Aposentadoria e o Remapeamento do Curso da Vida do Trabalhador. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1994, 228 pp. Orientadora: Guita Grin Debert.

Analisa os Programas de Preparação à Aposentadoria, denominados PPAs, implantados por empresas, institutos, fundações e prefeituras, cujo objetivo central expresso é oferecer uma transição adaptada da vida ativa à inativa. A investigação procura compreender a construção de novos modelos de envelhecimento, aposentadoria, trabalho produtivo e lazer propostos por esses Programas e seu impacto na redefinição do curso da vida adulta na sociedade contemporânea por meio da constituição de uma nova etapa denominada pré-aposentadoria.

Torresan, Angela Maria de Souza

Quem Parte, Quem Fica: Uma Etnografia sobre Imigrantes Brasileiros em Londres. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994, 244 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

A população de imigrantes brasileiros que vive em Londres é heterogênea e fluida. O governo britânico os considera como imigrantes temporários provenientes da classe média brasileira que vão para Londres por um curto período e logo voltam para casa. Ou seja, os brasileiros não são vistos oficialmente como uma minoria étnica e não dispõem das prerrogativas dadas a estas. Por isso, apresenta a hipótese de que uma parcela daquela população de imigrantes brasileiros se constitui em uma mão-de-obra "conveniente" ao governo inglês: são "imigrantes ilegais" que não têm permissão para trabalhar e por isso não podem demandar nenhum direito legal. O fato de os brasileiros serem considerados pelo governo inglês e por eles mesmos como uma população temporária, no entanto, não elimina as tentativas de alguns brasileiros em estruturar uma "comunidade brasileira" em Londres: existem vários eventos organizados por membros dessa "comunidade", nos quais se pode observar a criação de uma "tradição brasileira". Ainda é cedo para se assegurar que a população brasileira de Londres

vai manter seu caráter de imigração temporária e existem algumas indicações de que este padrão possa vir a mudar no futuro.

Vianna Junior, Hermano Paes

A Descoberta do Samba — Música Popular e Identidade Nacional. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994, 245 pp. Orientador: Gilberto Alves Velho.

Dedica-se, sobretudo, à análise da transformação do samba em música nacional, como parte de um processo mais amplo de criação da identidade brasileira em torno do debate sobre a miscigenação racial/cultural e da valorização da cultura popular que aconteceu no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Procura demonstrar como essa transformação não foi obra de um único grupo social, mas sim produto das relações entre vários grupos e vários indivíduos que atuaram como mediadores transculturais, colocando em contato mundos culturais diversos na busca de definir o nacional. Tenta também analisar essa invenção da tradição brasileira como exemplo de uma característica mais geral das sociedades complexas que é o conflito entre tendências homogeneizadoras e sua heterogeneidade cultural essencial. A nacionalização do samba é examinada como uma solução original para esse conflito, privilegiando o transcultural e o popular-urbano.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha", e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guia Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: "Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos*

Oliven, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no

Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

BIB
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

BELO HORIZONTE

Distribuidora KLS Ltda.w1
Rua Caetés, 1056/1º andar
Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 201-9221 Fax: (031) 201-6659

BRASÍLIA

Livraria Presença Ltda.
SCLS, 102 – bloco C – loja 05
Brasília – DF
Tel.: (061) 321-1181 Fax: (061) 225-7056

CURITIBA

Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
Curitiba – PR
Tel.: (041)264-3484 Fax: (041)263-1693

FLORIANÓPOLIS

Livros Luis Lunardelli Ltda.
Rua General Bittencourt, 64
Florianópolis – SC
Tel.: (0482)22-9425 Fax: (0482)22-5165

FORTALEZA

Souza Braga Comércio e Representações
Ltda.
Rua Senador Alencar, 652 / 101 e 105
Centro – Fortaleza
Tel.: (085) 226-7689 Fax: (085) 231-0409

PORTO ALEGRE

Rogil Comércio e Repres. Ltda.
Rua Miguel Tostes, 804
Porto Alegre – RS
Tel.: (051)335-1069 Fax: (051)335-1069

RECIFE

Alternativa Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Visc. de Jequitinhonha, 1118
Recife – PE
Tel.: (081) 461-1122 Fax: (081) 341-2885
J. Braga Comércio e Representações Ltda.
Av. Manoel Borba, 324 – lojas 07 e 08
Boa Vista – Recife
Tel. / Fax: (081) 221-1463

RIO DE JANEIRO

RGB – Distribuidora e Repres. Ltda.
Rua Nova de Azevedo, 656
Neves – São Gonçalo
Tel.: 988-8345
Odisséia Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Bráz de Pina, 104 – sala 503
Penha – Rio de Janeiro
Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
Rua Visc. Santa Isabel, 46 / fundos
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 577-3522 Fax: (021) 577-1249
Livraria Dazibao Botafogo Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 367
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 286-5756/226-3217

SALVADOR

Distribuidora de Livros Salvador Ltda.
Rua Rui Barbosa, 43 – Ed. Adelmo Prado
Salvador – BA
Tel.: (071) 243-3655 Fax: (071) 321-0285

SÃO PAULO

Edibral Editora e Distribuidora de Livros Ltda.
Rua N.S. do Livramento, 04
Jardim São Marcos – São Paulo
Tel.: (011) 265-6456 Fax: (011) 265-6836
Livrosul Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Conde de São Joaquim, 337 – casa 01
Liberdade – São Paulo
Tel.: (011) 36-6936 Fax: (011) 37-3160
Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 701/Lj. 22
São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305
Fabio Mantegari – Primeira Linha Distrib.
Rua Augusta, 2676/ap. 54
São Paulo – SP
Tel.: (011) 852-1275

VITÓRIA

Representação Paulista Ltda.
Rua Nestor Gomes, 265
Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5933 Fax: (027) 222-5205

Relume-Dumará

Editores

Ciências Sociais

SOCIALISMO

Émile Durkheim e Max Weber

Dois dos pais da ciência social avaliam o socialismo no momento de sua gênese como prática política e ordem econômica.

PEÇAS E ENGRENAGENS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Jon Elster

As principais ferramentas teóricas das ciências sociais, segundo a perspectiva do marxismo analítico.

DEMOCRACIA E MERCADO

Reformas políticas e econômicas no Leste europeu e na América latina

Adam Przeworsky

Uma análise — a partir do marxismo analítico — sobre as alternativas de reformas sociais e econômicas nesses países em processos de rápida transformação.

AS ASSIM CHAMADAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.)

Textos de: Lúcia Lippi, Roque Larraia, Simon Schwartzman, Otávio Velho, Reinaldo Guimarães, Wanderley Guilherme dos Santos, Gilberto Velho e outros.

VOCABULÁRIO DE IDÉIAS PASSADAS

Ensaio sobre o fim do socialismo

Rubem César Fernandes

Produzidos ao longo de 20 anos, ensaios reunidos que revelam um observador atento e um analista lúcido do tempo que lhe coube viver.

PRIVADO PORÉM PÚBLICO

Rubem César Fernandes

Surpreendente estudo sobre o chamado “terceiro setor”, não governamental, nem tampouco privado, nas sociedades contemporâneas.

OS DOIS CORPOS DO PRESIDENTE E OUTROS ENSAIOS

Luiz Eduardo Soares

Reflexões sobre política, cultura, religião, teoria social e outros assuntos, em um percurso fascinante por sua clareza e densidade intelectual.

O RIGOR DA INDISCIPLINA

Ensaio de antropologia aplicada

Luiz Eduardo Soares

Coletânea que vem se transformando em obra de referência em seu gênero para as ciências sociais.

TRAVESTI

A Invenção do Feminino

Hélio R. S. Silva

Um trabalho "ao estilo dos pioneiros da antropologia... genuinamente original e enriquecedor", como diz Otávio Velho no prefácio.

DILEMAS DO NOVO SINDICALISMO

Wilma Mangabeira

Estudo esclarecedor sobre as organizações trabalhistas no Brasil de hoje. Prêmio ANPOCS 1992.

ELITES EMPRESARIAIS DO ESTADO

Edelmira del Carmen

O perfil e as atitudes do empresário de estatal: estratégias, interesses e políticas desse segmento do poder público. Prêmio ANPOCS 1993.

O DESTINO DA FLORESTA

Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia

Ricardo Arnt (org.)

Textos de: Mary Allegretti, Mauro Almeida, Stephan Schwartzman, Mário Menezes, Raquel Mattoso e outros.

COLAPSO DA CIÊNCIA & TECNOLOGIA NO BRASIL

Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral (orgs.)

Textos de: Benício Schmidt, Brasilmar Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo C. Aguiar.

A DIFÍCIL IGUALDADE

Ensaio sobre os direitos da mulher

Fanny Tabak e Florisa Verucci (orgs.)

Trabalhos elaborados nas mais diferentes regiões do planeta sobre o tratamento legal dos direitos da mulher.

BIB - BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ANPOCS

Vários autores

Disponíveis os números 32, 33, 34, 35 e 36.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS

Vários autores

Disponíveis os números 17, 18, 19 e 20.

markgraph

Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo
Tel.: (021) 551.9242 • Fax.: (021) 551.6721
Rio de Janeiro - RJ

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria do **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP